

**Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Artes Visuais  
Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado**

**FARDAS BRANCAS NA ARENA:  
Um estudo interdisciplinar do  
uniforme histórico dos Dragões da Independência  
sob a luz da Cultura Visual.**

**Andréa Karla da Cunha**

**GOIÂNIA/GOIÁS  
2015**

**Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Artes Visuais  
Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado**

**FARDAS BRANCAS NA ARENA:  
Um estudo interdisciplinar do  
uniforme histórico dos Dragões da Independência  
sob a luz da Cultura Visual.**

**Andréa Karla da Cunha**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora do  
Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura  
Visual – Mestrado da Faculdade de Artes Visuais da  
Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial  
para a obtenção do título de MESTRE EM ARTE E  
CULTURA VISUAL, sob a orientação do Prof. Dr.  
Thiago Fernando Sant’Anna e Silva.**

**Área de Concentração: Arte, Cultura e Visualidades  
Linha de Pesquisa: Imagem, Cultura e Produção de  
Sentido**

**GOIÂNIA/GOIÁS  
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Cunha, Andréa Karla da  
FARDAS BRANCAS NA ARENA: Um estudo interdisciplinar do  
uniforme histórico dos Dragões da Independência sob a luz da Cultura  
Visual. [manuscrito] / Andréa Karla da Cunha. - 2015.  
189 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Thiago F. Sant'Anna e Silva .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade  
de Artes Visuais (FAV) , Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura  
Visual, Goiânia, 2015.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Cultura Visual. 2. Uniformes. 3. Uniformes históricos. 4. Dragões da  
Independência. I. , Thiago F. Sant'Anna e Silva , orient. II. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES  
E  
DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Andréa Karla da Cunha		
E-mail:	<a href="mailto:consultoriaemestilo@gmail.com">consultoriaemestilo@gmail.com</a>		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	Bolsista		
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPQ
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	33654831-0001/36
Título:	<b>FARDAS BRANCAS NA ARENA: Um estudo interdisciplinar do uniforme histórico dos Dragões da Independência sob a luz da Cultura Visual.</b>		
Palavras-chave:	Cultura Visual, Uniformes, Uniformes Históricos, Dragões da Independência.		
Título em outra língua:	<b>WHITE UNIFORMS IN THE ARENA: An interdisciplinary study on the Independence Dragons' uniform on the light of the Visual Culture</b>		
Palavras-chave em outra língua:	Visual Culture, Uniforms, Historic Uniforms, Independence Dragons		
Área de concentração:	Arte, Cultura e Visualidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	28/04/2015		
Programa de Pós-Graduação:	PPG - Arte e Cultura Visual (FAV/UFG)		
Orientador (a):	Thiago Fernando Sant'Anna e Silva		
E-mail:	<a href="mailto:thiagof.santanna@yahoo.com.br">thiagof.santanna@yahoo.com.br</a>		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Artes Visuais  
Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Mestrado**

**FARDAS BRANCAS NA ARENA:  
Um estudo interdisciplinar do  
uniforme histórico dos Dragões da Independência  
sob a luz da Cultura Visual.**

**Andréa Karla da Cunha**

**Dissertação defendida em 28 de abril de 2015**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Thiago F. Sant'Anna e Silva (FAV/UFG)**

**Orientador e Presidente da Banca**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Míriam da Costa Manso Moreira de Mendonça (FAV/UFG)**

**Membro Interno**

---

**Prof. Dr. Emerson Dionísio Gomes de Oliveira (IDA/UNB)**

**Membro Externo**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alice Fátima Martins (FAV/UFG)**

**Suplente do Membro Interno**

---

**Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (FH/UFG)**

**Suplente do Membro Externo**

**“Arma ligeira que transpõe os montes,  
Caudais profundos, com ardor e glória,  
Estrela guia em negros horizontes,  
Pelo caminho da luta e da vitória.**

**Cavalaria, Cavalaria,  
Tu és na guerra a nossa estrela guia.**

**Arma de tradição que o peito embala,  
Cuja história é de luz e de fulgor,  
Pelo choque, na carga, ela avassala,  
E, ao inimigo, impõe o seu valor.**

**Cavalaria, Cavalaria,  
Tu és na guerra a nossa estrela guia.**

**Montado sobre o dorso deste amigo:  
O cavalo que, altivo, nos conduz,  
Levamo-lo, também, para o perigo,  
Para lutar conosco sob a cruz.**

**Cavalaria, Cavalaria,  
Tu és na guerra a nossa estrela guia.**

**De Andrade Neves o Osório, legendário,  
E outros heróis que honram a nossa história,  
Evocamos o valor extraordinário  
Pelo Brasil a nossa maior glória!**

**Cavalaria, Cavalaria,  
Tu és na guerra a nossa estrela guia.”<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> *Canção da Cavalaria*. Música de Teófilo Ottoni da Fonseca. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/hinos/cancao-da-cavalaria.html#ixzz3RXHxIyRo>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

**Trabalho dedicado a todas as estrelas que nos guiaram,  
com os seus mais variados brilhos e luzes,  
neste caminho de luta e de vitória.**

## RESUMO

O uniforme histórico dos Dragões da Independência foi instituído pelo Exército Brasileiro e está em uso na contemporaneidade. Inserido na legislação por meio de um Anexo, ele se submete às regras gerais para uniformes e às suas próprias, que são, de certa forma, e devido ao seu caráter de roupa compartilhada, divergentes e mais permissivas. Isto faz com que este uniforme tenha características especiais que, aliadas às funções diacríticas e simbólicas nele contidas, sinalizam para um regime de visualidades próprio ao meio militar. Além disso, a definição de um uniforme pode ter significados diferentes de acordo com o local de onde ele é visto. Assim, recebida pelos Estudos de Cultura Visual, esta farda consegue se revelar sem medo, mostrar suas faces ocultas e dialogar de forma franca, aberta e interdisciplinar, a fim de que as crenças sejam suspensas e a batalha na Arena seja justa.

**Palavras-chave:** Cultura Visual, Uniformes, Uniformes Históricos, Dragões da Independência.

## ABSTRACT

The historic uniform of the Independence Dragons was established by the Brazilian Army and it is worn in the contemporary times. Inserted into the legislation by means of an Annex, it is subject to the general rules regarding uniforms as well as to its own, which are, in a way, and because of its characteristics of shared clothing, divergent and more permissive. This gives this uniform special features that, combined with diacritical and symbolic functions found within it, signal to a proper regime of visualities in the military environment. Moreover, the definition of a uniform can have different meanings according to the place from where it is seen. Thus, received by the Visual Culture Studies, this uniform can reveal itself without any fear, show its hidden faces and establish an open, frank and interdisciplinary dialog in order to suspend beliefs and to have a fair battle in the Arena.

**Keywords:** Visual Culture, Uniforms, Historic Uniforms, Independence Dragons.

## LISTA DE FIGURAS

### Introdução:

Figura 1 – Imagem fotográfica: recordação escolar	18
Figura 2 – Aula de equitação	20
Figura 3 – Aula de arqueria chinesa	21

### Capítulo 1:

Figura 4 – Parte interna do capacete de dragão contemporâneo	27
Figura 5 – Aplicação de camuflagem facial	37
Figura 6 – Capa da Zappos.com – ator “The Rock”	39
Figura 7 – Capa do livro <i>Dragões da Independência: Tradição e História</i>	41
Figura 8 – 1º Capacete de dragão	45
Figura 9 – 2º Capacete de dragão	46
Figura 10 – Capacetes de dragão contemporâneos	48
Figura 11 – Penacho vermelho	49
Figura 12 – Quadro <i>Independência ou Morte!</i> de Pedro Américo	52
Figura 13 – Brinquedos Dragões da Independência da Gulliver	55
Figura 14 – Figura de Dragão da Independência da Gulliver	56
Figura 15 – Anexo C do Regulamento de Uniformes do Exército – RUE	58
Figura 16 – Capacetes da Imperial Guarda de Honra	63
Figura 17 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1825	64
Figura 18 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1831	65
Figura 19 – Comemoração do Dia do Exército em 2014	69
Figura 20 – Página inicial do RUE	74
Figura 21 – Tropa de Caatinga	76

### Capítulo 2:

Figura 22 – Detalhe do brasão do cinto-talabarte	83
Figura 23 – Desenho do cinto-talabarte	84
Figura 24 – Cinto-talabarte	85
Figura 25 – Comemoração do Dia do Soldado em 2014	88
Figura 26 – Comemoração do Dia da Bandeira	93
Figura 27 – Composição do uniforme histórico dos Dragões da Independência: Figura 46, Oficial, Figura 48, Graduado e Figura 49, Soldado	97
Figura 28 – Dragão austríaco de 1760	106
Figura 29 – Uniformes militares de Debret	109
Figura 30 – Talim do cinto-talabarte	112
Figura 31 – Neve em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul	114
Figura 32 – <i>A farda: nossa segunda pele</i>	121
Figura 33 – <i>Vocação Militar!</i>	123

### Capítulo 3:

Figura 34 – Detalhe da casaca branca	126
Figura 35 – Costas da casaca branca	130
Figura 36 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de Jean Baptiste Debret – Prancha 22	133
Figura 37 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de Jean Baptiste Debret	134
Figura 38 – Detalhe das costas do uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1831	135
Figura 39 – Detalhe das costas da farda branca no quadro <i>Independência ou Morte!</i> de Pedro Américo	136
Figura 40 – Detalhe das costas da farda branca representada no quadro <i>Independência ou Morte!</i> de Pedro Américo	136
Figura 41 – Dragões da Independência a cavalo em Brasília	137
Figura 42 – Músicos do 1º RCG	141
Figura 43 – Casaca branca, RUE	143
Figura 44 – Cerimônia de troca da bandeira em Brasília	144
Figura 45 – <i>Cerimônia da troca da Guarda Presidencial do Palácio do Planalto</i>	145
Figura 46 – Culote branco	151
Figura 47 – Detalhe frontal do culote branco	152
Figura 48 – Detalhe da abertura lateral da parte inferior das costas laterais externas do culote branco	153
Figura 49 – Detalhe do fechamento com velcro da abertura lateral da parte inferior das costas laterais externas do culote branco	153
Figura 50– Lateral do culote branco	154
Figura 51 – Culote branco, RUE	155
Figura 52 – Uniforme básico masculino 4º B2, RUE	156
Figura 53 – Peças do uniforme histórico dos Dragões da Independência	157
Figura 54 – Casacas brancas	159
Figura 55 – Luva de suedine	160
Figura 56 – Capacete de dragão sem penacho	161
Figura 57 – Botas pretas tipo “Dragões da Independência”	162
Figura 58 – Parte exterior da pasta do cinto-talabarte	163
Figura 59 – Parte interior da pasta do cinto-talabarte	164
Figura 60 – Casaca branca com <i>clips</i> para papel	165
Figura 61 – Cerimônia de comemoração do Dia do Exército	171

## LISTA DE ABREVIACÕES

Acrocel	--	A-Tell
Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra Brasil	--	ASDEG br
Centro de Comunicação Social do Exército:	--	CCOMSEx
Ciclos de Estudos de Política Estratégica	--	CEPE
<i>Creative Commons</i>	--	CC
Dragões da Independência	--	DI
Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro	--	DABST
Distrito Federal	--	DF
Dom	--	D.
Equipamento Individual	--	EB –FT 90
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	--	ECEME
“Gráfica do Exército”	--	EGGCF
Escola Superior de Guerra	--	ESG
Exército Brasileiro	--	EB
Faculdade de Artes Visuais	--	FAV
Força Expedicionária Brasileira	--	FEB
Governo	--	gov/gov.
Grupo de Trabalho para Pesquisar e Estudar		
Modificações nos Uniformes do Exército Brasileiro	--	GTU
Instituto Nacional de Propriedade Intelectual	--	INPI
Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti	--	MINUSTAH
Milímetros	--	mm
Normas Relativas ao Suprimento	--	NARSUP
Organizador (es)	--	Org.(s).
Página	--	p.
Papel formato A4	--	A4
Pedro I	--	PI
Polícia Militar	--	PM
Primeiro Regimento de Cavalaria das Guardas	--	1º RCG
Regimento Andrade Neves	--	REsC
Regulamento dos Uniformes do Exército	--	RUE

Rio Grande do Sul	–	RS
Secretaria Geral do Exército	–	SGEX
Universidade de São Paulo	–	USP
Universidade Federal de Goiás	–	UFG
Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército –		
Valores, Deveres e Ética Militares	–	VM10
World Wide Web – rede mundial de computadores	–	www

## LISTA DE PALAVRAS ESTRANGEIRAS

<i>Apparel</i>	–	vestuário, indumentária, roupa
<i>Authentic</i>	–	autêntico
<i>Black tie</i>	–	traje passeio completo usam gravata borboleta preta
<i>Blog</i>	–	diário eletrônico
<i>Closet</i>	–	cômodo em que se guardam roupas, sapatos e acessórios e que substitui o armário ou guarda-roupa
<i>Clip</i>	–	grampo, prendedor para papel
<i>Creative Commons</i>	–	<i>software</i> Criação Comum ou, CC
<i>Cross dressing</i>	–	vestimenta trocada: homens que se vestem como mulheres e mulheres que se vestem como homens
<i>De facto</i>	–	de fato, realmente
<i>Designer</i>	–	desenhista, ilustrador
<i>Drag queen</i>	–	homem que se traveste de mulher
<i>Dress code</i>	–	código da roupa
<i>Element</i>	–	elemento
<i>E-mail</i>	–	correio eletrônico
<i>Facebook</i>	–	nome de rede social
<i>Fac simile</i>	–	reprodução ou cópia de uma obra
<i>Fashion</i>	–	moda, estilo, maneira, costume
<i>Figures</i>	–	imagens
<i>Flickr</i>	–	site de hospedagem e partilha de imagens fotográficas
<i>Library</i>	–	biblioteca
<i>Lato sensu</i>	–	em sentido geral, amplo

<i>Mainstream</i>	–	o que é convencionalmente instituído
<i>News</i>	–	notícias
<i>Nylon</i>	–	nome genérico para poliamida, fibra têxtil sintética
<i>Online</i>	–	conectado, ligado na Internet
<i>Pa-Kua</i>	–	ou <i>Ba guq</i> conceito filosófico das oito mutações
<i>Picture</i>	–	desenho, fotografia
<i>Pixel</i>	–	a menor unidade de uma imagem digital
<i>Print</i>	–	impressão, captura de página
<i>Queer</i>	–	estranho, diferente
<i>Redingote</i>	–	casaco masculino usado no século XVI para deslocar-se em viagens ou práticasportiva. Também chamado de <i>riding coat</i> , em inglês
<i>Riding coat</i>	–	casaco masculino usado no século XVI para deslocar-se em viagens ou práticasportiva. Também chamado de <i>redingote</i> , em francês
<i>Rock</i>	–	pedra
<i>Rocker</i>	–	relacionado ao rock, à cor preta
<i>Sine qua non</i>	–	imprescindível, indispensável, necessário (a), essencial
<i>Site</i>	–	lugar, local, sítio
<i>Software</i>	–	programa de computador
<i>Spencer</i> usado no	–	tipo de casaco curto masculino século XVI
<i>Status</i>	–	estado, condição, posição, categoria
<i>Status quo</i>	–	o estado atual

<i>Theory</i>	_	teoria
<i>The Journal of Dress, Body and Culture</i>	_	O Jornal da Vestimenta, Corpo e Cultura
<i>Unisex</i>	_	comum aos dois sexos
<i>U.S. Army</i>	_	Exército dos Estados Unidos
<i>Vade-Mécum</i>	_	livro de referência do EB
Yin-yang	_	princípio da dualidade entre as energias positiva e negativa

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	18
<b>1 UNIFORME HISTÓRICO DOS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA, IMAGENS, CULTURA VISUAL E REGIMES ESCÓPICOS</b>	27
<b>1.1 Dragões na Arena</b>	30
1.1.1 Jennifer Craik: Intrigantes Dualidades	32
1.1.2 O Capacete, os Dragões e Alcides Tomaz de Aquino Filho	41
1.1.3 A Farda Branca para Cecília Helena de Salles Oliveira e Claudia Valladão de Matos	50
1.1.4 José Adilson de Almeida e as Funções da Farda	57
1.1.5 Paixão por Uniformes e Arte: Gustavo Barroso e J. Wash Rodrigues	63
1.1.6 Uniformes e História Militar: a Cronologia de Carlos Alberto Naccer	71
<b>2. O UNIFORME HISTÓRICO DOS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA</b>	84
<b>2.1 O que são Uniformes</b>	89
<b>2.2 Os Uniformes do Exército Brasileiro</b>	91
2.2.1 Uniformes Básicos e Especiais Masculinos e Femininos	92
2.2.2 Uniformes Históricos	96
<b>2.3 Cronos, Métis e Zeus: o Tempo, a Prudência e a     Imortalidade do Uniforme</b>	99
<b>2.4. O Uniforme e Jean Baptiste Debret</b>	104
<b>2.5 A Corte e as Histórias</b>	108
<b>2.6. A Profissão Militar</b>	116
2.6.1 Uniformização, Padronização e Individualização	119
2.6.2 Direitos e Deveres	122

<b>3 O CULTO À HISTÓRIA E A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES</b>	126
<b>3.1 Era Uma Vez, uma Casaca Branca de Dragão</b>	129
3.1.1 Características Gerais e Visualidades	129
3.1.2 Paradoxos, Coerências, Anacronismos e Contemporaneidades	131
3.1.2.1. O Uniforme Herdado da Imperial Guarda de Honra	133
3.1.2.2 O Uniforme Histórico dos Dragões a Independência	138
3.1.2.3 As Costas da Casaca do Uniforme Histórico	141
<b>3.2 Quem Disse que Não Pode?</b>	147
3.2.1 A Legislação Deslocada	147
3.2.2 Os Donos do Uniforme Histórico dos Dragões da Independência	157
<b>3.3 O Uniforme e o Corpo</b>	166
<b>Conclusão</b>	173
<b>Bibliografia</b>	180

## Introdução

Uniformes. A experiência adquirida ao vesti-los ou não vesti-los, as lembranças que temos e nossas relações com os que somos obrigados a usar durante nossa vida escolar e/ou profissional nos ajudam a estabelecer relações de des-afeto com este tipo de roupa. Primeiro, porque os uniformes são vestimentas praticamente invisíveis, ou seja, não costumam ser percebidos ou pensados, eles apenas são feitos e usados. Poucas são as oportunidades de se realizar um estudo sobre como produzir um uniforme que possa aliar função, utilidade, propriedade, estética e a opinião de quem usa. Em segundo lugar, uniformes são obrigatórios e temos de nos submeter às suas regras. O máximo de subversão permitido são as transgressões aceitas pelas próprias normas ou a sua troca por outro, talvez nem tão bonito e pouco funcional. Terceiro, na tentativa de nos igualar e inserir em um grupo, eles podem retirar de nós a nossa identidade própria e revelar diferenças que, em vez de agregar, causam incômodos e criam situações de competição e intrigas. Camuflam e revelam.



Figura 1 – Recordação escolar: fotografia tirada no Instituto São Francisco de Assis, em 1974, em Goiânia/GO. Fonte: arquivo da autora.

Quem nunca teve um uniforme escolar pelo qual sentia tremendo desgosto, raiva e vergonha? Eu! Eu adorava vestir o meu: uma camisa branca, uma saia de pregas azul marinho e sapatos e meias pretos. A camisa branca – Figura 1 – tinha mangas curtas, gola de camisa, era ajustada e, do lado esquerdo, no bolso, era colocado um emblema da escola, que tinha o formato de uma flor e era bordado com cores delicadas. A minha saia costumava ser mais curta do que o “recomendável”. Os sapatos deveriam ser pretos, mas podiam ter estilos variados. Os meus eram, geralmente, tipo sapatos de boneca e ficavam muito interessantes combinados com as meias pretas curtas. Havia um uniforme para as atividades de educação física ou recreação: shorts de malha azul, tênis e meias pretos e camiseta branca com o nome da escola estampado em azul. Eu estudava no Instituto São Francisco de Assis, em Goiânia, uma escola de freiras “moderninhas”, o que era bastante significativo para a questão da tolerância em geral e quanto ao uso do uniforme em particular. Como podemos ver na imagem da Figura 1, era permitido o uso uma de camiseta por baixo da camisa branca, o que, de certa forma, deixava o uniforme, visualmente, diferente e “personalizado”.

Além de gostar do meu uniforme escolar, outro fator positivo era que os meus uniformes escolares sempre foram feitos pela minha mãe, que é costureira, ou seja, eram produzidos sob medida, assim como todas as minhas outras roupas. Eu sempre participei do processo de construção e produção das minhas roupas e isto significava que elas também tinham muito da minha personalidade e os uniformes podiam, de certa forma, se ajustar ao meu próprio corpo e jeito de vesti-lo. Talvez por isso a minha relação com uniformes seja tão positiva e agradável. Depois desta fase, não tive mais uniformes completos, nem na escola nem no trabalho, apenas a obrigatoriedade de vestir uma peça, como uma camiseta, por exemplo, e o visual podia sofrer as mais variadas adaptações, era facilmente composto e garantia certa liberdade e individualidade.

Se os primeiros uniformes são importantes para criarmos laços ou nós com este tipo de roupa, os últimos ou mais recentes também o são. No meu caso, as duas últimas experiências com uniformes foram e têm sido essenciais para a realização desta pesquisa, pois vivenciar o uso de um uniforme proporciona estabelecer com ele as relações e os questionamentos necessários para dialogar sobre o assunto. Por causa do mestrado, decidi realizar duas atividades físicas diferentes: a equitação e a arqueria.

O meu objetivo inicial era poder participar de uma atividade recreativa no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília e andar em um dos cavalos dos Dragões da Independência. Para isto, comecei a treinar equitação clássica, a modalidade

básica para qualquer outra atividade a cavalo. Eu sabia que esta seria uma modalidade temporária, pois o meu objetivo era outro: a arqueria montada. Então, decidi que não investiria em roupas clássicas para aquele esporte nem em uniformes que eram oferecidos pela escola. No primeiro dia de aula, fui questionada porque usava jeans e não culotes, questionamento que durou o curso inteiro.



Figura 2 – Fotografia tirada por Nara Pim, durante aula de equitação na Villa Cavalcare, em 2013, em Goiânia/GO. Fonte: arquivo da autora.

A experiência adquirida com a prática de uma atividade física proporciona um maior conhecimento sobre a funcionalidade da roupa que se veste e revela que há opções variadas que se adaptam tão bem quanto ou são melhores ou mais apropriadas do que as consideradas clássicas, tradicionais. As calças jeans e de brim são muito usadas em várias atividades equestres e na lida nas fazendas, portanto, cumprem as mesmas funções das calças culote da equitação clássica. Na Figura 2, uso calças, cinto, camiseta, capacete, luvas e botas pretos e meias verdes durante uma aula de equitação.

Uma troca do estilo de montaria clássico pelo *rocker* e o preto não seria uma cor recomendada para a prática sob o sol. Tão funcionais quanto as calças culote, as de brim ou jeans são mais confortáveis, elegantes, discretas, marcam e expõem menos o corpo, possibilitam montagens variadas e em diversos estilos, e proteção na mesma medida. Não vestir um uniforme para andar a cavalo representa a mesma liberdade de vestir uma fantasia para praticar a arqueria montada. Desta forma, cada atividade ou esporte exige ou liberta de obrigatoriedade determinada vestimenta.

Por causa da arqueria montada, passei a ter aulas em uma academia de artes marciais chinesas onde treino arqueria e visto um uniforme muito interessante e de que eu gosto muito.



Figura 3 – Fotografia tirada pela mestre Adriana Catarina durante aula de arqueria chinesa, em 2014, em Escola de Pa-Kua de Goiânia/GO. Fonte: arquivo da autora.

O uniforme da Figura 3, da Liga Internacional de Pa-Kua, tem cores baseadas no yin-yang – preto e branco –, elementos e funções específicos e composições variadas, o que garante certa liberdade de composição e adaptação. Há elementos diacríticos que indicam a hierarquia e a modalidade que se pratica, bem como a função pragmática –

estrutura da roupa – e a função simbólica – aparência e disciplina –. O processo de vesti-lo e as suas visualidades têm me ajudado a pensar nos uniformes em geral e, de forma especial, no uniforme histórico dos Dragões da Independência. As características de ambos os uniformes são bastante próximas, o que me fez perceber algumas das propriedades, das formas de uso destas tradicionais roupas históricas inspiradas e suas transgressões e pôr em suspeição as dualidades, linearidades, ideias prontas e regimes escópicos oferecidos pela bibliografia. As convenções sobre as roupas, sua rigidez, seus usos e gêneros e as tentativas de manutenção de suas primeiras características quando os tempos são outros parecem não fazer muito sentido quando a funcionalidade da roupa e a liberdade de seu uso são importantes, pois o uso efetivo da roupa pode exigir adaptações, ainda que sejam escondidas ou ganhem o apelido de “estilo pessoal”. Na prática, quando uso a composição do meu uniforme de arqueria sem a jaqueta, por exemplo, costumo posicionar, autorizada pelo meu mestre, a faixa do lado yang, à esquerda, o lado “masculino”, para que a dualidade yin-yang possa se fundir ou confundir plenamente.

Por todas as suas especificidades e regras, o uniforme militar não é uma roupa fácil de ser vestida. A sua montagem exige muita atenção, pois as peças devem estar de acordo com o estabelecido pelas normas e os distintivos devem ser dispostos nos locais corretos. A atenção com a manutenção da boa aparência pessoal e com o fardamento faz parte das atividades rotineiras e obrigatórias do ofício, pois a farda é considerada a segunda pele do militar e isto parece sinalizar para um regime de visualidades próprio.

O que não é comum no meio militar é que outra pessoa cuide da sua farda que, na verdade, não é sua, mas de um grupo de pessoas. Assim acontece com o uniforme histórico dos Dragões da Independência. Todas as peças ficam à disposição e são compartilhadas e, apesar de seguirem uma numeração padrão, muitas têm de ser adaptadas no momento anterior ao uso, pois, apesar de o Exército Brasileiro determinar valores de altura e peso para o ingresso na Força, os corpos não são totalmente iguais e se modificam com o passar do tempo por causa do treinamento físico e outros fatores como o envelhecimento e a gravidez, por exemplo. Roupa de uso coletivo e compartilhado, este é o uniforme histórico dos Dragões da Independência: uma elegante farda de gala herdada do Período Imperial, cujo desenho se atribui a Jean Baptiste Debret, um pintor francês do século XIX, e usada sob o calor e sol escaldantes da Brasília republicana contemporânea. Um uniforme praticamente invisível, intrigante, desafiador, adaptável, dinâmico, brasileiro, vivo.

A ideia da pesquisa sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência surgiu em uma conversa com a professora Míriam da Costa Manso Moreira de Mendonça sobre o que eu desejaria estudar, durante uma aula ministrada por ela para uma disciplina da qual eu participava como ouvinte, na FAV/UFG, em 2012. A ideia tornou-se um projeto de pesquisa e estava aberto a vários direcionamentos. No início do mestrado em Arte e Cultura Visual, a pesquisa parecia seguir pelo mundo interdisciplinar onde a moda e o patrimônio cultural davam o tom. Todavia, muitos desafios surgiram durante este caminhar.

O primeiro desafio consistiu em obter autorização para a pesquisa de campo e o registro fotográfico na sede do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência, em Brasília. Somente uma visita foi permitida e ocorreu no dia 5 de setembro de 2013, dois dias antes da cerimônia da Independência. Foram quatro tumultuadas horas de trabalho, por causa dos preparativos para o desfile, acompanhada do generoso, educado e paciente Soldado Marlo, do Centro de Comunicação Social, CCOMSEx, que envergava o uniforme básico de montaria camuflado e, que apesar de usar culotes, botas pretas de montaria e esporas, não sabia andar a cavalo. A imagem do soldado que usa botas e esporas para se locomover a pé lembrou-me, dentro do contexto dos Estudos de Cultura Visual e da invenção das tradições, do que disse Eric Hobsbawm (1984, p, 12) a respeito da plena utilização do simbolismo e da ritualística quando o uso prático é libertado: “As esporas que fazem parte do uniforme de gala dos oficiais de cavalaria são mais importantes para a ‘tradição’ quando os cavalos não estão presentes.” Outros Dragões, bastante jovens, extremamente solícitos e entusiasmados, participaram, ativamente, deste rápido processo de coleta de dados e registro fotográfico. Disponibilizaram todas as peças para a minha análise e registro e contaram muitas histórias sobre o uniforme dos Dragões e suas experiências pessoais em vesti-lo. Não vi nenhum Dragão vestido com o uniforme histórico nas dependências do 1º RCG, pois todos estavam em suas atividades laborais. Também não vi nenhuma mulher nas dependências do Regimento. Parte das mulheres que servem no 1º RCG são veterinárias e não visitei o local onde ficam os cavalos.

Quando chegamos à sessão na qual o uniforme histórico é armazenado e disponibilizado para uso, fiquei bastante surpresa com o que vi, pois pude perceber que esta não é uma farda que se enquadra nos padrões estabelecidos para os uniformes militares do Exército Brasileiro em geral. O passado e o presente estavam, ali, materializados em forma de roupa que todos vestem, dispostas como se estivessem em

um *closet*, montadas de acordo com cada corpo e graduação antes do trabalho, desmontadas e devolvidas ao final do expediente. Pedi para experimentar um capacete, mas, obviamente, isto não é permitido aos civis sem autorização expressa do Exército Brasileiro. O capacete de dragão é um ícone para os historiadores militares<sup>3</sup> e, realmente, sua beleza impressiona. O capacete faz com que o militar pareça mais alto, mais forte, mais amedrontador para o inimigo, um verdadeiro Dragão da arma da cavalaria. Ao final da adorável e emocionante visita, emprestaram-me, cordial e confiadamente, um livro sobre o General Osório e ganhei um exemplar do livro *Dragões da Independência: Tradição e História*, de Alcides Tomaz de Aquino Filho e uma camiseta.

O segundo desafio foi acreditar que esta pesquisa sobre uniformes sob a luz dos Estudos de Cultura Visual era razoável e seria viável. A minha formação em Direito parecia ser um obstáculo dentro do contexto de um curso de pós-graduação com orientação interdisciplinar. Todavia, pôr as crenças em suspensão, inclusive as minhas próprias, era o meu objetivo, pois eu sabia que os estudos de Direito sempre nos ajudam a encontrar as brechas necessárias para estabelecer os diálogos e encontrar os meios de defesa de que necessitamos. Afinal, foi a partir de uma especialização em Criminologia que decidi aprofundar os estudos sobre a imagem e o mestrado em Arte e Cultura Visual parecia ser o caminho. Sou consultora de imagem e as roupas denominadas masculina e corporativa são as que mais me interessam. Os uniformes me fascinam e estudar sobre eles seria fundamental para que eu conhecesse melhor estas roupas e seus segredos.

Então, surge o terceiro desafio: encontrar bibliografia suficiente sobre uniformes históricos brasileiros e algo sobre o tema nos Estudos de Cultura Visual. Os autores que tratam sobre uniformes são, em sua maioria, historiadores militares e suas obras foram muito importantes para que eu pudesse entender o mecanismo de funcionamento da farda, tanto material quanto simbólico, e perceber que parece haver um regime de visualidades próprio ao meio militar.

---

3 No Brasil, os Historiadores Militares, militares diplomados pela Escola Superior de Guerra – ESG ou civis, fazem parte de um grupo organizado de pesquisadores que se dedicam ao estudo e ao ensino da História das Forças Armadas no Brasil. A ASDEG, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra realiza Ciclos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE) nos quais essas pesquisas e outros assuntos relativos a ensinamentos doutrinários são difundidos e debatidos. O inciso I, do artigo 3º, do Título II, do Estatuto da Associação institui que sua finalidade consiste em “difundir conceitos e estudos conjunturais relacionados com a Defesa, Segurança e o Desenvolvimento, com ênfase na Defesa Nacional, observados os métodos e pesquisas da ESG.” Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/>>, <<http://www.adesg.net.br/arquivos/estatuto.pdf>> e <<http://www.adesg.net.br/comunicados/encontro-de-historiadores-militares>>. Acesso em: 7 maio 2015.

Passei pela qualificação e dois direcionamentos possíveis foram sugeridos. A pesquisa continuaria, assim, em uma dessas duas vertentes. Novos rumos foram traçados e a via seguida foi a partir da polissemia, da multissensorialidade e da casaca branca, sugeridas na banca da qualificação. Novos caminhos, novo formato, novo trabalho, nova pesquisa.

Dividida em três capítulos, o primeiro é sobre *Uniformes, Imagens, Cultura Visual e Regimes Escópicos* e ele convida os Dragões para a Arena ou Cultura Visual (MARTINS, 2012) para dialogar com Jennifer Craik, Alcides Tomaz de Aquino Filho, Cecília Helena de Salles Oliveira e Claudia Valladão de Matos, José Adilson de Almeida, Gustavo Barroso e José Wash Rodrigues e Carlos Alberto Nacer. Serão abordadas as visões destes autores sobre uniformes dentro de suas diferentes áreas e as relações que podem ser estabelecidas com o uniforme histórico dos Dragões da Independência sob os Estudos de Cultura Visual.

O segundo capítulo, intitulado *O Uniforme Histórico dos Dragões da Independência* aborda, especificamente, a origem do uniforme histórico, o contexto histórico em que surgiu, as definições para uniformes em geral e uniforme histórico, a profissão militar e os direitos e deveres do militar do Exército Brasileiro. No terceiro capítulo, *O Culto à História e às Tradições*, a partir da casaca branca, analisaremos as questões propostas no primeiro capítulo: o paradoxo e o coerente, o anacrônico e o contemporâneo, o uniforme herdado e o uniforme histórico, a legislação e os deslocamentos, o público, o privado e o coletivo, o uniforme e o corpo, o masculino e o feminino e traremos a contribuição de outros autores para o diálogo.

Todos os capítulos contêm imagens de variados tipos que têm por objetivo ajudar a estabelecer um diálogo interdisciplinar, bem como mostrar algumas das variadas visualidades do uniforme histórico dos Dragões da Independência. As fotografias tiradas por nós na sede do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília, foram mantidas, propositadamente, sem qualquer tipo de edição ou cortes, a fim de que possam revelar os desafios propostos ao pesquisador quando é necessário realizar um registro fotográfico em condições adversas, tanto no que diz respeito a um ambiente inadequado, quanto à escassez de tempo. Além disso, nosso amadorismo sobre como realizar um registro fotográfico “ideal” para compor uma dissertação de mestrado dificultou a tomada de algumas imagens, especialmente no que diz respeito aos padrões aceitáveis de profundidade, luz e tamanho.

De qualquer forma, acreditamos que o uso dessas imagens fotográficas “sem qualidade” não prejudica o trabalho, pois podemos recorrer ao Regulamento de Uniformes do Exército *online* para verificarmos os detalhes e sabermos as medidas de cada uma das peças do uniforme histórico dos Dragões da Independência e as razões pelas quais essas imagens significam, também, a transgressão, o rompimento e a quebra dos regimes escópicos de visão instituídos, elementos tão caros aos Estudos de Cultura Visual. Afinal, nos inspiramos em Etienne Samain (2015) ao dizer, em uma palestra na FAV/UFG, que as imagens foram feitas para serem fruídas e não devemos ter qualquer tipo de pudor, preconceito ou julgamento contra elas, pois elas só podem nos dar a verdade que encerramos dentro de nós mesmos, ainda que a nossa cultura visual destoe do que estabelece o *mainstream*.

**A imagem não fala por si só;  
é necessário que as perguntas sejam feitas.”  
Ana Maria Mauad. 4**



Figura 4 – Fotografia da parte interna do capacete contemporâneo dos Dragões da Independência tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

## **1 Uniforme histórico dos Dragões da Independência, Imagens, Cultura Visual e Regimes Escópicos**

Capacete de dragão – Figura 4. Considerado, dentre a das peças que compõem o uniforme histórico dos Dragões da Independência, uma das mais relevantes. É a primeira a ser descrita, em detalhes, no inciso III, artigo 5º, Seção III, Anexo C, do Regulamento de Uniformes do Exército<sup>5</sup>. É a favorita de alguns pesquisadores sobre

---

4 MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história. Possibilidade de análise. In M. Ciavatta e N. Alves (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social. História, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 26.

5 RUE *online*. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Seção III, Anexo C, RUE: Do Uniforme dos Dragões da Independência. Disponível em:

uniformes no campo da História Militar. Esteticamente exuberante, visualmente pomposo e extremamente vistoso, o capacete é uma daquelas peças que alguns afirmam ter o poder de exprimir sua própria natureza, pois não há como ter dúvidas de que se trata de um capacete de dragão. Afinal, é fácil notar a intrigante figura de um dragão com asas abertas, de dentro das quais escorre uma farta crina preta, posicionado na cimeira de um capacete dourado que, também, é adornado, do lado esquerdo, com um penacho colorido. Bastaria, assim, olhar e ver.

As formas como vemos, como percebemos o que vemos, como atribuímos sentidos e significados às imagens e aos artefatos dependem, assim, dos regimes de visibilidade aos quais pertencemos e que correspondem à nossa realidade pessoal, social e cultural, aos nossos regimes de verdade, à nossa visão tácita, pois

vemos através de filtros produzidos pela cultura e pelas nossas trajetórias/histórias pessoais. Ver – como parte da vida (de um aprendizado) cotidiana – e dar sentido ao que vemos é uma prática que se aprende de muitas maneiras, a partir de muitas fontes. Ao naturalizar certas ideias e valores, nossa história/trajetória cultural vai configurando, gradativamente, nosso modo de ver o mundo, ou seja, predispondo-nos a vê-lo de determinadas maneiras. Mas o ato de ver não acontece num vazio cultural; ao contrário, sempre acontece em contexto, e o contexto orienta, influencia e/ou transforma o que vemos. Por esta razão, ver é – deve ser – um processo ativo e criativo. (MARTINS; TOURINHO, 2011, p. 54)

A visão tácita pode ser substituída pelo olhar crítico quando mudamos o contexto, substituímos os filtros, alteramos o foco, fugimos do “conforto e estabilidade das rotinas visuais”, questionamos os regimes escópicos instituídos e passamos a participar, ativamente, dos processos de ver. Assim, os regimes de verdade se desfazem e não há mais lugar para certezas, hegemonias, dualidades e paradigmas. Portanto, se há a dúvida, é preciso re-ver, ou seja, é preciso romper o “modo de olhar que nos permite ver sem pensar ou refletir” (MARTINS; TOURINHO, 2011, p. 60-61). A imagem tem, assim, o poder de dialogar, questionar, desconstruir, redimensionar, construir, reconstruir, combinar, ressignificar, transformar, confrontar, pois ela só pode responder aquilo que perguntamos.

Tradicionalmente, a parte exterior do capacete de dragão está associada à sua imagem institucionalizada e naturalizada, pois é assim que ele tem sido mostrado e visto: a “história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo por meio de signos, de natureza não-verbal, objetos de civilização, significados de cultura” (MAUAD, 2004, p. 36). Todavia, quando se apresenta a parte interna como a imagem do capacete de dragão na Figura 4, ocorre certo desconforto visual e desconfiança a respeito de sua veracidade. Assim, para saber de que capacete se trata, é preciso buscar informações acerca de seus outros atributos e verificar, também, o espaço fotográfico, a cena na qual ele está inserido, mudar e educar o olhar, perceber e interpretar.

Um uniforme militar contém muitas informações. Por meio da imagem do capacete do uniforme dos Dragões da Independência, apresentada na Figura 4, podemos perceber, por exemplo, alguns traços que indicam como ele é usado, efetivamente, na contemporaneidade. Todavia, este é apenas um dos vários exemplares de capacete em uso e, portanto, os demais podem ter configurações visuais variadas e, com elas, outras histórias. Além disso, para conhecer o que está além e por trás desta indumentária é preciso ter acesso aos acervos e fazer as perguntas que a legislação não consegue responder ou não pode prever. A farda tem vida social, assim como as nossas roupas do cotidiano, e os seus segredos, ainda que em outros níveis.

O capacete da fotografia na Figura 4 é feito com copa de plástico e tem forro interno de espuma para garantir a proteção, o ajuste anatômico e o conforto térmico de quem o usa. Todos os capacetes são confeccionados em um tamanho padrão e destinados ao uso coletivo, portanto, as adaptações às características pessoais são necessárias e feitas, muitas vezes, no momento anterior ao uso e desfeitas depois dele. A espessura e quantidade de espuma define o tamanho momentâneo do capacete. Destarte, o processo de retirar ou acrescentar pedaços de espuma deve ser fácil e rápido. A peça tem uma inscrição feita na parte interior da testeira, que representa um código de organização e armazenamento e deve estar visível para facilitar sua busca e devolução.

O capacete de dragão é, assim, uma combinação de suas faces externa e interna, daquilo que é visível e do que se tenta esconder, da norma e da subversão, do estético e do feio, da teoria e da prática, do público e do privado. Todavia, para que ele possa produzir algum sentido, é necessário que faça parte do conjunto formado por todas as peças que compõem o uniforme. O capacete não é o uniforme, mas faz parte dele: é

apenas um distintivo, um elemento diacrítico, um marcador de diferenças, assim como o são outras peças.

### **1.1 Dragões na Arena**

Fazer do capacete de dragão uma sinédoque, sob o ponto de vista dos Estudos de Cultura Visual, é reduzir a importância do uniforme histórico dos Dragões da Independência, é não estabelecer um diálogo crítico necessário entre o artefato e seus sentidos, entre a História e as todas as histórias que perpassam por esta farda. Linearidades, verdades absolutas, ideias postas, dualidades e opções podem não resistir a uma análise mais profunda dos arte-fatos. Nem mesmo as imagens são absolutas e elas devem ser trabalhadas de forma crítica, intertextual, dialética, transdisciplinar, pois a Cultura Visual

além do interesse de pesquisa pela produção artística do passado, concentra atenção especial nos fenômenos visuais que estão acontecendo hoje, no uso social, afetivo e político-ideológico das imagens e nas práticas culturais que emergem do uso dessas imagens. Ao adotar essa perspectiva, a cultura visual assume que a percepção é uma interpretação e, portanto, uma prática de produção de significado que depende do ponto de vista do observador/espectador em termos de classe, gênero, etnia, crença, informação e experiência cultural. Seus objetos de estudo e produção incluem não apenas materiais visuais tangíveis, palpáveis, mas também modos de ver, sentir e imaginar, através dos quais os objetos visuais são usados e entendidos. Consequentemente, as metodologias da cultura visual são híbridas, diversificadas, podendo utilizar elementos práticos e empíricos bem como abordagens teóricas e criativas. (TOURINHO; MARTINS, 2011, p. 53)

Mas isto não quer dizer que considerar a parte como o todo seja algo errado: é apenas um regime de verdade entre vários outros. Não cabe ao pesquisador estabelecer juízo de valor ou impor critérios de superioridade em relação às suas fontes, pois a sua própria pesquisa é, simplesmente, e, também, um ponto de vista, uma forma de percepção e de interação com o objeto estudado, afinal, qualquer conhecimento construído “será sempre provisório, atrelado ao momento e às circunstâncias de sua articulação. [...] No máximo, nos é dado construir sentidos, frágeis sentidos em diálogos diversos, tão etéreos quanto os tempos em que nos encontramos imersos...” (MARTINS, 2012, p. 227). Cada fonte tem, assim, sua relevância e capacidade de

contribuição para a construção e desconstrução de sentidos, especialmente quando percebemos certo silêncio dos Estudos de Cultura Visual sobre a imagem dos uniformes.

No contexto da História Militar, uma das principais fontes desta pesquisa, as peças de proteção individual dos uniformes do século XIX, feitas de metal, como os elmos, são importantíssimas, valorizadas, fazem parte do imaginário militar e são ostentadas com orgulho e honra. Para a doutrina militar, os distintivos representam o compromisso do incorporado com o seu ofício e são os símbolos de sua dedicação e crescimento pessoal e a referência à sua autoimagem e é por meio deles que cada um é reconhecido e visto (NACCER, 2007). Dentro desta perspectiva, os elementos diacríticos (ALMEIDA, 2002) em uma farda conseguem simbolizá-la e estabelecer um regime próprio de visualidades. Da mesma forma, para os estudos da política cultural (CRAIK, 2003), os elementos canônicos contidos em uma farda são relevantes para a sua reinvenção na atualidade. Elementos canônicos são aqueles que remetem à imagem institucionalizada dos uniformes militares como botões metálicos, ombros marcados e bolsos e jaquetas, casacos e calças feitos sob medida.

Então, se queremos conhecer as faces do capacete de dragão que não estão, normalmente, disponíveis, devemos observá-lo por outros ângulos, questionar, dialogar e perceber como estas reinvenções cotidianas comunicam os sentidos impressos na farda. Para isto e por causa da aparente invisibilidade do uniforme nos Estudos de Cultura visual, a pesquisa sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência depende, totalmente, da relação dialética estabelecida entre diversas áreas do conhecimento e das fontes. É preciso, assim, levar os Dragões para a arena de debates alcunhada, por Alice Martins, de Cultura Visual:

Dentre abordagens teórico-conceituais e epistemológicas as mais diversas, a cultura visual comparece não como disciplina, mas hipoteticamente como um território mais ou menos aberto, que comporta, entre seus projetos, a busca de explicitação de algumas armas utilizadas nos diferentes embates, sobretudo aqueles dos quais os fluxos imagéticos tomem parte relevante (imagens de toda natureza, inclusive as de arte), seja na produção de sentido, na manutenção de hierarquias, no desafio a elas, no processo de socialização, na busca de conformação de novos sentidos na vida social. (2012, p. 209)

Mas esta não é uma batalha tradicional, de vida ou morte, em que os beligerantes se enfrentam em lados opostos: é uma luta historiográfica sobre um uniforme, sobre os sentidos a ele atribuídos na bibliografia e na contemporaneidade, uma disputa pela possibilidade de que ele seja visto por meio de caminhos ancorados em uma matriz interdisciplinar, que some e inclua, a partir dos Estudos de Cultura Visual. Um enfrentamento intelectual, baseado no questionamento e no abandono de ideias estabelecidas, pode ser muito mais complicado do que um embate físico, cujo resultado é mais rápido, prático, eficiente e didático. Todavia, superar o temor das tensões e conflitos é a estratégia sugerida por Alice Martins:

Suspender crenças para colocar em questão práticas instituídas: condição *sine qua non* para o exercício de uma crítica mais ampla e complexa da arte, seus sistemas, práticas, veículos, modos de produção, circulação e consumo. A possibilidade de um enfrentamento dessa natureza pode atemorizar mais do que costuma admitir em discursos que não costumam corresponder às *vias de fato*... (2012, p. 222)

Neste capítulo, os Dragões enfrentarão algumas das fontes utilizadas para produzir esta pesquisa: Jennifer Craik, Alcides Tomaz de Aquino Filho, Cecília Oliveira e Cláudia Mattos, Adilson José de Almeida, Gustavo Barroso e Wash Rodrigues e Carlos Alberto Naccer. A sequência das fontes foi escolhida aleatoriamente e a relação entre elas é dialética. Cada um dos autores estuda a farda sob diferentes perspectivas teóricas e, a partir dos sentidos que eles atribuem aos uniformes, analisaremos se e como essas leituras podem ser aplicadas ao uniforme histórico dos Dragões da Independência dentro do contexto dos Estudos de Cultura Visual.

### 1.1.1 Jennifer Craik: Intrigantes Dualidades<sup>6</sup>

O artigo intitulado *A Política Cultural do Uniforme*, escrito por Jennifer Craik e publicado na revista *Fashion Theory* em 2003, tem como tema central o uniforme, considerado, pela autora, como um tipo de roupa. Para desenvolver o seu conteúdo, dividido em cinco tópicos, Craik questiona, dentro de uma perspectiva forjada na

---

<sup>6</sup> CRAIK, Jennifer. *A Política Cultural do Uniforme*. *Fashion Theory*. São Paulo: Berg e Editora Anhembi Morumbi, 2003.

política cultural, por que os uniformes nos intrigam. Professora de Estudos Culturais e Política na Austrália e palestrante em design de moda, Jennifer Craik pesquisa, principalmente, têxteis, cultura da moda e do vestuário, artes, identidade nacional, cultura popular e política cultural.

O referencial teórico utilizado para a produção deste artigo é composto, entre outros, por autores das áreas da Moda, Antropologia, Sociologia, História e Estudos Culturais. Um texto que adota uma orientação interdisciplinar e que trata de linguagem visual, estética e educação do olhar sem, todavia, apresentar imagens ou análise imagética. Craik pode ter feito a opção de utilizar apenas o texto escrito, pois as regras para a submissão de artigos para publicação na revista *Fashion Theory* <sup>7</sup> autorizam o uso de vários tipos de imagens, chamadas de *figures*, em inglês. Sobre as consequências desta escolha, Irene Tourinho (2012, p. 248) afirma que:

Os efeitos da imagem – suas formas de persuadir, iludir, impactar – não são meras condições que o/a pesquisador/a escolhe considerar ou abandonar. Elas são parte e constituem o campo da cultura, das redes sociais, dos afetos. Portanto, elas atrelam a pesquisa às vivências cotidianas de ambos – pesquisadores e colaboradores – interferindo e impactando em suas maneiras de ver, sentir, significar e interagir com o mundo, com si mesmo e com os outros.

Se não conferir visibilidade à visualidade pode ser uma opção para algumas áreas do conhecimento, para os Estudos de Cultura Visual, trazer as imagens para o campo de debates é essencial para estabelecer uma interlocução profunda entre as questões relacionadas à teoria da imagem e estética, pois, segundo Mitchell, há uma “crença na profunda imbricação entre palavras e imagens, bem como a convicção de que a relação entre elas constitui um intercâmbio dialético, em vez de uma separação rígida em oposições binárias” (2012, p. 20).

Craik inicia o texto a partir da questão fundamental que aguça a sua curiosidade: por que os uniformes nos intrigam? Para tentar responder à sua própria pergunta, a autora traça relações entre as dimensões pública e privada dos uniformes:

---

<sup>7</sup> A versão americana da revista *Fashion Theory: The Journal of Dress, Body and Culture*, publicada pela Berg Fashion Library, é considerada um fórum de discussão interdisciplinar sobre o fenômeno cultural. A editora é Valeri Steele. Disponível em: <<http://www.bergfashionlibrary.com/page/99/fashion-theory;jsessionid=8F2BB3A9E9E15A81A221383CEE6D0D2C>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Assim, embora nós pensemos que a face pública de uniformes diz respeito à ordem, controle, segurança e conformidade, também conhecemos sua outra face, que diz respeito à subversão, transgressão, punição e vergonha. É essa dupla característica dos uniformes que faz com que sejam tão intrigantes. (p. 5)

Desta forma, o uniforme, para Craik, fascinante e perturbador, envia mensagens transgressivas e de duplo sentido, responsáveis por moldar o nosso olhar dentro de uma linguagem visual que evoca o espetáculo do corpo que o veste. Um olhar que leva em consideração nossas experiências pessoais com uniformes, muitas vezes negativas e traumáticas, que afetam as relações que estabelecemos com este tipo de roupa. Entretanto, ao limitar os tipos de uniforme trazidos para o debate em seu texto e deixar de analisar outros tipos como, por exemplo, os uniformes militares históricos, tema desta pesquisa, e aqueles utilizados para a prática das artes marciais, a autora nos permite questionar qual é a natureza da linguagem visual forjada a partir das nossas experiências pessoais com uniformes e como elas afetam as nossas relações com este tipo de roupa, especialmente no que se refere à subversão às regras. No caso dos uniformes do Exército Brasileiro, por exemplo, a chamada “subversão” pode ser, muitas vezes, tolerada e considerada uma exceção prevista pela própria legislação que os regulamenta, pois a lei normatiza o fato que surge de uma prática social reiterada. Assim, o caráter público ou privado do uniforme proposto por Craik, desvanece e, talvez, ao ser público e privado, o uniforme se torne ainda mais intrigante.

Jennifer Craik apresenta a diferença entre os sentidos denotativos e conotativos contidos em um uniforme, ou seja, entre o que é estabelecido como códigos formais e informais de uso e a subversão a essas regras para perguntar se os corpos são vestidos pelos uniformes ou se os uniformes é que são vestidos pelos corpos. Porém, ela não responde a este questionamento. No que diz respeito à natureza dos uniformes históricos do Exército Brasileiro, neles incluído o dos Dragões da Independência, percebe-se que algumas características inerentes a este tipo de fardamento podem, de alguma forma, indicar um caminho para tentar responder, por meio de uma adição, mais do que de uma exclusão, o argumento proposto pela autora.

Em seu texto, Jennifer Craik (p. 7) utiliza a abordagem do antropólogo Marcel Mauss para tratar das técnicas corporais do corpo uniformizado: “combinação de atributos sociológicos, psicológicos e biológicos que se combinam para produzir o corpo social por meio da persona e do eu”. Técnicas estas que são aprendidas por

imitação, neste caso, de uma “não manifestação”, ou seja, daquilo que, por ser regra, deve ser observado, evitado, reprimido e punido. Todavia, para que essas regras funcionem, é fundamental que “o usuário e o espectador compartilhem um código comum sobre o significado da roupa e de como usá-la.” Mais uma vez podemos considerar a natureza própria do uniforme histórico dos Dragões da Independência como um fator fundamental para verificarmos se as regras sobre a relação entre o código comum sobre o simbolismo e o uso efetivo da roupa, propostas pela autora se aplicam a este caso e se os paradigmas podem ser rompidos. A própria Jennifer Craik apresenta uma exceção à regra: os uniformes masculinos e femininos

No caso de uniformes para homens, há uma relação íntima entre os atributos de masculinidade registrados na conduta uniforme e papéis e atributos normativos masculinos. Para mulheres, porém, há uma discrepância entre os atributos de gênero de uniformes e feminilidade normativa. (p. 8)

Para a autora, a vestimenta militar nasceu, normativamente, masculina, como um meio de identificação de beligerantes em lados opostos nas batalhas. Mas, posteriormente, a farda sofreu várias influências e virou símbolo de elegância e *status* social, conforme também afirmam Carlos Alberto Naccer (2007) e José Adilson de Almeida (2002). Paulatinamente, o uniforme militar foi ganhando novas funções e normatizações e tornou-se um instrumento para moldar e disciplinar não somente os soldados, física e mentalmente, mas também para regulamentar, coletivamente, a sociedade civil. O uso de uniformes introduziu novos hábitos de limpeza, estética e disciplina. Estes novos comportamentos, frutos de instruções e diretrizes de uma política cultural, passaram a ser valorizados e o uniforme moderno representou, então, uma força coletiva e ideológica, uma “ferramenta de progresso”, afirmou Craik (p. 10). A questão da apresentação individual da tropa foi um elemento importante para a elaboração do Regulamento de Uniformes do Exército Brasileiro – RUE8 – em 1986 e era um fim a ser perseguido por seu mentor, o General Leônidas Pires Gonçalves, pois

---

8 RUE *online*. Disponível em:< <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

o estudo da História Militar demonstra que uniformes adequados ao clima, ao terreno, confeccionados com materiais de qualidade, com feitiço confortável e ornamentados por distintivos, além de concorrerem para o fortalecimento do Espírito de Corpo das Tropas que os usam, contribuem para a operacionalidade, a disciplina e o moral dessas tropas. (NACCER, 2007, p. 115),

A capacidade de construir atributos comportamentais normativamente masculinos levou os uniformes, também, para o ambiente escolar. Da mesma forma, o escotismo ganhou um uniforme específico, regulamentado por manuais. Estes uniformes ajudaram a definir tipos de masculinidade e a comunicar uma “percepção específica de estética na qual olhar, ser olhado e performatividade estavam unidos” (CRAIK, 2003, p.16).

As mulheres não ficaram imunes à ambivalência dos uniformes e romperam a relação entre o código comum sobre o significado do uniforme e o seu uso prático, afirma Craik. A problematização das regras relativas aos uniformes masculinos fez, então, aflorar questões de gênero e a imagem de mulheres em uniformes militares ganharam outras conotações que variavam do humorístico ao erótico. Primeiro, homens fardados passaram a interessar às mulheres, depois elas se viram interessadas em uniformes masculinos e os incorporaram ao seu próprio guarda-roupa. Mais tarde, as corporações militares começaram a aceitar mulheres em seus contingentes e o uniforme masculino teve de ser adaptado. O mesmo ocorreu com os uniformes escolares.

Neste sentido, para a autora, a produção dos uniformes femininos atuais ainda está mais relacionada à adaptação dos uniformes masculinos do que à criação de uniformes genuinamente femininos. A imagem de uma militar do Exército Brasileiro que usa um espelho de maquiagem para aplicar tinta para camuflagem no rosto, Figura 5, pode tanto confirmar a tese de Craik de que, de normativamente masculino, o uniforme tornou-se transgressivamente feminino, quanto assinalar outros – e novos – caminhos possíveis. É preciso ver o sentido em que ela se insere.

O uniforme da Figura 5 é uma das versões dos uniformes básicos femininos previstos pelo RUE9 e esta é uma fotografia institucional do EB. Percebe-se que há uma conformidade entre a imagem da mulher em um uniforme militar às regras impostas pela Portaria do Estado-Maior do Exército 10, não havendo, sob este ponto de vista,

---

9 Uniformes femininos podem ser encontrados no Capítulo II, Seção II, do Regulamento de Uniformes do Exército Brasileiro - RUE. Disponível em:< <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

adaptação ou transgressão. A aplicação da camuflagem no rosto depende de conhecimento técnico e o espelho é um acessório indispensável para a autocamuflagem. A maquiagem moderada pode ser usada pela mulher incorporada ao EB e, portanto, o espelho do estojo de maquiagem é um objeto adequado e aceito. O Exército Brasileiro tenta mostrar que as mulheres têm espaço dentro da Instituição e que não precisam deixar de ser femininas, ainda que em situações extremas, como no caso de combate visto na Figura 5.



Figura 5 – Imagem de aplicação de camuflagem facial, 2014<sup>11</sup>.

Apesar da importância de se discutirem as questões de gênero, os uniformes militares femininos ainda carecem de investigações científicas e estudos sistemáticos. Por causa das suas características próprias, tanto as relacionadas à sua regulamentação, composição e posse quanto ao seu uso efetivo, e pelo fato de não haver mais de uma

---

10 Regras sobre detalhes de apresentação individual relativos à mulher incorporada ao Exército. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/087c-eme-98.html>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

11 Imagem publicada em 27 fev. 2014 na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook*. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

versão da farda, o uniforme histórico dos Dragões da Independência pode, mais uma vez, ser analisado fora das opções binárias tradicionais de gênero e, quem sabe, ser associado a outras formas ou a um trabalho artístico (CHIDIAC; OLTRAMARI, 2004).

Jennifer Craik afirma que o uniforme se mantém como um tipo de roupa e se reinventa na pós-modernidade por causa da permanência de alguns elementos e características herdados da política cultural moderna em que nasceu. As expressões modernidade e pós-modernidade usadas pela autora podem indicar, novamente, a sua opção pelo pensamento dualista. A modernidade, para Bernardete Gatti (apud Habermas),

caracteriza-se como a era da racionalidade, a qual fundamenta não só o conhecimento científico, como as relações sociais, as relações de trabalho, a vida social, a própria arte, a ética, a moral. Cria, por sua vez, condições de verdade que enclausuram a própria razão e que geram formas de poder e homogeneízam contextos e pessoas, impondo-se como instrumento de controle. (2005, p. 597)

Mas hoje se questiona se a separação entre modernidade e pós-modernidade ainda é um diálogo ou se já é uma superação. Segundo Bernardete Gatti, esta não é uma questão consensual, porque ainda estamos em um período de transição, de entrelaçamentos, no qual as incertezas, as rupturas, os questionamentos e as ambivalências superam o homogêneo, o igual, o determinismo, o certo, e isto é importante para que possamos compreender as diferentes manifestações que acontecem na contemporaneidade. Portanto, para a autora, é preciso problematizar, questionar e dialogar.

Com relação à reinvenção do uniforme, Craik sugere que é sua face privada, o seu lado transgressor, o que mais o simboliza e permite a sua reinvenção no período pós-moderno, especialmente pelo insistente retorno dos elementos canônicos contidos em uniformes militares às roupas. Um exemplo recente da reinvenção do uniforme citada por Craik foi a criação, em 2013, de uma coleção de roupas masculinas para a marca americana *Authentic Apparel*<sup>12</sup> – Figura 6 – inspirada no fardamento do Exército

---

12 Texto sobre a coleção *U.S. Army* da *Authentic Apparel* no blog *Zappos*. Disponível em: <<http://blogs.zappos.com/blogs/fashion-culture/2013/12/04/authentic-apparel-teams-dwayne-rock-johnson-u-s-army>>. Acesso em: 7 dez. 2014. Um vídeo sobre a coleção produzida pelos *designers* David Cockrell e Pablo Porfirio também pode ser acessado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gExL7clqZwk>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

dos Estados Unidos e produzida, a partir de licença oficial, pelos *designers* David Cockrell e Pablo Porfirio.

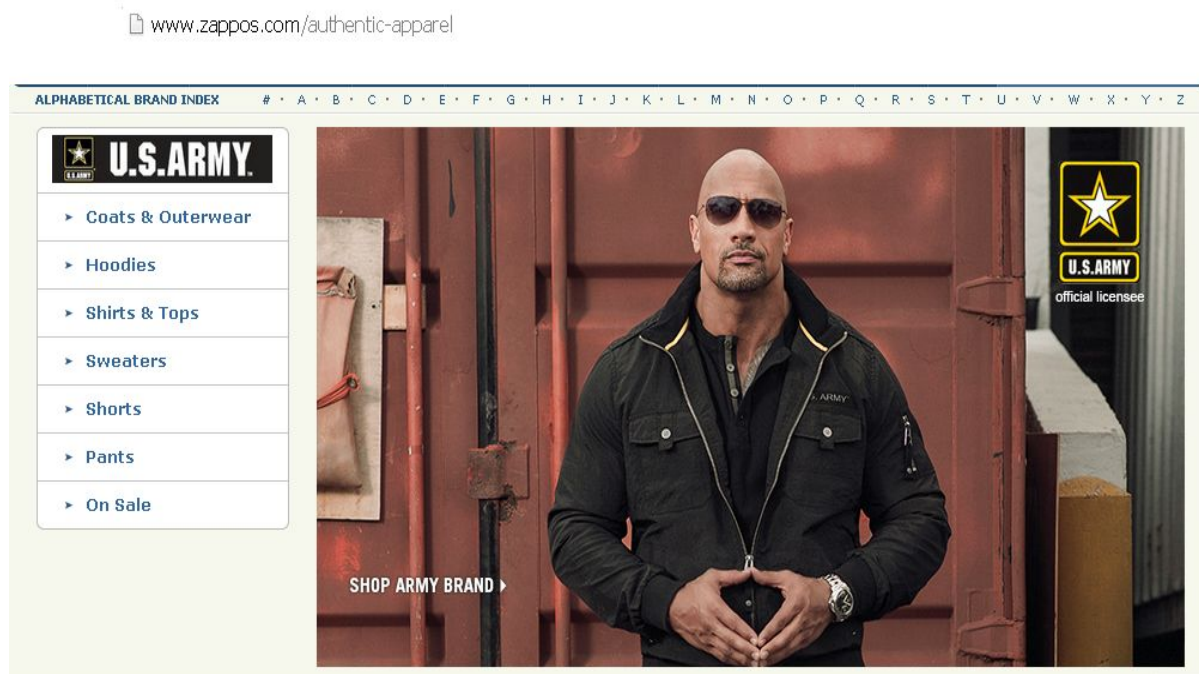


Figura 6 – *Print* da página inicial da Zappos.com. 2013. Fonte: arquivo da autora.13

O ator e atleta Dwayne “The Rock” Johnson, convidado para representar a coleção, disse: “*eu estou muito orgulhoso em personificar uma companhia que apoia e reverencia os heróis diários que me inspiram*”<sup>14</sup>. Segundo os *designers*, a coleção reflete a integridade, a herança e a qualidade aplicadas na produção dos uniformes do exército americano, bem como preza pela estética, utilidade e durabilidade das peças. Segundo se percebe pela imagem contida na Figura 6 e no olhar do modelo e dos

13 *Print* - captura - da página inicial da Zappos.com, empresa responsável pela venda dos produtos da marca *Authentic Apparel*, quando a coleção *U.S. Army* foi lançada, em 2013. O ator Dwayne “The Rock” Johnson foi convidado para representar a marca. A página não está mais disponível para acesso a esta coleção, mas a mesma imagem do ator pode ser vista no texto do blog e em outros *sites*, inclusive no Brasil. Disponível em: <<http://blogs.zappos.com/blogs/fashion-culture/2013/12/04/authentic-apparel-teams-dwayne-rock-johnson-u-s-army>>, <<http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2512015/Dwayne-The-Rock-Johnsons-modeling-debut-new-US-Army-approved-fashion-brand.html>>, <<http://www.military1.com/army/article/411492-the-rock-represents-new-army-approved-clothing>>, <<http://www.bizjournals.com/newyork/news/2013/11/15/authentic-apparel-launches-line-with.html>> e <<http://www.lilianpacce.com.br/moda/us-army-apparel/>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

14 Tradução livre para a frase “*I am proud to represent a company that supports and honors the everyday heroes that inspire me*”. Disponível em: <<http://blogs.zappos.com/blogs/fashion-culture/2013/12/04/authentic-apparel-teams-dwayne-rock-johnson-u-s-army>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

criadores da coleção, a reinvenção, ainda que destinada ao público civil, está ancorada em uma imagem institucionalizada do uniforme militar, pois o público consumidor atraído por este tipo de vestimenta é específico e restrito e se pode falar em inspiração e identificação mais do que em desejo de transgressão. A postura de Dwayne na fotografia reflete certa austeridade, que pode ser vista tanto nos elementos não-verbais quanto na configuração da própria roupa. Sua linguagem corporal denota autoridade, autoconfiança, distinção, altivez, rigidez, pertencimento e união, características que o uniforme pretende conferir a quem o usa. Os elementos canônicos parecem ser, assim, como os distintivos e o elmo, símbolos importantes e que, por isso, precisam ser submetidos a outras leituras, a outras re-invenções e diálogos.

Essas recriações dos uniformes representam, segundo Craik, um campo fértil para futuras pesquisas, pois a contradição entre o caráter público e o privado torna os uniformes eternamente intrigantes. Adilson José de Almeida (2003) afirma que o vestuário é um valioso artefato na vida social e que a elaboração do conhecimento crítico sobre ele deve levar em conta mais do que a análise da própria roupa por causa da sua importância na vida cotidiana. Campo fértil, também, é o estudo da imagem dos uniformes para a Cultura Visual e que ainda carece de pesquisas, especialmente no Brasil. Todavia, segundo afirma Alice Martins,

A cultura contemporânea ou a pós-modernidade – como preferam alguns – é marcada por ‘um intercâmbio extremamente rápido e livre para o qual a maioria das respostas são falhas, impulsivas e contraditórias’ (OALQUIACA, 1998, p. 9). Nenhuma das áreas de produção simbólica humana escapa a essa condição, tampouco as artes. Para pensar tais questões, em sua complexidade, é imperativo que se abandonem os modelos de pensamento dualistas, lineares, em favor de associações múltiplas, que busquem construir interpretações em diferentes níveis de categorias teórico-conceituais. (2002, p. 212)

Portanto, no ambiente dos Estudos de Cultura Visual, a análise do uniforme histórico dos Dragões da Independência pode não sobreviver às tradicionais duplas excludentes, às opções binárias e ao duplo sentido propostos por Craik. Se as imagens “servem para pensarmos e construirmos conhecimento histórico, cultural e científico” (MARTINS; SÉRVIO, 2012, p. 265), devemos abandonar e superar os modelos postos e prontos em favor de um diálogo interdisciplinar que acompanhe o dinamismo e a

velocidade que afetam as sociedades atuais e que seja capaz de perceber e interpretar o uso social dessas imagens.

### 1.1.2. O Capacete, os Dragões e Alcides Tomaz de Aquino Filho<sup>15</sup>

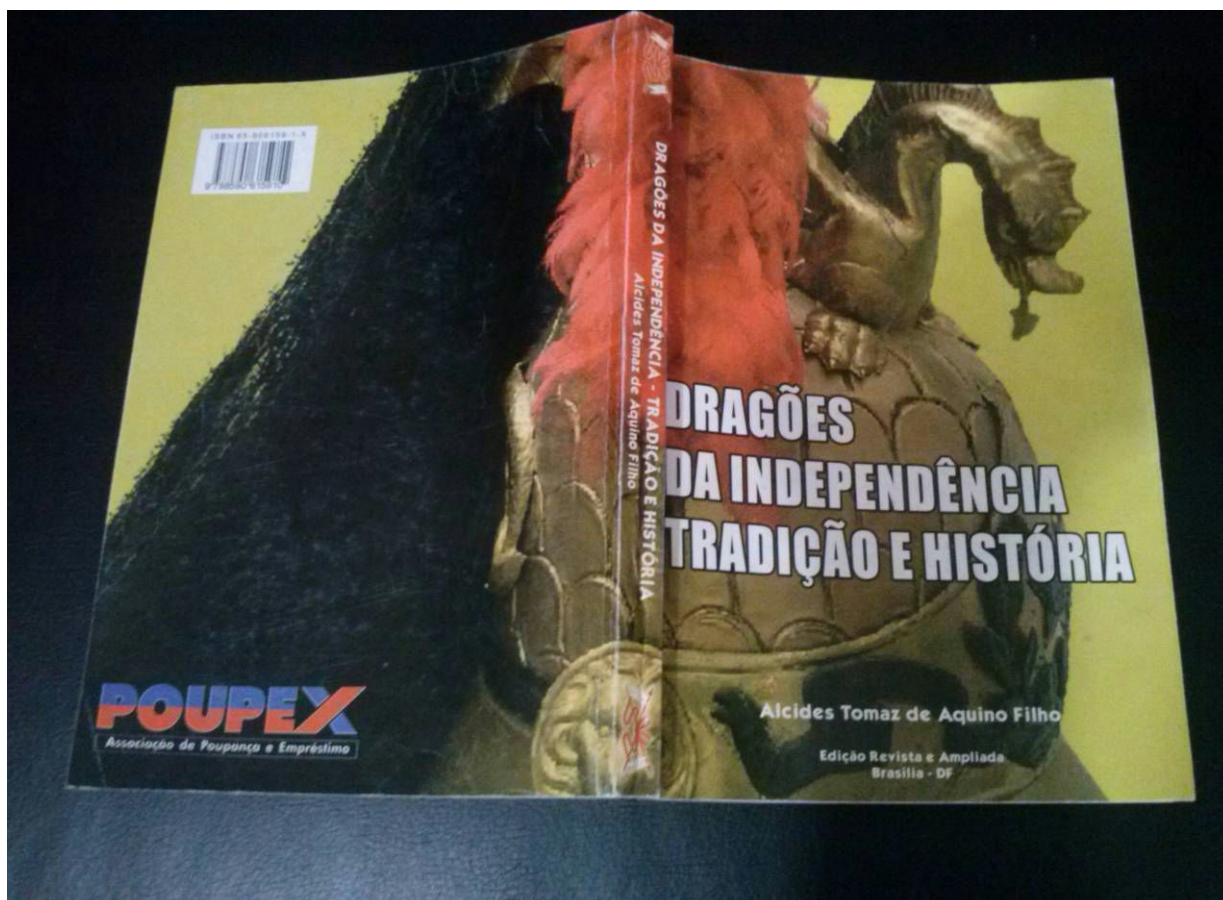


Figura 7 – Imagem fotográfica da capa do livro *Dragões da Independência: Tradição e História* de Aquino Filho tirada pela autora em 30 dez. 2014, em Goiânia/GO. Fonte: arquivo da autora.

O capacete de dragão contemporâneo – Figura 7 – ilustra a capa do livro *Dragões da Independência: Tradição e História* de Aquino Filho. Para o uniforme histórico dos Dragões da Independência, o capacete é, segundo Aquino Filho, o elemento “mais característico e importante” (p. 101). A capa do livro mostra como o elmo é, normalmente, representado e visto, com a imagem do dragão, do penacho e da crina em evidência.

<sup>15</sup> AQUINO-FILHO, Alcides Tomaz de. **Dragões da Independência: Tradição e História**. Brasília: EGGCF – “Gráfica do Exército”, 2006.

O capacete é um dos distintivos deste fardamento. Por ser o elemento diacrítico mais visível no uniforme, ele representa a principal forma de identificação do usuário. Todos os elmos usados hoje são iguais e a cor do penacho é a responsável por diferenciar as graduações. O penacho vermelho<sup>16</sup> visto na Figura 7, por exemplo, é utilizado pelos Praças<sup>17</sup> ou Graduados e, pelo fato de a cor vermelha ser usada pelas graduações iniciais da carreira, ela pode ser vista na maioria dos capacetes em uso. Este fato pode ter contribuído para a escolha do penacho usado no capacete de dragão na capa do livro, pois, por ser a imagem mais comum do capacete, ela o torna mais acessível ao público para o qual é destinado.

O capacete de dragão está ligado à tradição e à História dos Dragões da Independência. Portanto, a presença das palavras tradição e história, na capa do livro, indica que a obra trata dos legados e da memória do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, o 1ºRCG. O conteúdo de sua referência bibliográfica está baseado, principalmente, em obras e autores da História, da História Militar e do Direito.

A História Militar é uma história das batalhas e guerras, das instituições, dos acontecimentos e seus desdobramentos, das estratégias, dos armamentos e dos heróis e soldados. No que se refere aos uniformes militares, a estes temas são acrescentadas as questões que surgiram com as novas demandas relativas à fruição e posse dos uniformes e suas consequências práticas e legais. Algumas dessas questões são trazidas em várias obras produzidas por historiadores militares contemporâneos, como, por exemplo, no texto *Uniformes da Guerra do Paraguai*<sup>18</sup>, de Adler Homero F. De Castro, e representam uma contribuição importante para a difusão da doutrina militar e um interessante material para o pesquisador, seja militar ou civil.

Todavia, para compor seu texto, Aquino Filho também pesquisou autores das Artes e da Literatura e contou, como fontes primárias de sua pesquisa, com os arquivos históricos e o centro de documentação do Exército e do 1ºRCG. O principal referencial para a sua obra foi o *Livro Histórico*. Instituído em 1908, ano em que se comemorou o centenário da criação do Regimento, o *Livro Histórico* é um documento no qual se

---

16 Capacete de dragão: Anexo C, Seção III, artigo 15, inciso I, letra “h”. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

17 Postos e graduações do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

18 Artigo *Uniformes da Guerra do Paraguai*, de Adler Homero F. de Castro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

registram todos os eventos e acontecimentos relevantes para a mais “antiga e tradicional Unidade do Exército Brasileiro” (p. 9).

A manutenção do registro histórico é dever funcional do Secretário do 1ºRCG. Alcides Aquino Filho ocupou este cargo em 1972. O comandante do 1ºRCG na época, Coronel Ernani Jorge Corrêa, teve a ideia de criar um documento, um resumo, sobre a história do Regimento, com o objetivo de auxiliar o processo de instrução da tropa e solicitou ao Secretário que o elaborasse. A riqueza e quantidade de informações do resumo o transformaram em livro, publicado no ano seguinte. Em 2006, uma revisão e atualização do conteúdo e o acréscimo de informações relevantes fez surgir um novo livro. Esta obra de Aquino filho é distribuída aos militares, como doutrina e registro histórico, e é doada aos visitantes do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília, pelo Centro de Comunicação Social do Exército, CCOMSEx, como uma forma de fonte histórica e publicidade do Regimento.

O prefácio do professor e historiador Pedro Calmon exalta o trabalho de pesquisa contido no livro de Aquino Filho e apresenta informações sobre a organização dos Dragões da Independência – Imperial Guarda de Honra – em 1808, a sua reorganização em 1810, seus feitos, a origem de seu lema<sup>19</sup>, seus representantes ilustres e as gerações que sucederam a de 1808, informações que, de certa forma, coincidem com o conteúdo do sumário do livro. Um texto informativo, com características de manual ou guia, que demonstra, dentro do âmbito do Exército Brasileiro, a importância da obra para o Regimento, para a História Militar do Brasil e para a doutrinação dos seus leitores, militares ou civis. Um orgulho, compartilhado no texto da apresentação, de autoria do Coronel Ernani Jorge Corrêa, mentor do resumo-livro e grande entusiasta. Contar a história dos Dragões é, para ele, poder levar ao conhecimento de todos as glórias do Regimento e a história do próprio País.

A tradição e a história estão presentes nos quarenta e sete capítulos de um livro que traz inúmeros referenciais imagéticos, como reproduções de fotografias, gráficos, tabelas, desenhos, aquarelas, pinturas, documentos manuscritos e caricaturas. Enquanto Jennifer Craik (2003) confere mais destaque ao texto, Alcides Filho tenta traçar uma relação entre texto e imagens e as usa para exemplificar e relacionar os assuntos que vão sendo abordados ao longo do conteúdo apresentado.

---

19 Lema dos Dragões da Independência: “*Dragão, cumpre o teu dever, aconteça o que acontecer!*”. Disponível em: <<http://www.1rcg.eb.mil.br/index.php/missao>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Há, também, um anexo com documentos, canções, poemas e crônicas que nos ajudam a compreender aspectos relacionados à doutrina militar e às visualidades contidas na farda do EB. Além disso, Alcides filho descreve os grandes feitos e personagens históricos, bem como as características específicas do Regimento. Esta forma de narrar a História, feita sob uma perspectiva cronológica, evolutiva, define um regime estético hierárquico e excludente, no qual os grandes eventos e personagens se sobrepõem à vida ordinária dos anônimos. Para os Estudos de Cultura Visual, a visão linear deve ser substituída por um novo tipo de construção, e, segundo Rancière, a quebra deste sistema de representação lógico de estética e modo de visibilidade é necessária e representa uma nova

maneira de contar histórias, que é, antes de mais nada, uma maneira de dar sentido ao universo ‘empírico’ das ações obscuras e dos objetos banais. A ordenação ficcional deixa de ser o encadeamento causal aristotélico das ações ‘segundo a necessidade e a verossimilhança’. Torna-se uma ordenação de signos. Todavia, essa ordenação literária de signos não é de forma alguma uma autorreferencialidade solitária da linguagem. É a identificação dos modos da construção ficcional aos modos de uma leitura dos signos escritos na configuração de um lugar, um grupo, um muro, uma roupa, um rosto. É a assimilação das acelerações ou desacelerações da linguagem, de suas profusões de imagens ou alterações de tom, de todas suas diferenças de potencial entre o insignificante e o supersignificante, às modalidades da viagem pela paisagem dos traços significativos dispostos na topografia dos espaços, na fisiologia dos círculos sociais, na expressão silenciosa dos corpos. (2012, p. 55)

Gustavo Barroso e José Wash Rodrigues (1922) são os principais referenciais teóricos para o conteúdo relativo ao uniforme histórico na obra de Aquino Filho. Barroso, político atuante, pesquisador do uniforme histórico dos Dragões da Independência, considerado um entusiasta e militante a favor da preservação da História e da memória nacional, especialmente no que diz respeito à História Militar do Brasil e do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, acreditava que a História do Brasil poderia ser conhecida por meio da história dos uniformes do Exército Brasileiro, pensamento compartilhado pelo Coronel Corrêa. Em parceria com Wash Rodrigues, Barroso, em 1922, escreveu e organizou o livro intitulado *Uniformes do Exército Brasileiro*<sup>20</sup>. Rodrigues ilustrou o livro com aquarelas, desenhos e documentos. São imagens não somente do uniforme da Imperial Guarda de Honra, o atual uniforme

---

20 A edição comemorativa do livro *Uniformes do Exército Brasileiro* pode ser acessada online. Disponível em: < <https://archive.org/details/uniformesdoexerc00rodruoft>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

histórico dos Dragões da Independência, mas também de vários uniformes do Exército Brasileiro do século XIX. Alcides Aquino Filho discorre sobre a importância do trabalho de Rodrigues e o seu legado para o 1ºRCG. Para Adilson José de Almeida (2003), esta obra é relevante, mas não a ponto de se tornar um novo campo de estudo, já que Barroso e Rodrigues dão mais visibilidade à farda e não ao pensamento crítico que as envolve. O livro de Aquino Filho tem apenas duas páginas escritas sobre o assunto, seguidas de reproduções de algumas aquarelas, posicionadas ao final, após as referências bibliográficas.

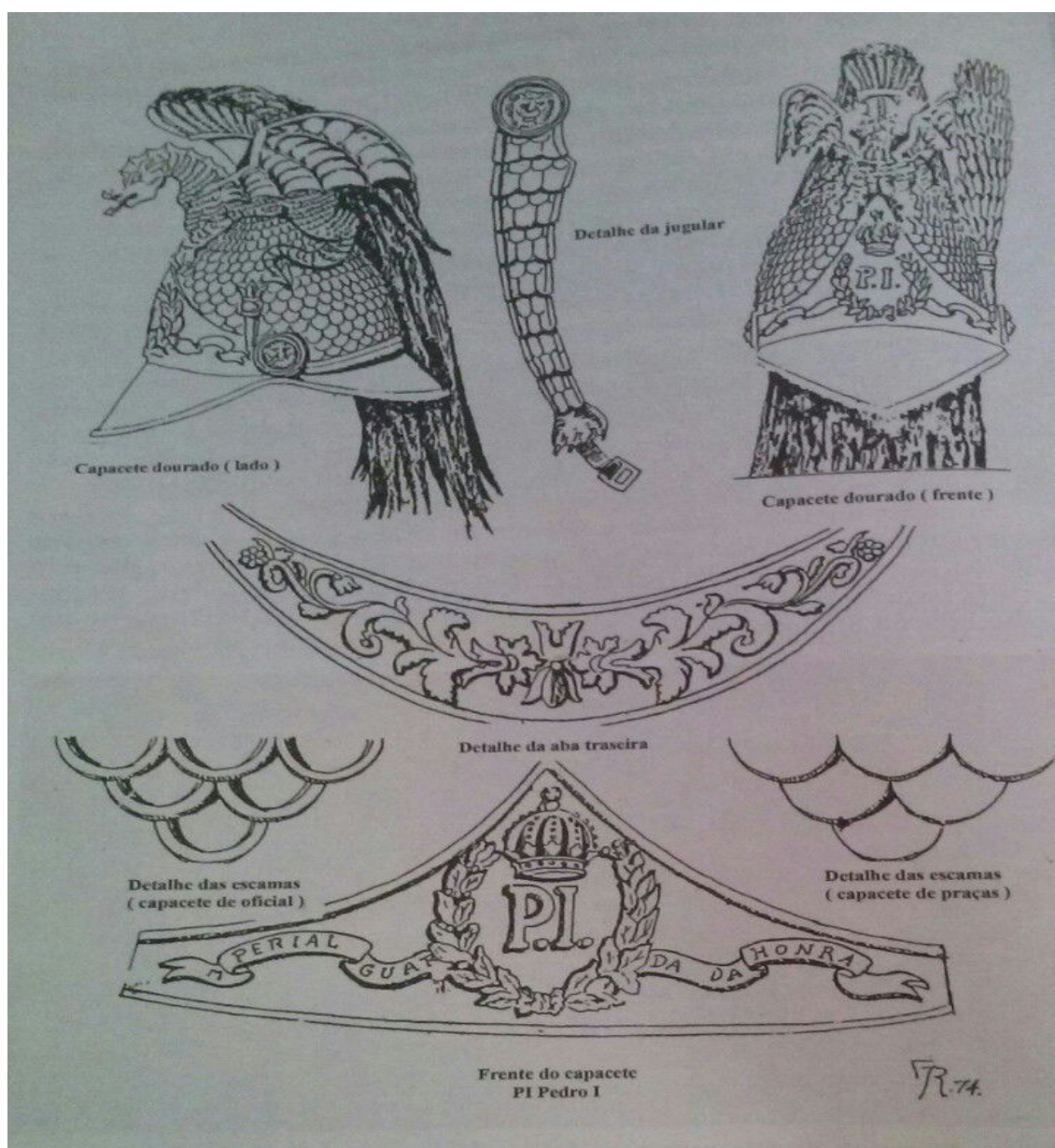


Figura 8 – A imagem do primeiro modelo de capacete de dragão encontra-se na página 104 do livro *Dragões da Independência: Tradição e História* de Aquino Filho, 2006, que consta na bibliografia.

Com relação ao uniforme, propriamente dito, Aquino Filho dedica um capítulo ao tema, o trigésimo. Este capítulo sobre uniformes é, na verdade, um capítulo sobre a história do uniforme histórico dos Dragões da Independência, especificamente. Ele é composto por apenas quatro páginas com texto e imagens. As imagens predominantes são as dos distintivos e a evidência recai sobre o elmo. As Figuras 8 e 9 são reproduções de duas imagens de capacetes utilizados pela Imperial Guarda de Honra contidas neste capítulo do livro. A Figura 8 mostra, em detalhes, o capacete mais popular, com o dragão, e a Figura 9, o mais desconhecido, em suas três diferentes versões, uma versão com e duas sem o dragão.

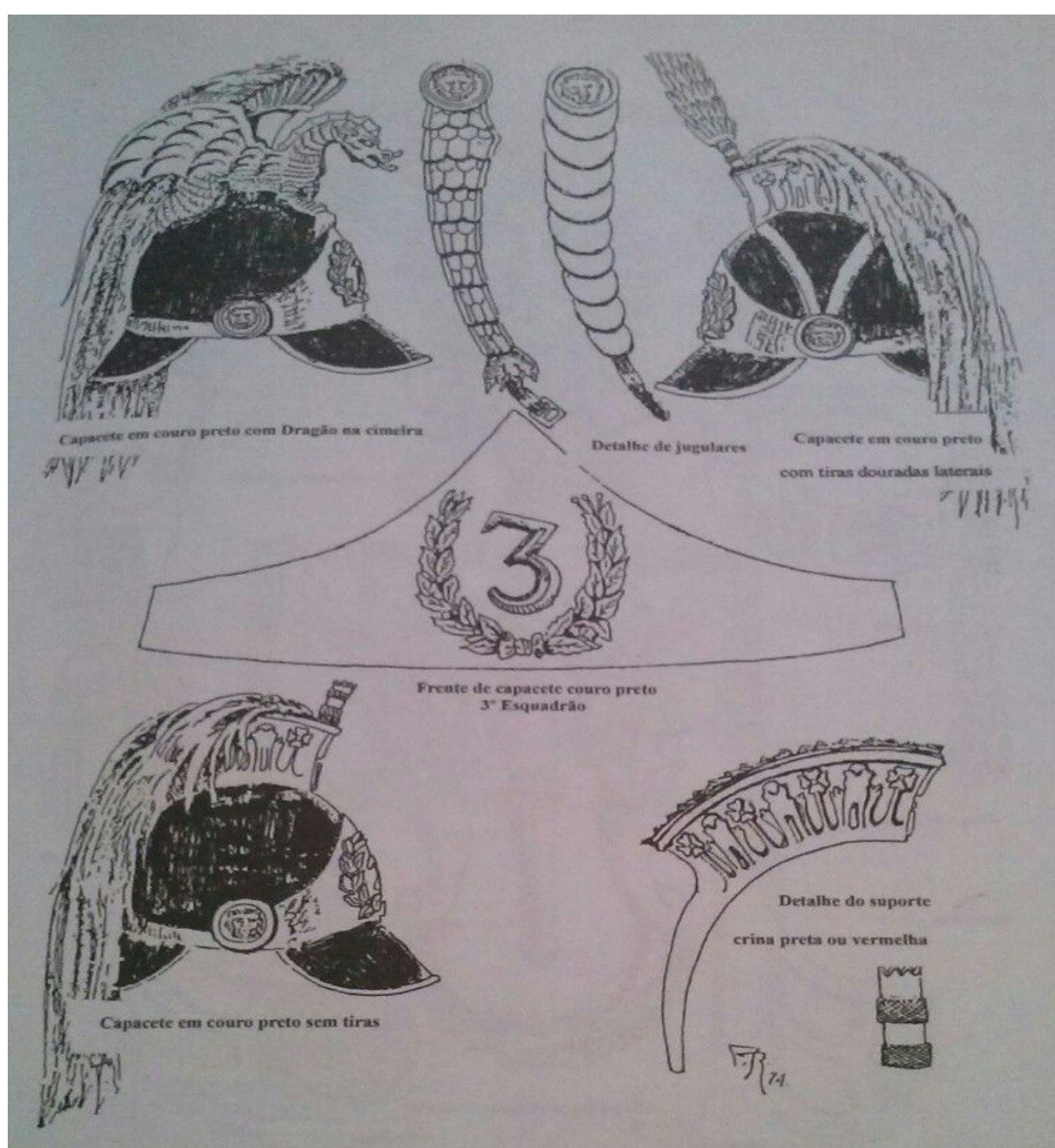


Figura 9 – A imagem do segundo modelo de capacete de dragão encontra-se na página 105 do livro *Dragões da Independência: Tradição e História* de Aquino Filho, 2006, que consta na bibliografia.

Aquino Filho menciona fatos históricos relevantes para o entendimento sobre como o uniforme histórico surgiu e foi regulamentado, sua composição original e algumas das mudanças ocorridas na farda e no elmo com o passar do tempo e sua influência para a produção do fardamento usado hoje. Sobre os capacetes vistos nas Figuras 8 e 9, ele menciona que estas foram duas das versões utilizadas e a da Figura 8 foi a escolhida para a confecção do atual uniforme, bem como aponta alguns detalhes como as inscrições na frente do capacete, que foram substituídas pela estrela preta, a qual pode ser vista no capacete atual na Figura 10. A descrição de todos os elementos que compõem o capacete de dragão em vigor está disponível na página sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência<sup>21</sup> no *site* do Regulamento de Uniformes do Exército Brasileiro. Todavia, neste capítulo do livro, Aquino Filho apresenta poucos detalhes acerca do uniforme histórico usado pelos Dragões da Independência na contemporaneidade e seus elementos diacríticos.

Este não é um livro sobre uniformes ou sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência. O uniforme aparece, na obra de Aquino Filho, como um dos elementos do conjunto formado pela tradição e história dos Dragões da Independência. O objetivo do autor é informar ao leitor, civil ou militar, de forma sucinta, substancial, clara, prática e didática sobre quem são os Dragões da Independência, de onde e como o seu uniforme histórico surgiu, algumas de suas características e quem são os responsáveis pela manutenção do seu uso na contemporaneidade e o funcionamento do 1ºRCG, mas sempre tendo em conta a História do Brasil, a História Militar e a História do Exército Brasileiro.

A abordagem utilizada por Aquino Filho está bastante voltada para os saberes em torno da farda, mas ela também recai, ainda que de forma tímida, sobre aqueles que a vestem, pois ele fala sobre as mudanças que ocorreram nos uniformes a partir do seu uso efetivo e foram incorporadas pelos planos de uniformes criados pelo Exército Brasileiro.

---

21 Do Uniforme dos Dragões da Independência: Seção III, Anexo C, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.



Figura 10 – Imagem fotográfica do capacete contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Todavia, os estudos sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência e o próprio Regulamento de Uniformes do Exército mostram que nenhum elemento isolado deste uniforme tem mais valor do que outro e que a análise de uma só peça pode não ser suficiente para sinalizar diferenças ou para defini-lo, pois o uniforme é composto por um conjunto ordenado de elementos pragmáticos, diacríticos e simbólicos (ALMEIDA, 2002) e, devidamente, montado. A imagem dos capacetes sem os penachos da Figura 10, assim, não nos permite determinar, com exatidão, a quem eles pertencem dentro do 1º RCG, pois um capacete de uso coletivo, sem qualquer elemento distintivo, acondicionado em uma prateleira e disponível para o uso pode pertencer a

qualquer Dragão: basta trocar um penacho por outro, da mesma ou de outra cor, que ele ganha novo significado, se reinventa, dentro do mesmo contexto.



Figura 11 – Imagem fotográfica do penacho vermelho tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

A cor e o tamanho do penacho são definidos na legislação sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência contida no RUE22. O penacho deve medir 400 mm de altura. Na imagem da Figura 11, o penacho vermelho colocado sobre duas folhas de papel no formato A4 pode nos dar uma ideia de sua dimensão real, cerca de 50 cm, somando-se a ponteira de cortiça.

Entretanto, durante visita ao Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, foi verificado que há penachos com tamanhos variados e com diferentes tonalidades da mesma cor. Além disso, por causa da cor usada na tintura das penas, alguns penachos são mais rígidos e outros mais maleáveis, o que causa impressão de que eles têm

---

22 Do Uniforme Histórico dos Dragões da Independência, Anexo C, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

tamanhos muito diferentes. Por causa da composição diária do uniforme e o uso sob o sol, algumas peças podem sofrer avarias e a cor dos penachos pode desbotar. Uma inspeção rigorosa<sup>23</sup> é realizada e, se os estragos não comprometerem a composição e o visual do uniforme, elas podem ser adaptadas e usadas, como acontece com a parte interior do capacete de dragão. Muitas dessas peças são recuperadas quando estão muito danificadas e as que não puderem mais ser consertadas são descartadas e substituídas por outras.

Todavia, o penacho sozinho também não faz muito sentido, a não ser no caso do penacho branco usado pelo Comandante, pois nem mesmo a sua cor é suficiente para determinar, com certeza, a graduação do usuário, pois a expressão “Praça ou Graduado”, contida na legislação, refere-se a várias graduações. Então, é necessário que se faça uma análise dos outros elementos diacríticos que compõem o uniforme para que se tenha uma melhor ideia sobre a identidade do usuário.

A atribuição de sentido oferecida por Aquino Filho ao uniforme histórico dos Dragões da Independência representa as suas próprias matrizes teóricas e o olhar do Exército Brasileiro sobre algo que lhe é muito caro e, acreditamos, também, um regime de visualidades próprio ao Exército Brasileiro. O capacete é o símbolo da importância atribuída à tradição e à história do Regimento. No entanto, para o campo dos Estudos de Cultura Visual, é preciso que este uniforme possa ser visto a partir de caminhos interdisciplinares, especialmente porque nem todos os que veem o uniforme são militares e a doutrina militar não consegue dar conta de todas as questões postas para esta roupa. Isto reforça a importância desta obra para a pesquisa deste uniforme, pois ela pode nos oferecer elementos relevantes para a apresentação de questionamentos e argumentos contrários às certezas e linearidades propostas pelas fontes levadas à Arena.

### **1.1.3. A Farda Branca para Cecília Helena de Salles Oliveira e Claudia Valladão de Matos<sup>24</sup>**

---

23 Os Capítulos I e II do Anexo C do RUE *online* trazem as informações acerca das Disposições Gerais e Prescrições diversas relativas aos uniformes históricos do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

24 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão (Orgs.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Museu do Ipiranga, localizado na capital paulista, abriga, em seus acervos, atualmente fechados à visitação pública, uma das obras de arte mais emblemáticas e polêmicas sobre a Independência do Brasil: o quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo – Figura 12. O impressionante painel de 7,60 x 5,15, exposto no Salão de Honra do Museu do Ipiranga, retrata, sessenta e seis anos depois de ocorrido, o momento em que D. Pedro proclama a Independência às margens do Rio que dá nome ao Museu.

Apesar de ser uma obra impactante, Pedro Américo foi criticado e acusado de não descrever fidedignamente o evento e de cometer plágio. Porém, Cecília Oliveira e Cláudia Mattos pretenderam desfazer tal polêmica por meio da leitura conjunta do quadro com o texto explicativo intitulado *O Brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil – Algumas Palavras acerca do Fato Histórico e do Quadro que o Comemora*, escrito pelo pintor. Uma resenha que tenta promover o diálogo entre pintura e palavra.

Uma das questões suscitadas por esta obra e que pode interessar a esta pesquisa é a relativa ao fato de a Imperial Guarda de Honra estar ou não usando o uniforme de gala, o uniforme branco herdado pelos Dragões da Independência, no momento do “grito”. No quadro, representado na Figura 12, vemos que Pedro Américo “vestiu” a Guarda com a farda grande. Um olhar mais atento revela que há diferenças na composição dos uniformes e nos capacetes representados no quadro, o que pode confirmar a tese de Alcides Aquino Filho (2006) de que havia mais de dois capacetes de dragão em uso naquela época.

Na transcrição do texto de *O Brado do Ipiranga*, Pedro Américo explica e justifica como o quadro foi composto. O livro traz algumas reproduções de estudos feitos pelo artista antes de pintar o quadro e, dentre elas, há duas sobre o uniforme e o capacete da Imperial Guarda de Honra. Estes desenhos fazem parte dos acervos do Museu Paulista da USP e da Pinacoteca do Estado de São Paulo. O texto de Pedro Américo traz muitas informações relevantes a respeito da formação da Imperial Guarda de Honra como corporação militar em 1822 e preciosos detalhes sobre o seu uniforme. Ele diz que as cores duplas azul e escarlate dos laços usados pela Guarda em seu quadro correspondem ao que era determinado para o Exército no Rio de Janeiro e São Paulo na época (p. 24). Gustavo Barroso (1922) contesta esta informação e diz que Américo as utilizou pelo simples entusiasmo em compor, esteticamente, o quadro.

Outras informações importantes são apresentadas por Américo no que diz respeito aos gostos, usos e composições da farda militar no século XIX.



Figura 12 – Quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo, 1888/25.

Quanto à criação de sua tela, Pedro Américo afirma que são muitas as dificuldades que um artista enfrenta para personificar, em uma obra pictórica, aquilo que aconteceu mais de meio século antes e a que se tem acesso somente por meio de documentos – fontes históricas – e depoimentos de seus contemporâneos. Para ele, a dificuldade é ainda maior porque a sua pintura é um quadro histórico e as características fundamentais deste gênero de obra de arte devem ser a reprodução da verdade e o respeito às convenções estéticas e regras de composição.

A exposição do quadro *Independência ou Morte!* foi inaugurada, solenemente, em 8 de abril de 1888 em Florença e contou com a presença do Imperador e da Imperatriz do Brasil, soberanos de outros países e seus séquitos, outras autoridades civis e militares e pessoas ilustres. O quadro foi apresentado por Pedro Américo à Rainha

---

25 Fonte: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence\\_of\\_Brazil\\_1888.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence_of_Brazil_1888.jpg)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

Vitória da Inglaterra como uma interpretação artística de um fato histórico. Esta afirmação feita pelo artista é imprescindível para entendermos que, ao mesmo tempo em que Pedro Américo posicionava-se a favor da pintura de história tradicional e conservadora, ele também tinha sua própria ideia de História. Portanto, para ele, a pesquisa que fez o levou a concluir que a Imperial Guarda de Honra vestia a farda de gala no momento do “grito” e assim ela foi representada em sua tela, ainda que a beira do Ipiranga pudesse parecer um lugar inadequado para vestir uma farda branca. E desta forma a imagem foi e tem sido naturalizada.

O livro *Independência ou Morte!* é uma edição fac-similar do primeiro texto publicado pelo pintor em 1888. A ela foi acrescido um conjunto de cópias de alguns esboços feitos por Pedro Américo, de cartas, do convite para a exposição, de quadros de outros artistas em cujas obras Américo pode ter se inspirado, litogravuras e xilogravuras e de uma reprodução do painel *Independência ou Morte!*. Nos capítulos iniciais do livro, as imagens são utilizadas para ilustrar, exemplificar e corroborar o argumento. As referências do conteúdo imagético utilizado neste livro são apresentadas junto às próprias imagens.

Foi mantido o capítulo inicial do livro anterior, escrito por Pedro Américo Oliveira e Melo, de forma bastante rebuscada e eloquente, sobre a Proclamação da Independência do Brasil. Melo discorre, na primeira parte, sobre os fatos históricos que antecederam e desencadearam o Brado do Ipiranga, bem como o momento do “grito”, e confirma a presença da Imperial Guarda de Honra no evento. Assim como o texto de Aquino Filho (2006), o de Melo também narra, cronologicamente, os eventos e enfatiza os grandes feitos e personagens da História do Brasil, especialmente os relacionados ao período da Independência.

O livro traz um capítulo de autoria de Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira. Professora, doutora em História Social. Diretora do Museu Paulista de 2008 a 2012, Cecília realiza pesquisas sobre temas relacionados à história política, especialmente a do período Imperial e, também, sobre memória e museus. Cecília Oliveira conta sobre os bastidores da elaboração da pintura, sobre como a produção do quadro foi acordada e como ele foi produzido. Seu objetivo é estabelecer uma reflexão, um diálogo, uma interpretação específica e um entrelaçamento entre o quadro e o texto de Pedro Américo dentro das dimensões histórica, política e cultural e do imaginário:

*O Brado do Ipiranga [...] foi impresso em Florença, em 1888, e sua reedição, em um volume que reúne cartas e estudos do artista, é mais do que oportuna, pois coincide com o momento em que, no âmbito da pesquisa e da produção acadêmicas vêm sendo interrogados tanto os pressupostos da memória quanto os processos históricos e políticos nos quais se definiram a separação de Portugal, a Independência e os fundamentos do Império e do Estado Nacional. (OLIVEIRA, 1999, p. 74)*

Cláudia Valladão de Mattos contribuiu com dois capítulos. Professora e doutora em História da Arte, tem como uma de suas áreas de interesse, dentro da História da Arte, a arte no século XIX no Brasil. Seu texto é desenvolvido sob a crença do pintor no poder narrativo da imagem e tem com foco o trabalho artístico de Pedro Américo dentro do projeto nacionalista-patriótico do Império. Cláudia apresenta a tela de Pedro Américo como

um dos principais exemplos de pintura acadêmica brasileira e de sua estreita vinculação com o imaginário do último período do Império. Pedro Américo, que em 1965 tornou-se professor da academia, foi o artista mais próximo do imperador, e suas pinturas, especialmente seus quadros históricos, revelam muito acerca do mecenato do monarca e do papel político atribuído à pintura oficial naquele momento. A história da pintura acadêmica é [...] marcada por uma estreita relação com o projeto pessoal do imperador de construção de uma identidade nacional, que ele acreditava poder desenvolver pelo incentivo às ciências e às artes. (p. 79)

Cláudia Mattos fala sobre os elementos que são encontrados na composição do quadro, características importantes para compreender como Pedro Américo o organizou visualmente e sobre os quais ele se referiu em seu texto. A autora, também, mostra imagens de algumas obras que poderiam ter inspirado ou servido de modelo para o trabalho de Américo, bem como reproduções de outras telas do pintor. Cláudia descreve, minuciosamente, as imagens, as compara com os elementos utilizados no quadro, inclusive quanto à inclusão de alguns que poderiam ser considerados fora de contexto e aponta diferenças e similaridades.

Não há, todavia, qualquer referência ao uniforme da Imperial Guarda de Honra nos textos de Cecília Oliveira e Cláudia Matos. As autoras não apresentam argumentos ancorados em suas matrizes teóricas que contestem ou confirmem o uso da farda grande retratada na tela de Pedro Américo. Portanto, a interlocução proposta entre pintura e texto ficou, desta forma, esvaziada, pois o artista aborda, em seu texto, relevantes

questões relativas ao uniforme que não ganharam qualquer visibilidade ou repercussão nos escritos das autoras. Ou, talvez, elas, simplesmente, acreditam na visão institucionalizada da farda branca, em uma educação da cultura visual naturalizada (MARTINS; TOURINHO, 2011, p. 54), o que tornaria a discussão, para elas, desnecessária.

Assim como o livro de Alcides Aquino Filho (2006), o de Oliveira e Mattos também não tratam, especificamente, sobre uniformes militares ou sobre o uniforme dos Dragões da Independência e, apesar do silêncio sobre o assunto, a sua importância como fonte empírica desta pesquisa não é diminuída; ao contrário, pois a relação de Pedro Américo com o quadro *Independência ou Morte!*, expressa no texto *O Brado do Ipiranga* representa a possibilidade de diálogo sobre a imagem deste uniforme no campo de Estudos de Cultura Visual. Segundo Belidson Dias (2012, p. 65), “a cultura visual é um campo muito diversificado [...] e composto por duas preocupações principais: objetos materiais e imateriais da visualidade e as formas pela qual olhamos para eles.” Nesse sentido, nossa preocupação aqui é comentar como foram construídos os olhares de outros pesquisadores sobre o nosso objeto de investigação: o uniforme histórico dos Dragões da Independência.



Figura 13 – Imagem fotográfica de bonecos do brinquedo *Independência ou Morte!* da Gulliver, tomada pelo historiador Marcos Crespo, 2009.26

---

26 Estas figuras a cavalo fazem parte da coleção de brinquedos antigos do historiador e colecionador Marcos Levy Pina Gouvêa Crespo, que autorizou a reprodução da imagem fotográfica. Marcos Crespo é colaborador do blog *Galeria dos Brinquedos* e escreveu o texto *Independência ou Morte! [Gulliver]* no



Figura 14 – Imagem fotográfica de um boneco dos Dragões da Independência do brinquedo *Tropas Imperiais*, da Gulliver.<sup>27</sup>

A reprodução da imagem do quadro de Pedro Américo tem sido usada para ilustrar capítulos de livros de História do Brasil e outras obras sobre História e historiografia. Além disso, o quadro serve de inspiração para inúmeras formas de pós-produção, o que o torna bastante conhecido e, de certa forma, naturaliza a imagem do uniforme branco da Guarda – Figura 12.

Para celebrar os 150 anos da Independência do Brasil, a empresa Gulliver lançou, no início da década de 1970, um conjunto de brinquedos intitulado *Independência ou Morte!*, do qual fazem parte os bonecos da Figura 13. A primeira figura, da esquerda para a direita, à frente, representa D. Pedro. As demais figuras são de oficiais da Guarda de Honra, que usam o fardamento branco. Apesar da aparente naturalização da imagem do quadro de Pedro Américo estar retratada na farda dos bonecos, uma análise mais apurada das peças revela que as poses e algumas peças do

---

dia 7 de setembro de 2009 em comemoração ao Dia da Independência. Fonte: <[http://galeriadosbrinquedos.blogspot.com.br/2009/09/independencia-ou-morte-gulliver\\_07.html](http://galeriadosbrinquedos.blogspot.com.br/2009/09/independencia-ou-morte-gulliver_07.html)>.

Acesso em: 4 jan. 2015.

<sup>27</sup> Blog dedicado aos brinquedos fabricados na América do Sul e no México entre o século XVIII e 1980. Disponível em: <[prhttp://soldaditossudamericanos.blogspot.com.br/search/label/%28A%29%20Brasil](http://soldaditossudamericanos.blogspot.com.br/search/label/%28A%29%20Brasil)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

uniforme são diferentes e que as selas dos cavalos também não são iguais às do quadro nem têm cores uniformes. Posteriormente, outra versão do conjunto da Gulliver, denominada *Tropas Imperiais*, foi produzida e as peças ficaram mais simples e ganharam novas cores – Figura 14 –, o que nos leva a pensar que as fardas brancas estão naturalizadas e, ainda que estejam representadas em outras cores, continuam a ser brancas e a Independência pode ser proclamada, ainda assim. A produção do brinquedo foi encerrada em 1978.

A farda branca da Guarda de D. Pedro, usada em São Paulo desde abril de 1822 (ALCIDES-FILHO, 2006, p. 101), parece, assim, simbolizar, para Pedro Américo, a Independência do Brasil, bem como o capacete de dragão parece personificar os Dragões da Independência para os autores da História Militar. Todavia, para produzir sentido em um campo de estudo interdisciplinar, esta farda deve ser analisada com um conjunto composto por todas as peças do uniforme e por meio de como ela se insere e é vista na contemporaneidade.

Se Pedro Américo disse que o seu painel foi uma forma inspirada de reconstrução, uma reinterpretação da História, brincar com um boneco da Guarda Imperial vestido de branco ou feito com uma única cor proporciona a criação de uma “Independência” própria inspirada na realidade que cada um traz segundo a educação do olhar a que foi submetido. Se a brincadeira não consegue modificar a História, ela consegue, pelo menos, inventá-la, trazer os Dragões para a arena de debates, a Cultura Visual, pois as características intrínsecas a esta farda na contemporaneidade e sua trajetória histórica podem nos ajudar a traçar novos caminhos em que a interdisciplinaridade seja o norte e as armas usadas na luta.

#### **1.1.4. José Adilson de Almeida e as Funções da Farda<sup>28</sup>**

A dissertação de Adilson José de Almeida tem por objetivo principal analisar a indumentária dentro de uma associação armada específica, a Guarda Nacional, durante o período Imperial. Sua preocupação primordial foi o estudo da utilização social deste

---

28 ALMEIDA, A. J. **Uniformes da Guarda Nacional: 1831 – 1852 – A indumentária na organização e funcionamento de uma organização armada.** 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21032006-153646/publico/tese.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

objeto material por meio de análise de fontes diversas e complementares ao próprio artefato. Neste trabalho, o uniforme é considerado a partir das sociedades modernas.

Ao definir o uniforme, Almeida procura diferenciá-lo de outros tipos de vestimentas, por ele denominadas de uniformizantes, e aponta o alcance da regulamentação e a codificação minuciosa a que estão sujeitos como suas principais características. Segundo o autor, não é possível escolher, baseado em critérios pessoais, como vestir um uniforme militar, pois ele é um “elemento da organização física de uma associação militar mobilizado para fins de controle social” (p.152). Jennifer Craik também faz uma diferenciação entre estas roupas ao utilizar os termos uniformes *de facto*, “virtuais”, semiuniformes e vestuário do cotidiano para diferenciar os uniformes militares das roupas que têm apenas características uniformizantes (CRAIK, 2003, p. 21).

## **REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO**

---

### ANEXO C

#### CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º Este Anexo, identificado como "Anexo C", trata das condições para a posse e o uso, da composição e da descrição das peças dos uniformes históricos de Organizações Militares.

Art. 2º Os uniformes históricos são criados por intermédio de Portaria Ministerial, com base em proposta da Organização Militar interessada e parecer do Comando Militar de Área a que ela estiver subordinada, após ouvidos o Departamento-Geral de Serviços, a Secretaria-Geral do Exército e com manifestação prévia do GPE-RUE.

Art. 3º A posse dos uniformes históricos, para oficiais e praças, é responsabilidade da Organização Militar, nas quantidades necessárias fixadas pela Portaria de criação para atender o efetivo determinado pelo Comando Militar de Área a que ela estiver subordinada.

Art. 4º Os uniformes históricos são usados em guardas de honra, paradas, formaturas, desfiles, solenidades e guardas, de acordo com o que for determinado pelo Comando Militar de Área a que a Organização Militar estiver subordinada.

Figura 15 – Imagem de captura de página do RUE *online* sobre uniformes históricos<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Regulamento de Uniformes do Exército. Página inicial do RUE. Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

A regulamentação e a codificação minuciosas relativas ao uniforme histórico dos Dragões da Independência e que o definem, segundo Almeida, como um uniforme, são elementos relevantes para esta pesquisa, pois há, a princípio, um conjunto de regras que são correspondentes aos uniformes básicos e especiais do Exército Brasileiro previstas pelo RUE e, posteriormente, os uniformes históricos foram – e podem ser – agregados à legislação por meio de um anexo – Figura 15. No caso do uniforme histórico dos Dragões da Independência, esta incorporação foi feita Portaria Ministerial nº 698, de 14 de julho de 198630.

Os anexos do RUE suplementam as disposições principais para as quais não há regulamentação ou trazem algum tipo de modificação, pois é a partir do uso efetivo dos uniformes e de novas demandas que as regras são criadas, alteradas ou suprimidas. Assim, as disposições dos anexos se subordinam às regras gerais sobre uniformes, mas trazem, também, novas normas, específicas para cada um dos assuntos aos quais se referem. E, na relação entre as disposições gerais que regulam a posse, a composição, o uso e a descrição geral sobre os uniformes do Exército Brasileiro e a condições para a posse e o uso, a composição e a descrição das peças dos uniformes históricos de Organizações Militares do Anexo C – Figura 15 –, se encerram alguns pontos cruciais para o estudo do uniforme histórico dos Dragões da Independência e um possível elemento de discordância com a teoria proposta por Almeida. Segundo o que mostra a imagem do capacete de dragão da Figura 4, observamos que há a possibilidade, não somente de escolher, baseado em critérios pessoais, como vestir um uniforme militar, mas também de alterar a sua configuração para adaptá-lo ao próprio corpo, pois trata-se de um uniforme de uso coletivo. Neste caso em particular, então, o uniforme e a vestimenta uniformizante parecem se assemelhar, visto que a diferenciação não faz muito sentido para o conjunto formado pelo uniforme histórico dos Dragões da Independência.

José Adilson de Almeida dedica oito capítulos ao estudo dos uniformes propriamente considerados. Para ele, a análise da produção de sentido sobre uniformes pode estar em “diferentes áreas de conhecimento especializado” e não somente na História (p. 6), o que justifica o seu estudo, também, pela Cultura Visual. O autor afirma

---

30 Anexo C, Capítulo II, Dos Uniformes Históricos, RUE *online* Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

que a sua pesquisa se baseia em fontes variadas, conforme sugere Ulpiano Bezerra de Meneses:

Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação. [...] para que a observação seja eficaz, é indispensável usar-se *todo e qualquer tipo de fonte* (fontes materiais, escritas, orais, hábitos corporais, etc., etc.) ainda que as materiais possam predominar. (MENESES, 2003, p. 26)

Almeida aponta, em seu texto, exemplos encontrados na literatura sobre assuntos relacionados aos uniformes da Guarda Nacional e transcreve trechos de documentos literários e anúncios para construir o seu diálogo. Quanto à iconografia, ele se propôs a utilizá-la para criar vínculos entre os problemas propostos e não para analisá-los. Assim, as imagens são apresentadas ao final da dissertação.

No que concerne à pesquisa e às publicações sobre uniformes, Almeida afirma que grande atenção tem sido dada ao uniforme militar que é, segundo ele, o objeto de maior admiração. O autor apresenta vários títulos de obras que já foram produzidas sobre diversos tipos uniformes e aponta os assuntos relacionados ao tema sobre os quais ainda não há estudos ou produções científicas.

No que diz respeito aos uniformes militares, todavia, Almeida diz que, no Brasil, as atividades de pesquisas ainda não têm sido muito desenvolvidas e as que predominam versam sobre uniformes do Exército e, em maior número, sobre a guerras, e, dentre elas, a Guerra do Paraguai<sup>31</sup>. Talvez este conflito se sobressaia porque, durante a sua vigência, o contingente imenso suscitava, segundo Adler<sup>32</sup>, questões relevantes acerca de como vestir e manter vestido um “exército de massa” (CASTRO, p. 10), e isto trouxe importantes alterações nos uniformes militares e a reorganização do próprio Exército. Os uniformes do Exército Brasileiro foram objeto de estudos realizados por Gustavo Barroso e Wash Rodrigues (1922) e representam importantes

---

31 As pranchas com os uniformes usados durante a Guerra do Paraguai, reproduzidos por Wash Rodrigues, podem ser visualizadas na *Coleção de Uniformes Militares*, no acervo sobre a Guerra do Paraguai, na Galeria Digital da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

<<http://redememoria.bn.br/galeria-digital/?album=all&gallery=23&pid=52>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

32O artigo intitulado *Uniformes da Guerra do Paraguai*, de Adler Homero Fonseca de Castro, faz parte do dossiê sobre a Guerra do Paraguai constante do acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

fontes para estudos sobre uniformes e são bastante utilizadas por pesquisadores em História Militar como Aquino Filho (2006), por exemplo. Entretanto, Almeida acredita que, apesar do seu valor como fonte, “não se pode afirmar que com eles se consolidou um campo de estudos” (p. 18).

Sobre a historiografia e os uniformes da Guarda Nacional, nascida, segundo Naccer (2007), na Regência, e abolida na República, dois fatos são relevantes para esta pesquisa. O primeiro diz respeito a uma prática comum nesta época, que é a de peças de um uniforme poderem ser negociadas e adquiridas livremente por particulares, pois o uniforme era comprado por quem o usava. O outro é que a Guarda Nacional, diferentemente da Imperial Guarda de Honra, foi uma milícia antes de fazer parte do Exército e os seus incorporados usavam vários tipos de uniformes e não um uniforme único sujeito a normas específicas.

Três capítulos são dedicados às funções do uniforme da Guarda Nacional, mas essas funções podem ser aplicadas, também, aos uniformes militares em geral e ao uniforme histórico dos Dragões da Independência em particular. A primeira função é a pragmática. Ela tem a ver com a composição estrutural do uniforme, com as necessidades a serem cumpridas, neste caso, relacionadas, especialmente, às dificuldades encontradas em vestir e compor uma indumentária tão complexa. São funções pragmáticas as de proteção contra choques e intempéries, de regulação da temperatura, inclusive da corporal, do favorecimento à mobilidade e de adequação do peso, corte e acabamento, ou seja, de “proteger o corpo, auxiliar sua movimentação e atender suas necessidades de repouso” (p. 83).

A segunda função é a diacrítica. Ela está ligada às diferenciações internas, relacionadas à hierarquia, marcadas e vistas, segundo Naccer (2007), por meio dos distintivos. Uma norma oficial contempla, assim, os planos de uniformes e estabelece seu uso e gestão, aponta as distinções interna e externa, os postos de hierarquia, as diferenciações entre as Forças e os elementos específicos para cada uma. Os elementos mais valorizados são os que sinalizam as diferenças internas, como as graduações entre postos e cursos de aperfeiçoamento que podem ser visualizados por meio dos distintivos.

Finalmente, a função simbólica é aquela que está ligada a valores e princípios que podem ser associados ao uniforme, o seu uso simbólico. Segundo o autor, o uniforme “não sinalizava apenas um indivíduo armado e com suas funções específicas numa tropa determinada, mas informava sobre um cidadão investido de

responsabilidades e objetivos essenciais à sua comunidade política mais ampla, a nação” (p. 118). A função simbólica está ligada a valores estéticos, à riqueza, à beleza, à aparência, à autoimagem, apontada por Naccer (2007) como um valioso elemento para a criação do RUE pelo Exército Brasileiro, a interesses pessoais e à construção da imagem do próprio Estado para o qual valores como disciplina, nacionalidade, civilidade, respeito às instituições, política de honra, comportamento digno, autonomia política, probidade moral, noção ética e pertencimento são fundamentais. Segundo Cristiane Mesquita (2002, p. 119), a ideia “de que a aparência revelaria a ‘essência’ proporciona ao sujeito uma certa ilusão de diferenciação e distinção em meio a um tempo e espaço massificadores”. A função simbólica reflete, assim, a individualidade, por meio da autoimagem, mas também a “unidade nacional, uniformidade da tropa e sua subordinação às instâncias superiores do Estado” (p. 155). Na função simbólica encerram-se as visualidades dos uniformes do Exército Brasileiro e apontam para um possível regime de cultura visual militar. Neste sentido, a qualidade do uniforme é reconhecidamente essencial e o desgaste da roupa deve ser evitado. Esta é uma questão trazida pelo texto de Carlos Alberto Naccer (2007) e está relacionada à necessidade constante de estudos e aperfeiçoamento dos uniformes por parte do Exército Brasileiro.

Com relação às visualidades conferidas aos uniformes pelos elementos da função diacrítica, sabemos que os Estudos de Cultura Visual se propõem a oferecer um olhar singular, diferente, acurado e atento a alguns aspectos que podem não ter sido completa ou devidamente vistos ou que merecem ser analisados. Segundo Alice Martins (2012, p. 208), os

esforços para compreender os processos implícitos na construção de sentidos levam em conta os embates, os desequilíbrios nas relações de poder, os conflitos, bem como as lutas pelos direitos à diferença, à diversidade, à multiplicidade de manifestações e modos de expressão, tendo a Cultura como o solo sobre o qual as dinâmicas sociais se desenvolvem.

Sob este ponto de vista, naturalizar a imagem de um capacete, de um brasão, de uma cor ou qualquer outro elemento como representante único em uma farda pode nos conduzir a um regime de verdade e a uma visão tácita ancorados em matrizes teóricas que não conseguem dar conta de todas as questões. Neste contexto, acreditamos que o uniforme militar deve ser visto e analisado sempre como um conjunto, especialmente se

tratamos do uniforme histórico dos Dragões da Independência, pois a sua natureza nos leva a percorrer outros caminhos e a realizar novas leituras que não são lineares, dualistas, opostas e excludentes, mas abertas a um debate e que acrescenta e soma.

### 1.1.5. Paixão por Uniformes e Arte: Gustavo Barroso e José Wash Rodrigues<sup>33</sup>

O livro *Uniformes do Exército Brasileiro* é dividido em duas partes: texto, de Gustavo Barroso, e reproduções de aquarelas de José Wash Rodrigues. Na primeira parte do livro há vários desenhos, que podem ser encontrados em todos os capítulos. Esses desenhos, que ilustram e exemplificam os assuntos abordados, trazem datas, informações e descrições detalhadas acerca das peças de vários uniformes apresentados. A imagem dos dois capacetes de dragão usados pela Imperial Guarda de Honra de D. Pedro, retratados pela Figura 16, é um exemplo desses desenhos.

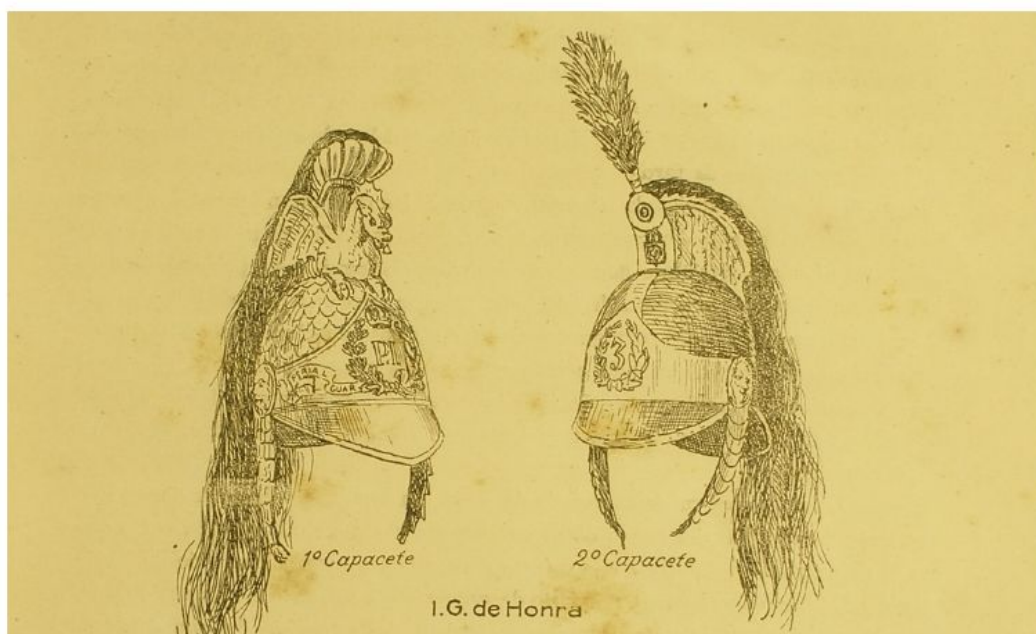


Figura 16 – Imagem dos capacetes de dragão, página 33, do livro de Barroso e Rodrigues, que consta na bibliografia<sup>34</sup>.

---

33 BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wash. **Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro e Paris, 1922. Acervo digital do Museu Histórico Nacional.

34 Fonte: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruft#page/32/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Outras imagens do 1º Capacete e do 2º Capacete foram reproduzidas no livro de Alcides Aquino Filho (2006) – Figuras 8 e 9. Segundo este autor, havia mais de dois capacetes em uso pela Imperial Guarda de Honra naquela época, mas estes dois eram os mais conhecidos. Estes dois modelos de elmos podem ser vistos nas aquarelas de Wasth Rodrigues – Figura 17 e Figura 18. O 1º Capacete era o mais popular e foi utilizado como modelo para o atual capacete dos Dragões da Independência e o segundo passou a ser usado quando D. Pedro casou-se com sua segunda esposa, em julho de 1829 (p. 101):

Mais tarde, a influência da civilização, tão notável nos preparativos do segundo casamento do Imperador, determinou a escolha do novo modelo de capacete, de estilo bávaro, adotado pela guarda de honra para a recepção da Imperatriz Amélia de Leuchtenberg, Princesa de Baviera. (DEBRET, 1965, p. 201)



Figura 17 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1825 – Imagem 48, 192235.

35 Fonte: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruoft#page/n171/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

A Figura 17, Prancha nº 48, de Wash Rodrigues, representa a imagem de um oficial e um guarda da Imperial Guarda de Honra portando o uniforme usado em 1825 e o 1º Capacete com penacho verde. A cor dos penachos foi definida em 1927 e o penacho verde passou a ser usado pelo 2º esquadrão. Hoje, o penacho verde-bandeira é feito para músico e clarim<sup>36</sup>.

Na Figura 18, Prancha nº 53, de Rodrigues, a Imperial Guarda de Honra enverga o uniforme usado em 1831 e o 2º Capacete, “de couro preto, com ferragens douradas e três círculos concêntricos, dois amarelos e um verde como tope e crina vermelha” (AQUINO-FILHO, 2006, p. 101). O penacho vermelho era a cor referente ao 3º esquadrão. Hoje, é a cor do Praça<sup>37</sup>. Nesta imagem podemos visualizar a parte posterior da casaca e seus detalhes, um elemento relevante para esta pesquisa.



Figura 18 – Uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1831 – Imagem 5338.

36 Artigo 16, inciso I, letra “h”, Anexo C, RUE: Do Uniforme dos Dragões da Independência. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

37 Artigo 16, inciso I, letra “h”, Anexo C, RUE: Do Uniforme dos Dragões da Independência. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

38 Fonte: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruoft#page/n177/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

As aquarelas – Figuras 17 e 18 – fazem parte da segunda parte do livro. Ela são enumeradas e também têm legendas que incluem o nome de cada companhia ou unidade militar a que pertencem os variados uniformes e a data a que pertencem. As referências às aquarelas, ou estampas, de Rodrigues, também podem ser encontradas no corpo do texto de Barroso. Esta forma de disposição separada entre texto e imagens dificulta um pouco a leitura e visualização simultâneas, especialmente na versão digitalizada da obra que pode ser lida *online*<sup>39</sup>, mas não inviabiliza a sua utilização.

Apesar de terem formações acadêmicas distintas, José Wash Rodrigues e Gustavo Barroso eram historiadores. Os referenciais teóricos dos autores e a forma de construção do discurso podem ser percebidos, claramente, durante a leitura do livro e, assim, diferenciados da construção interdisciplinar proposta pelos estudos de Cultura Visual. O texto, por exemplo, é desenvolvido a partir de uma narrativa linear e didática da História do Brasil e da História Militar e de uma ênfase sobre os grandes feitos militares, assim como no livro de Aquino Filho (2006). É a partir do desenrolar cronológico dos fatos históricos e das oposições entre texto e aquarelas que os autores contam a história dos uniformes militares no Brasil.

Na primeira parte do livro, Gustavo Barroso trata da organização do Exército. São oito capítulos divididos por períodos históricos. O capítulo I refere-se ao Brasil colonial, entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Os uniformes, detalhadamente descritos, e a formação do Exército Brasileiro são seus temas principais. Barroso diz que, no século XVI, não havia registro seguro sobre a vida militar do Brasil, apesar de haver uma ou outra tropa. Isto mudou um pouco no século XVII, pois a expansão colonialista fez surgir a necessidade de se criar de uma defesa mais sistemática do território nacional. No século seguinte, podiam ser encontradas algumas guarnições armadas na Bahia. Entre os anos de 1718 e 1720, a extração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais ganhou destaque e a proteção e defesa das minas e garimpos tornou-se uma questão de ordem. Duas Companhias de Dragões Reais de Minas<sup>40</sup> surgiram neste período. Segundo o autor, os documentos sobre os uniformes destas Companhias são os mais antigos registros relativos a uniformes militares no Brasil.

---

39 A edição comemorativa do livro *Uniformes do Exército Brasileiro* também pode ser acessada *online*. Disponível em: <<https://archive.org/details/uniformesdoexerc00rodruoft>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

40 Pranchas com os uniformes das Companhias de Dragões Reais de Minas desenhada por Wash Rodrigues. Disponível em: <<https://archive.org/details/uniformesdoexerc00rodruoft>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

No segundo capítulo, sobre o Brasil Reino, século XIX, Gustavo Barroso menciona a criação do 1º Regimento de Cavalaria do Exército, em 13 de maio de 1808, por D. Pedro. Ele também apresenta detalhes dos uniformes, bem como outras informações acerca da vida militar no Brasil. Nesta época, segundo Barroso, a forma de recrutamento realizada obrigava o recruta não somente a usar e cuidar da farda, mas também a conservá-la para um possível uso futuro, pois não era fornecida pelo Exército.

Os cuidados com a imagem individual e coletiva da tropa e com o uso correto da farda eram uma preocupação e uma prática pessoal do General Leônidas Pires (NACCER, 2007), que foi transferida para o atual Regulamento de Uniformes do Exército<sup>41</sup>, constitui-se em obrigação militar e contribuiu para a criação de um regime de visualidades próprio ao meio militar. Para ajudar seu incorporado a ter mais segurança ao montar o seu uniforme básico de acordo com as exigências das últimas normas atualizadas pelo RUE, especialmente quanto ao posicionamento correto dos distintivos, o Exército Brasileiro disponibiliza um aplicativo *online*<sup>42</sup> na página da Secretaria Geral do Exército – SGEX. O aplicativo ainda não contempla todos os uniformes básicos e não há informações sobre a inclusão futura da montagem de uniformes históricos.

No capítulo III, Barroso trata do Brasil Império e do Primeiro Reinado, no século XIX. É deste período o mais importante documento de valor e coesão do Exército: o seu decreto de organização, de 1º de dezembro de 1824. O tema central, entretanto, é o advento da proclamação da Independência do Brasil.

Com a Independência, D. Pedro tratou de diferenciar a farda brasileira da portuguesa. As cores verde e amarela foram os elementos mais utilizados para diferenciá-las e podem ser vistas nos círculos concêntricos do 2º Capacete de dragão na Figura 16. As cores têm uma importância emocional em um processo visual, segundo Ana Paula Soares, que afirma que

---

41 Os artigos 2 e 3 do Capítulo I, Das Disposições Gerais, trazem os detalhes sobre as prescrições sobre uniformes do EB. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames>>.htm. Acesso em: 7 dez. 2014.

42 *MONTAGEM DE UNIFORME ATUALIZADO* – aplicativo de orientação para uso de uniformes militares básicos do EB. Disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta\\_uniforme/](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta_uniforme/)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

a cor exerce três funções primordiais: a dimensão de discriminação, o poder de expressão e a capacidade de significar. Vemos que, através da ação da luz sobre o órgão da visão, discriminamos as propriedades físicas da cor, ou seja, temos a sensação e a capacidade de distinção. Num segundo momento, essa ação elementar provoca uma emoção que atinge a alma. Assim, uma vibração psíquica nos dá a percepção de sua ação construtiva, já que atribuída de um significado próprio tem valor de símbolo e a capacidade de construir uma linguagem que comunique uma ideia. [...] A cor não só tem um significado universalmente compartilhado através da experiência, como também tem um valor independente informativo, através dos significados que se lhe adicionam simbolicamente (GOMES FILHO, 2004, p. 65). Partindo deste pressuposto, sabemos que a cor, reconhecida no valor de símbolo, emite significados partilhados culturalmente. Todavia, a cor também nos permite acrescentar novos significados através da experiência subjetiva [...] (SOARES, 2011, 80-81)

O capítulo IV é sobre o Brasil Império e a Regência, no século XX. Com a Regência, vários corpos militares foram dissolvidos, extintos ou criados, como a Guarda Nacional, cujos uniformes foram estudados por Adilson José de Almeida (2002). O Exército ganhou, assim, uma nova feição. Não há muitas informações acerca do uniforme da cavalaria neste período. No capítulo V, Barroso trata do Brasil Império de D. Pedro II, que vai do Segundo Reinado até a Guerra do Paraguai, no século XIX. Por causa do conflito armado, o Exército permaneceu estacionado no Rio Grande do Sul. Barroso avança, no capítulo VI, até a República. A Guerra do Paraguai levou o Exército a aumentar seus efetivos e a modificar e adaptar os uniformes às condições climáticas do sul do Brasil. Surgiu, nesta época, um novo corpo no Exército: os Voluntários da Pátria. Os armamentos de guerra também passaram por mudanças. Segundo Adler, vestir um imenso contingente com uniformes diferentes era um grande desafio logístico para o Exército Brasileiro na época da Guerra do Paraguai e esta experiência foi extremamente importante para a criação, ao final da guerra, de um novo plano de uniformes e para a reorganização do Exército. Quanto ao 1º Regimento de Cavalaria, este permaneceu na corte durante a Guerra do Paraguai, pois sua tarefa era a guarda do Imperador, que deveria ser cumprida à risca.

No capítulo VII, sobre o Brasil República dos Séculos XIX e XX, Barroso fala sobre uma nova alteração no quadro do Exército e nos uniformes. No capítulo final, da Regência à República, nos Séculos XIX e XX, por causa da mudança feita no EB no período republicano, a Guarda Nacional foi abolida.

A atuação de Gustavo Barroso no cenário político nacional foi extremamente importante para que o uniforme histórico voltasse a ser envergado pelos Dragões da Independência nos dias atuais – Figura 19. Barroso pretendia celebrar o centenário dos

Dragões por meio da restauração do uniforme do 1º Regimento de Cavalaria, “uniforme tradicional, nobre e profundamente significativo dos primeiros momentos de nossa emancipação política” (p. 34). Carlos Alberto Naccer (2007, p. 76) afirma que “Barroso acreditava na função social e política dos símbolos, por isso seu empenho em favor da adoção [...] do uniforme dos Dragões da Independência, pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guardas”. Cavalaria de Guardas”.



Figura 19 – Imagem da comemoração do Dia do Exército, 201343.

O próprio nome *Dragões da Independência* dado ao Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas reflete a importância e o significado do processo de Independência para o EB. Ao tratar do período da Independência em seu livro, Gustavo Barroso não menciona, confirma ou desmente o uso da farda grande pela Imperial Guarda de Honra durante o “grito”, como o retratou Pedro Américo no painel

---

43 Fotografia da comemoração do Dia do Exército, publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 19 abr. 2013. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

*Independência ou Morte!*. Todavia, Barroso questiona a veracidade da representação do uniforme nesta obra, o que ele chama de “anachronismo talvez conscientemente praticado, visando o lado estético da composição” (p. 34). Pedro Américo, todavia, justifica, no texto *O Brado do Ipiranga*, que não há dissonância cronológica entre seu painel e o fato histórico, pois ele é fruto de uma inspiração que não o escravizou.

Na fotografia da Figura 19 ao fundo e do lado direito, há um painel no qual figuras de militares portam armas e equipamentos que seguem os mais avançados recursos tecnológicos e vestem a farda rajada, fruto de pesquisas e avanços têxteis (NACCER, 2007). Do lado direito do cartaz há imagens de algumas armas da cavalaria e uma frase que se refere à atuação dinâmica do EB, ou seja, à imagem de uma instituição que busca mudanças e progresso. Abaixo, no chão, militares do Batalhão da Guarda Presidencial e dos Dragões da Independência usam os seus uniformes coloridos e alguns dos Dragões montam seus cavalos, também, devidamente uniformizados. A imagem dos uniformes históricos parece destoar da propaganda oficial do Exército Brasileiro promovida pelo cartaz, pois ela nos transporta para outro tempo e outro lugar e evoca uma memória e uma tradição que, ao mesmo tempo, nos parecem familiar e nos causam certo estranhamento.

O capacete é, para Barroso, assim como para Aquino Filho (2006), juntamente com as dragonas – peças metálicas utilizadas nos ombros – o mais importante elemento visual no uniforme histórico dos Dragões da Independência, um símbolo do uniforme, do antigo e do novo, sendo que este é o antigo ou, como diz Pedro Américo, uma inspiração ou, segundo Hobsbawn (1984), uma invenção de tradição. Assim, permitir o deslocamento no espaço e no tempo em vez de manter pensamentos lineares e cronológicos, abandonar ideias hierarquizados e instituídas, naturalizações e posturas dualistas e excludentes para seguir em busca de novos caminhos construídos por meio de análises interdisciplinares, conforme os Estudos da Cultura Visual, é a proposta desta pesquisa. Afinal, os uniformes militares são a construção de tempos sociais e trazem, para a contemporaneidade, as características e as memórias da época e espaço vividos. A análise do uniforme histórico dos Dragões da Independência torna-se, assim, mais interessante e desafiadora, pois às características relativas aos uniformes militares em geral, somam-se as suas próprias, específicas.

#### **1.1.6. Uniformes e História Militar: a Cronologia de Carlos Alberto Naccercer<sup>44</sup>**

O trabalho de Carlos Alberto Naccer sobre uniformes representa o resultado de sua pesquisa científica para o programa de pós-graduação em História Militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME. O tema principal da sua pesquisa são os uniformes do Exército Brasileiro no final do Século XX e sua questão principal é tentar responder se esses uniformes passaram por uma evolução significativa capaz de inserir o Exército Brasileiro no contexto do mundo globalizado. Naccer diz que este é um “trabalho de História” (p. 115) e na bibliografia do seu trabalho constam, entre outras, obras nas áreas da História Militar, política, estratégica e tecnologia de guerra e defesa, armamentos, medalhística, metodologia de pesquisa, literatura e dicionários. A História Militar é a sua base e o tema é desenvolvido a partir da trajetória histórica do Exército Brasileiro e seus uniformes. Naccer caracteriza a sua pesquisa como multidisciplinar e a considera uma importante fonte de consulta para militares e civis, um “trabalho relevante e original” (p. 21).

O Regulamento de Uniformes do Exército Brasileiro, RUE45, publicado em 1986, pelo Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves, é o documento norteador de sua pesquisa. Segundo Naccer, as alterações e novidades que foram introduzidas nos uniformes do Exército Brasileiro a partir da entrada em vigor do RUE direcionaram o trabalho daqueles que produziram o Regulamento e refletem o cuidado do General Leônidas Gonçalves com a apresentação individual da tropa, baseados em sua experiência pessoal e profissional, bem como em estudos realizados a partir de um comentário ouvido pelo general de que “ninguém se preocupa com uniformes” (p. 132).

O texto conta com uma lista de quadros e uma de ilustrações. O conteúdo imagético é formado por reproduções de fotografias, ilustrações, desenhos, desenhos técnicos, tabelas, amostras de tecidos, extratos de artigos de revistas e de algumas das aquarelas feitas por J. Wasth Rodrigues para o livro *Uniformes do Exército Brasileiro*<sup>44</sup>. Barroso o dividiu em três capítulos nos quais fala sobre uniformes no passado, no presente e no futuro, ou seja, ele traça um processo de evolução fundamentado em uma perspectiva cronológica. Alcides Aquino Filho (2006) e Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues (1922), também autores da História Militar, lançam mão da mesma

---

44 NACCER, Carlos Alberto. **Os Uniformes do Exército Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/31.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

45 RUE *online*. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

46 A edição comemorativa do livro *Uniformes do Exército Brasileiro* pode ser acessada *online*. Disponível em: <<https://archive.org/details/uniformesdoexerc00rodruoft>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

linearidade temporal, que também pode ser percebida na expressão “Exército Brasileiro em Ação – Salto para o Futuro” contida na imagem institucional do EB na mencionada Figura 19. Entretanto, vimos, por meio desta imagem, que os uniformes do passado, do presente e do futuro estabelecem uma relação pacífica de coexistência no tempo e no lugar contemporâneos. Neste sentido, para os Estudos de Cultura visual, devemos evitar o trânsito por sentidos, posições reducionistas ou enfoques fechados sobre si mesmos, e sim por aqueles “que se vinculam entre si e se hibridizam com outras referências e contribuições” (HERNÁNDEZ, p. 32). Todavia, Naccer afirma que

cabe salientar, que durante o trabalho, houve o cuidado em não se usar o termo ‘evolução’ inadequadamente, devido a estar contido no significado desse vernáculo, uma alusão a ‘progresso’. Assim, o fato de o tempo ter passado não implicaria necessariamente a ocorrência de ‘progresso’ nos uniformes. Em que pese essa ressalva, a força de convencimento ditada pelos dados comprovou que houve, *‘lato sensu’*, uma evolução, na medida em que o tempo, as condições de uso e a necessidade de uma melhor padronização exigiram as modificações registradas. (p.113)

Naccer pode ter pretendido, com este comentário, mostrar que os uniformes têm passado por um processo evolutivo no sentido de modificações, incrementos e substituições, derivados de estudos e pesquisas, que os tem tornado mais próximos das necessidades e demandas dos soldados e do Exército Brasileiro e, ao mesmo tempo, ajudado a preservar a memória, a identidade e as tradições militares. Aparentemente, a análise temporal linear feita por Naccer parece ser uma alternativa encontrada pelo autor para apresentar o que ele define como “evolução do uniforme” de forma didática, explicativa, já que o conteúdo de sua pesquisa é extenso e pode gerar dúvidas. Apesar de a forma escolhida pelo autor não ser considerada ideal e dificultar um pouco a leitura e análise do conteúdo, os dados apontados por ele sobre uniformes são extremamente necessários para o estudo do uniforme dos Dragões da Independência., pois se trata de um traje histórico que guarda no agora suas características iniciais e seus legados. A forma pela qual a temporalidade de uma imagem pode interferir ou contribuir para o processo de produção de sentidos respalda-se na seguinte afirmação de Mitchell (2012, p. 24-25):

A imagem como tal sempre envolve a temporalidade, seja como a lembrança de um passado perdido as ser reevocado e re(a)presentado, como o presente percebido de uma

representação ‘em tempo real’ – como uma sombra, um reflexo, uma apresentação dramática ou uma transmissão televisiva ‘ao vivo’ – ou como a imaginação de um futuro aguardado ou temido. Quando debatemos o ‘futuro da imagem’, devemos perceber que estamos considerando uma dupla imagem ou o que chamo de ‘metaimagem’: a imagem de uma imagem *por vir*. [...] Portanto, o futuro da imagem é sempre *agora*, na mais recente e mais nova forma de imagem.

Ao falar sobre o passado dos uniformes, o autor apresenta os primeiros uniformes de exércitos nacionais de vários países e suas funções, que variavam entre identificação e localização e, em uma etapa posterior, padronização, assunto também tratado por Jennifer Craik (2003). Em seguida, ele passa para os períodos Imperial e Republicano no Brasil, quando a farda era utilizada não somente por militares, mas também por civis, como um meio de demonstração de *status*, já que alguns itens eram comercializados e podiam ser, facilmente, comprados, informação também compartilhada por Adilson José de Almeida (2002), e trata das diferenças entre os uniformes operacionais, de uso diário, e os de gala, destinados a eventos específicos.

Segundo o autor, no início do século XX, os uniformes brasileiros seguiam a tendência mundial para a produção de uniformes. No período da Primeira Guerra, houve uma inovação nos tipos de armamentos utilizados e surgiu a necessidade de dar invisibilidade do uniforme, ou seja, a “necessidade do soldado não se sobressair” ao campo de batalha (p. 40). No Brasil, na década de 1920, houve uma adequação dos uniformes e a manutenção de trajes aristocráticos. Já nos anos 1930, uniformes inspirados na cor cáqui e no estilo dos uniformes militares brasileiros passaram a ser usados por políticos e outros civis. Este fato fez o Exército Brasileiro demarcar seu território e buscar um meio de ser distinguido de outras coletividades: surgiu, então, o uniforme verde-oliva. Sobre este assunto, na atualidade, o parágrafo 2º, artigo 4º, Capítulo I, Das Disposições Gerais, do RUE dispõe que:

Cabe ao Comando Militar de Área ou de Guarnição exercer ação fiscalizadora junto a estabelecimentos de ensino, corporações, empresas e organizações, de qualquer natureza, que usam uniformes, de modo a não permitir que esses possam ser confundidos com os previstos neste Regulamento.

Assim como nos uniformes surgidos após o processo de independência do Brasil (BARROSO, 1922), as cores continuam sendo importantes para a identificação visual

dos uniformes brasileiros – Figura 20. Assim diz o art. 4º, Capítulo I, Disposições Gerais do RUE: “Os uniformes de que trata o presente Regulamento constituem privilégio absoluto do Exército, sendo privativos da Força na cor cinza, nas tonalidades clara e escura, na cor verde-oliva e na padronagem camuflada em suas específicas tonalidade e saturação”. O art. 136, Capítulo VIII, Prescrições Diversas, RUE, apresenta as novas cores das boinas e as cores revogadas a partir de 1º de janeiro de 2014.



Figura 20 – Página inicial do RUE47.

Com relação ao presente, Naccer também aponta a importância da padronização dos tecidos, ou seja, da obtenção da máxima “uniformidade quanto a cores e qualidade”, conforme disposição do artigo 148, Capítulo VIII, das Prescrições Diversas do RUE. Segundo o autor, as cores dos uniformes é uma questão bastante complicada. Sobre este assunto, em primeiro lugar, é bom ressaltarmos que as cores e suas denominações são de domínio público e não podem, portanto ser apropriadas ou registradas como marca, “salvo se dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo”<sup>48</sup>. Em segundo, pode

47 Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

48 A proibição de registro de cores e suas denominações está prevista no artigo 124, VIII, da lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, Lei nº 9.279, de 14 maio 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2014. A proibição

haver discrepância entre as cores de lotes de tecidos produzidos por fornecedores diferentes e os uniformes podem não ficar padronizados. Assim, uma boa saída para o problema, segundo o autor, é a adoção do mesmo padrão camuflado para todas as forças. O primeiro camuflado brasileiro data de 1986. O atual é chamado de “rajado”. As camisetas camufladas dos uniformes seguem a mesma cor e padronagem das outras peças dos uniformes.

A imagem do rajado exclusivo do EB estampa a página inicial do RUE – Figura 20. O camuflado é, assim, também, um elemento diacrítico que identifica o militar incorporado ao Exército Brasileiro e a sua imagem, juntamente com a do Brasão, reforçam a ideia de pertencimento. Todavia, há uniformes especiais que contêm elementos de camuflagem que não utilizam o padrão rajado. Isto se deve ao fato de o Brasil ser um país continental e os elementos de invisibilidade devem estar de acordo com o ambiente em que são utilizados.

O uniforme de caatinga da Figura 21 é um bom exemplo. O uniforme básico sofreu alterações para se adaptar às demandas dos locais onde é usado e as tonalidades de cores utilizadas nesta versão de uniforme especial proporcionam um eficiente mimetismo com o ambiente, potencializado pelo uso de tinta de camuflagem, cuja aplicação segue um padrão específico de cores e desenhos. O uniforme pode ser composto de formas diferentes, conforme as necessidades de cada operação a ser realizada, e algumas partes de suas peças são revestidas com couro para proteger o militar contra os espinhos, as plantas secas e o sol escaldante do sertão. Ao falar de luta, o trecho da *Oração do Guerreiro da Caatinga* que compõe a imagem da Figura 21 se refere às dificuldades que são enfrentadas por todos que vivem neste ambiente hostil e, também, pelos que precisam defendê-lo. Diante da imagem da Figura 21, acreditamos que não se deve naturalizar o rajado como o uniforme camuflado padrão do EB, assim como não deve ser feito com o capacete de dragão, o penacho vermelho, a cor branca do uniforme dos Dragões da Independência, etc.



Figura 21 – Imagem da Tropa de Caatinga, fotografia de Ivan Cruz, 2014.49

No que diz respeito à produção de uniformes adequados, Naccer aponta o exemplo do ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial para que o Exército tenha investido tanto na qualidade, praticidade e funcionalidade dos uniformes brasileiros. Outro tema sobre adequação, no presente, é a reativação, pelo RUE, do uniforme de gala<sup>50</sup> preto, uma roupa cara usada por homens e mulheres em eventos sociais. É a versão militar para o traje civil chamado de passeio completo ou *black tie*. A adequação chegou, também, aos agasalhos contra o frio<sup>51</sup>, que eram deficientes. Todavia, ainda é preciso criar novos uniformes e, se não houver peças previstas no RUE, o uso de outras, complementares, pode ser autorizado.

Sobre o presente, Naccer fala sobre as tendências que influenciam a produção de uniformes no Brasil, pensados para serem, ao mesmo tempo, autossuficientes e

49 Imagem da Tropa de Caatinga, fotografia de Ivan Cruz, publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 22 mar. 2014. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014. Este é um dos uniformes especiais do Exército Brasileiro previstos pelo RUE. Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

50 As prescrições sobre os uniformes de gala feminino e masculino podem ser encontradas no Capítulo II, Dos Uniformes Básicos, Seções I e II do RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

51 Os agasalhos estão previstos na seção I, Capítulo IV, Das Peças Complementares do RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

confortáveis. Para o autor, “o EB possui, agora, uniformes em sintonia com os exércitos de países desenvolvidos” (p. 61). Ele destaca a importância do uniforme de combate camuflado do Exército Brasileiro, previsto pelo RUE de 1986, e os meios de camuflagem existentes. A camuflagem é uma estratégia importante no meio militar e a maioria dos países investe na pesquisa, design e produção de roupas, equipamentos e acessórios que garantam uma invisibilidade quase absoluta. O aperfeiçoamento do apoio logístico a combate e a condução e transporte dos pesados equipamentos individuais também têm merecido atenção especial.

Em relação ao futuro dos trajes, ele apresenta a tecnologia têxtil como um instrumento necessário para a produção de uniformes práticos e eficientes. Neste sentido, a estampa camuflada digital surge como uma alternativa. Todavia, o alto custo deste tipo de padronagem no Brasil requer muitos investimentos, estudos e adequações por parte do Exército Brasileiro, pois as próprias demandas dentro desta Força podem ser diferentes. Segundo Naccar, as novas necessidades de combate serão as responsáveis pela evolução das armas, das doutrinas de emprego das forças e da indumentária militar, que serão produzidas de acordo com estas carências. Naccar prevê, para o soldado do futuro, um uniforme biônico baseado em nanotecnologia e com exoesqueleto e blindagem corporal líquida. Um uniforme que conviverá com os uniformes históricos.

Naccar faz uma comparação entre as edições do Regulamento de Uniformes do Exército de 1986, Portaria nº 698, de 14 de julho de 1986, e a Portaria Ministerial nº 806, de 17 de dezembro de 1998, em especial sobre suas principais alterações e a atualização sistemática da edição atual *online*<sup>52</sup>, e aponta a experiência negativa da logística aplicada aos uniformes usados durante a Segunda Guerra Mundial como um ensinamento essencial para o Exército Brasileiro pensar no futuro do uniforme. Porque o Regulamento dos Uniformes do Exército é atualizado com regularidade e disponibilizado para consulta *online*, algumas das características sobre uniformes citadas e comparadas pelo autor podem estar desatualizadas ou não estar disponíveis para consulta. Com relação ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, a última atualização foi feita pela Portaria nº 391, de 09 de agosto de 2001<sup>53</sup>.

Ainda sobre uniformes, ele comenta sobre a complementação, pelo RUE, dos uniformes do segmento feminino e também sobre os uniformes adotados pela prática,

---

52 Edição *online* do RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

53 Portaria do Comandante do Exército, nº 391, de 9 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/391-01.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

mas que ainda não foram homologados. Algumas atividades têm necessidades específicas e exigem o uso de alguns equipamentos de proteção que não estão previstas no Regulamento – funções pragmáticas – (ALMEIDA, 2002). O autor fala, assim, de peças que já foram adotadas e regulamentadas, em processo de adoção e abolidas. Dentre as homologadas, estão os uniformes históricos<sup>54</sup>. O objetivo do uso destes uniformes é, segundo Naccer, preservar as tradições militares. Para Barroso (1922), o uniforme simboliza a própria Independência do Brasil e por isso deveria ser, novamente, envergado pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Para Eric Hobsbawn (1984), representam uma invenção de tradição.

A legislação<sup>55</sup> – RUE – não afirma porque os uniformes históricos são usados na contemporaneidade nem define, específica e claramente, o que seja um uniforme histórico. Todavia, ela aponta quais são as condições para sua posse e uso, a composição e a descrição das peças de cada um dos uniformes históricos de diferentes Organizações Militares, a forma de realizar sua manutenção, e como são criados e confeccionados. Nas condições previstas pelo RUE para a posse, os usos, a manutenção e a confecção destes uniformes podem estar as chaves para que possamos ter acesso aos sentidos a ele atribuídos como uma vestimenta “histórica” e chegar a uma possível definição e a um objetivo para sua incorporação em um anexo à legislação principal. Estas condições especiais do uniforme histórico dos Dragões da Independência são fundamentais para criarmos os pontos de convergência e/ou de divergência entre o que nós pesquisamos sobre ele e o que dizem as fontes sobre uniformes em geral, com base nos Estudos de Cultura Visual.

Ao concluir este capítulo, Carlos Naccer afirma que as alterações trazidas pelo RUE tiveram reflexos positivos para o Exército, pois os seus uniformes, “fontes da História” (p. 83), passaram por evolução recente e significativa e se tornaram mais modernos e adequados, com melhor qualidade. Além disso, houve uma maior participação dos usuários de uniformes no processo de criação de novas peças, pois é a partir do uso efetivo dos uniformes que o Exército Brasileiro recebe as reclamações, sugestões e propostas que podem levar a estudos e alterações<sup>56</sup> nos uniformes. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que promove uma evolução na produção de uniformes, a

---

54 Os uniformes históricos estão previstos no Anexo C, Capítulo II, Dos Uniformes Históricos, do RUE. Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

55 Anexo C, Capítulo I, RUE, sobre os uniformes históricos, Das Disposições Gerais e Capítulo III, Das Prescrições Diversas. Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

56 Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

política atual do Exército Brasileiro também procura preservar as tradições e a cultura material, por meio da regulamentação e manutenção dos uniformes históricos.

Esta relação entre evolução e preservação citada pelo autor poderia ser considerada um paradoxo? Os uniformes históricos utilizados pelo EB hoje são cópias, releituras, interpretações, invenção das imagens das fardas usadas no século XIX. Os uniformes básicos e especiais também são cópias ou frutos de modificações e adaptações sofridas por aqueles uniformes para que pudessem se adequar às demandas proporcionadas por cada período e lugar. Assim, o uniforme contemporâneo do EB parece ser um mosaico formado por diferentes tempos e lugares e pode ser considerado como um paradoxo e um anacronismo, um conjunto de sentidos e sensações. Tudo depende da educação do olhar e, principalmente, da quebra do olhar tácito, proposta, no âmbito da Cultura Visual, por Irene Tourinho e Raimundo Martins (2011, p. 64):

A construção de uma compreensão crítica depende, então, de romper com a visão tácita, engajar-se analiticamente e estimular a mobilidade do olhar. Estes processos são também aliados nos agenciamentos que podemos realizar a partir das formas como usamos e exercitamos nossas possibilidades de compreensão crítica. O uso e exercício dessas possibilidades têm o potencial de nos posicionar para lidar com a cultura visual como um recurso que nos permite entender onde estamos, porque e para quê.

No terceiro capítulo Nacer fala sobre distintivos, as características e a história destas peças, que servem para distinguir e identificar. No início, as cores diferenciavam as fardas. Os distintivos evoluíram e mudaram segundo as tendências mundiais. Eles ficaram mais discretos, tornaram a identificação pelo inimigo mais difícil e deram menos visibilidade ao combatente. Também houve uma mudança nas cores. O capacete dos Dragões, peça considerada fundamental para o uniforme dos Dragões da Independência por Aquino Filho (2006) e Gustavo Barroso (1922), é citado pelo autor como um bom exemplo de distintivo.

Hoje, no Brasil, o RUE57 traz em detalhes as regras sobre as insígnias dos postos e as divisas das graduações. Elas passaram por uma mudança visual, tanto no material usado quanto nas cores utilizadas. As cores de cada especialidade são

---

57 O Capítulo V, Das Insígnias, e o Capítulo VI, Dos Distintivos, estão previstos no RUE e foram alterados pela Portaria do Comandante do Exército nº 158 em 6 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Frames.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

destacadas e, por meio delas, é possível saber qual é a especialização do usuário, onde ele serve e se concluiu algum curso de extensão. Todavia, no que se refere aos penachos do capacete de dragão, vimos que as cores não conseguem apresentar, a não ser no caso do penacho branco usado pelo Comandante, todas as informações a respeito do usuário, que deve ser complementada por meio de outros recursos visuais contidos na farda.

Ao mesmo tempo em que os distintivos exigem discrição quando o militar está à distância, em uma guerra, eles têm de identificar, corretamente, aquele que está no trabalho, que posto ocupa, onde serve. Os distintivos, assim, conforme a necessidade e a forma de seu uso, revelam e escondem o militar. Além dos distintivos previstos, há outros a serem homologados, especialmente os adquiridos como resultado de participação em cursos ou estágios em outras Forças, brasileiras ou estrangeiras, e para aqueles cursos que ainda serão criados. No caso das forças de paz brasileiras, os distintivos identificam o uniforme camuflado, utilizado para este fim. Os distintivos de bolso foram considerados uma inovação com caráter prático e útil nos uniformes do Exército Brasileiro no final do século XX.

Segundo Naccar, os distintivos são importantes porque eles fazem parte do imaginário e da natureza militar, são o símbolo do compromisso e refletem satisfação pessoal. Ostentar um uniforme com distintivos é motivo de alta estima e apreço. Todavia, o Exército Brasileiro publicou, no RUE, normas que limitam o uso indiscriminado de distintivos, pois isto poderia banalizar o uniforme e gerar situações constrangedoras e frustrações nos soldados que ainda não conseguiram passar por cursos de extensão.

Na conclusão deste capítulo, Carlos Naccar apresenta a necessidade de preservar a memória da indumentária militar e de exemplares antigos e novos de distintivos e insígnias no Museu do Exército. Ele confirma a tese apresentada no seu trabalho de que os uniformes do Exército Brasileiro passaram por uma significativa evolução, e que, por isso, pode-se considerar que ele está inserido no mundo globalizado. Segundo o autor, a qualidade da farda do Exército Brasileiro é motivo de orgulho nacional.

A pesquisa de Naccar inclui uma lista de vinte e sete anexos dedicados aos uniformes e à profissão militar. No último anexo, o autor mostra que há carência de pesquisa sobre o assunto e cita a única e última monografia apresentada à ECEME sobre uniformes até a publicação do seu texto, um manuscrito de cinco páginas intitulado *Os Uniformes do Exército*, escrito em 1965 pelo Major Adel Cardozo. Há, também, reproduções de artigos sobre uniformes publicados na *Revista Verde-Oliva*<sup>58</sup> que são

extremamente relevantes para esta pesquisa, especialmente os artigos sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência.

Este trabalho de pesquisa realizado por Carlos Alberto Naccer, juntamente com o livro de Aquino Filho (2006), representam uma rica fonte, especialmente para o pesquisador civil, desconhecedor de detalhes e nomenclaturas a que só os iniciados no mundo militar têm acesso. A análise do uniforme dentro do contexto da História Militar e sob o ponto de vista doutrinário do Exército Brasileiro nos permite, assim, adentrar e circular por um ambiente diverso, árido, e deparar com outros olhares e atribuições de sentido que, sob os nossos próprios regimes de verdade, não fazem – ou não queremos que façam – muito sentido. Durante a fruição desta nova experiência, nos encontramos e estabelecemos um diálogo com as regras e as exceções e o principal e o anexo do Regulamento de Uniformes do Exército, a política cultural e os pensamentos opostos sobre uniformes de Jennifer Craik, a paixão pela farda de Gustavo Barroso, as ilustrações detalhadas de Wash Rodrigues, a certeza, fruto de inspiração de Pedro Américo, silenciada por Cláudia Oliveira e Cecília Mattos, o público ou o privado, a regra ou a subversão, o visível ou o invisível, o uniforme ou a vestimenta uniformizante, o bonito ou o feio, o ontem ou o hoje ou o amanhã, o aqui ou o ali, o anacronismo ou contemporâneo, o paradoxo ou o coerente, o masculino ou o feminino, o que distingue ou o que camufla, o que veste e o que é vestido, o capacete ou o penacho vermelho ou os elementos canônicos ou a cor branca ou o rajado ou os distintivos que, sozinhos, viram uniformes, enfim, com tudo o que as fontes nos oferecem tão generosamente.

Para criarmos esta relação dialógica convidamos as fontes e os Dragões para uma arena aberta, a Cultura Visual (MARTINS, 2012), que é interdisciplinar por estar “associada aos estudos da cultura e do social e a várias disciplinas do conhecimento que utilizam o termo com a intenção de incluir num conceito comum todas as realidades visuais, as visualidades, sejam elas quais forem, que afetam os sujeitos em seu cotidiano” (DIAS, p. 60). Nesta arena, a luta não é de um contra o outro e sim de todos a favor do uniforme histórico dos Dragões da Independência, para que ele ganhe uma visibilidade que está além da visualidade. Para esta batalha, cada ator traz as armas que tem, suas matrizes teóricas, e juntos tentaremos percorrer outros caminhos, construir ou

---

58 A Edição Especial da Revista Verde-Oliva nº 170, publicada em 2000, a nº 175, de Jul/Ago/Set de 2002 e a edição nº 182, de Jul/Dez 2004 não estão disponíveis no site *online* da Revista Verde-Oliva, mas apenas outras edições, mais recentes. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/subscriptions/1247501>> e <<http://www.eb.mil.br/web/revista-verde-oliva/edicoes-antiores#irparaconteudo>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

desconstruir ideias postas, suspender crenças e apresentar novas possibilidades ancoradas nos Estudos de Cultura Visual. O enfrentamento dialógico começou neste capítulo e segue nos dois seguintes. Continuemos, então, a peleja.

**“Marchamos sempre altaneiros,  
Nosso garbo é varonil,**

**Pois somos leais guerreiros,  
Sentinelas do Brasil.**

**Os “Dragões da Independência”  
Com civismo e alma viril  
São por destino e consciência  
Bons soldados do Brasil.**

**Ao soldado honra e conforta  
Cumprir à risca o dever  
Se morremos pouco importa,  
O Brasil há de vencer.**

**Nossa indômita vontade  
De vencer é firme e forte  
Pelo bem da liberdade  
Lutaremos até a morte.**

**Pelo amor à nossa terra  
A vida daremos nós  
Na paz, trabalho, na guerra  
A bravura dos heróis.<sup>59</sup>**



Figura 22 – Imagem fotográfica de detalhe do cinto-talabarte dos Dragões da Independência tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

## **2 O Uniforme Histórico dos Dragões da Independência**

---

<sup>59</sup> *Canção dos Dragões da Independência*, composta em 1946. Letra do Capitão Rubem Continentino Dias Ribeiro. Música do 1º Sargento Germano Fortuna. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YINaoJ1JbhM>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência encerra várias realidades visuais que afetam o cotidiano de seus usuários e os elementos diacríticos, que ocupam um importante espaço nessas visualidades, juntamente com a boa aparência, apontam na direção da existência de um regime de cultura visual relativa ao meio militar. O cinto-talabarte<sup>60</sup> preto – Figuras 22-24 – é um desses elementos diacríticos. Ele está previsto no inciso XI, artigo 15, Seção III, Anexo C, do Regulamento de Uniformes do Exército<sup>61</sup> e o inciso XI, artigo 16, do mesmo dispositivo legal, traz a sua descrição em detalhes. O talabarte pode ser definido como uma “correia de couro usada a tiracolo” composta por duas peças que se unem a partir do cinto. Em um dos seus passadores de couro há um escudo dourado com as iniciais “DI”, Dragões da Independência, cujos detalhes podem ser vistos na Figura 22.

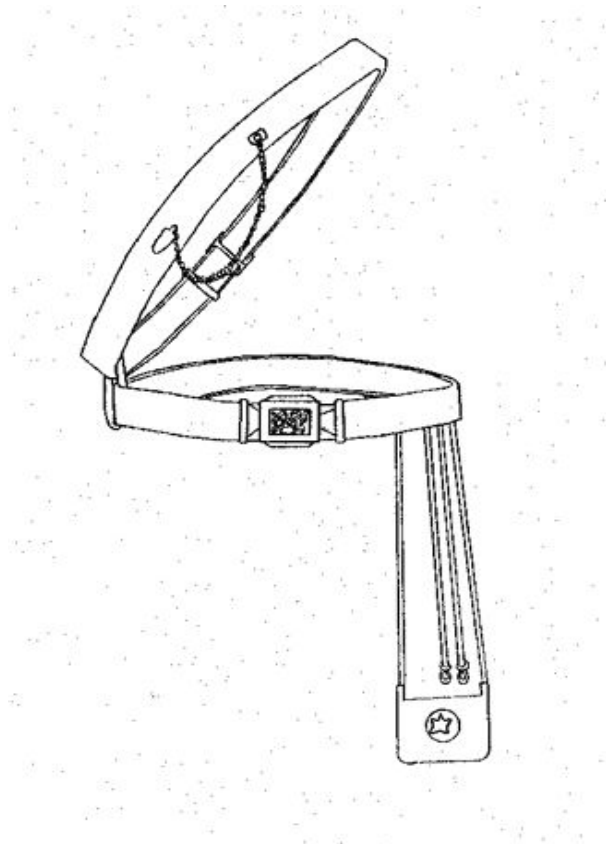


Figura 23 – Imagem do Cinto Talabarte – Figura 57, Anexo C, RUE62.

---

<sup>60</sup>Definição de talabarte. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/talabarte>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

<sup>61</sup>RUE *online* - Anexo C, Capítulo III. Do Uniforme dos Dragões da Independência. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

<sup>62</sup>Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Imagens%20HTM/Anexo%20C/Fig057C.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2015



Figura 24 – Imagem fotográfica do cinto talabarte dos Dragões da Independência tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília/DF.  
Fonte: arquivo da autora.

O cinto-talabarte é um dos distintivos de postos e graduações ou um marcador diacrítico (ALMEIDA, 2002) do uniforme histórico dos Dragões da Independência. Há duas versões: uma feita de couro envernizado – Figura 24 – e outra de couro fosco. O da Figura 22 é de couro não envernizado e é utilizado por Sargentos, Cabos e Soldados. No vocabulário militar<sup>63</sup>, os militares cujos postos compreendem de soldado a subtenente são denominados praças ou graduados e, de tenente a general, oficiais (NACCER, 2007, p. 84). Praças ou graduados seguem esta ordem: soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento e primeiro sargento. Os oficiais intermediários são: subtenente, aspirante, segundo tenente, primeiro tenente, capitão. Os oficiais gerais são: major, tenente-coronel, coronel, general de brigada, general de divisão e general do Exército.

Porque o uniforme é de uso coletivo, percebemos que o cinto na Figura 22 mostra sinais de desgaste e que o escudo dourado e as correntes que o unem a outra

<sup>63</sup> Postos e graduações do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

peça estão desbotados e meio oxidados. Além de definir a graduação, a inscrição “DI”, Dragões da Independência, encontrada no escudo e em outras peças do cinto-talabarte e no material de encilhagem dos cavalos, indica que esta é uma farda que pertence aos Dragões da Independência. No uniforme usado pela Imperial Guarda de Honra (AQUINO-FILHO, 2006, P. 102), a inscrição “PI”, Pedro I, era fixada à testeira do 1º capacete (BARROSO; RODRIGUES, 1922). Nos demais uniformes do EB, podem ser envergados distintivos diversos e insígnias que caracterizam os usuários. No caso do uniforme dos Dragões, os elementos diacríticos identificam, primeiramente, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e a individualização de cada Dragão ocorre a partir das composições, adaptações e modificações que acontecem na roupa a cada novo uso.

A letra da *Canção dos Dragões da Independência*, que abre este capítulo, enumera as características dos Dragões. Algumas delas os aproximam de outros incorporados ao Exército Brasileiro, como a paixão pelo ofício, as bravuras dos heróis, a honra, a disciplina, a obediência, a disponibilidade, a vocação e o patriotismo. Esta *Canção* encerra muitas visualidades por meio das palavras contidas em seus versos. Ao ouvi-la ou ler o seu texto, conseguimos visualizar as imagens de um passado em que distintos cavaleiros, vestidos com suas fardas brancas, cumprem, deliberada e honrosamente, o seu dever de ofício, ou seja, o de defesa do Imperador e do Brasil. Um uniforme marcante, especial, feito para soldados especiais, pertencentes a uma elite que tinha condições financeiras para envergá-lo, um símbolo de posição social privilegiada a que muitos almejavam alcançar. Mas a *Canção* também procura realçar aquilo que os Dragões, também têm de especial, ou seja, a aparência elegante, masculina e viril, visualidades relativas à farda e impressas nos corpos por meio delas, que transformam soldados em heróis, bem como as glórias dos grandes feitos de que participaram, a tradição, o legado e a honra de pertencer ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e de envergar o uniforme histórico. Estas são as características que identificam os Dragões da Independência, mas quais são os sentidos atribuídos ao uniforme histórico que usam?

Altaneiros, bravos, fortes, imponentes, bonitos, elegantes, distintos, rebuscados, ativos, nobres, dignos, vaidosos<sup>64</sup>: assim são os incorporados ao 1º RCG, os Dragões da Independência, segundo a primeira linha do primeiro verso da *Canção dos Dragões da Independência*. Este sentido parece ser atribuído pelo uso da farda histórica que

---

64 Definições para os adjetivos altaneiro e ativo. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=altaneiro> /> e <<http://www.dicionarioinformal.com.br/sinonimos/ativo/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

encerra em si todas as honras e glórias de um passado de vitórias de que participou a Imperial Guarda de Honra e que, agora, é envergada por um grupo especial de soldados do EB.

O 1º Regimento de Cavalaria de Guardas foi criado, oficialmente, em 13 de maio de 1808 como um corpo de cavalaria, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, quando da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil. Os Dragões eram os responsáveis pela guarda da Família Real e da sede do Governo. O avanço das tropas napoleônicas na Europa afetou a vida política de Portugal e forçou a fuga da Família Real para o Brasil. Era uma mudança expressiva, ou seja, a capital recebia uma nova estrutura administrativa e um governo, estranhos à cultura do País. Por causa desta transferência e das consequências que o fato causou na administração da cidade do Rio de Janeiro e no País, havia a necessidade de se criar forças regulares que pudessem ser utilizadas para defesa, ataque e controle a qualquer tempo. Em 1810, o Regimento foi reorganizado e comandado por João Egídio Calmon de Siqueira. Mas as origens deste Regimento são anteriores a 1808 e, para entender a sua história e os sentidos do uniforme histórico dos Dragões da Independência é preciso recorrer à História, ao conteúdo imagético disponível e ter acesso à sede do Regimento, em Brasília, e à roupa.

O Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência, localiza-se em Brasília/DF. Atualmente, há três Regimentos de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro e cada um deles tem o seu uniforme próprio. Além do 1º RCG, há o 3º RCG, o Regimento Osório65, localizado em Porto Alegre, RS, e o REsC, o Regimento Andrade Neves66, localizado no Rio de Janeiro.

Na Figura 25 vemos a cerimônia comemorativa ao Dia do Soldado, realizada em Brasília, em 25 de agosto de 2014. Esta imagem institucional do Exército Brasileiro se parece bastante com a publicada na comemoração do Dia do Exército, realizada em Brasília, em 19 de abril de 2013, representada na Figura 19, Capítulo 1, o que revela a importância dada aos uniformes pelo EB.

---

65 Uniforme do Regimento Osório. Seção V, Anexo C, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20V.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

66 Uniforme do Regimento Andrade Neves, Seção IV, Anexo C, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20IV.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2015.



Figura 25 – Imagem de cerimônia realizada no Dia do Soldado, em 2014, em Brasília/DF<sup>67</sup>.

Ao fundo, na Figura 25, o Batalhão da Guarda Presidencial, enverga seus dois modelos de uniformes históricos. Atrás destes, um painel retrata militares usando o uniforme rajado. À frente, os Dragões da Independência se mostram altaneiros em seu uniforme histórico durante a cerimônia. O uniforme branco e vermelho, o capacete dourado com uma crina preta, chamada, informalmente, de chorão (informação verbal), e as botas de montaria fazem com que esta farda se destaque das demais. Uma roupa elegante, pomposa, rebuscada, vestida, também, na contemporaneidade, por uma elite, com montagem minuciosa e detalhada e funcionalidade “questionável” se comparada com os atuais uniformes do Exército Brasileiro, mas que simboliza uma cultura de visualidades próprias importante para este estudo interdisciplinar.

---

<sup>67</sup> Imagem de cerimônia realizada no Dia do Soldado, em Brasília, publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 25 ago. 2014. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

## 2.1 O que são Uniformes

O uniforme, considerado como artefato, consiste em um tipo de roupa que um indivíduo ou um determinado grupo veste porque é obrigatório ou porque promove certa funcionalidade no desempenho de uma função. O *dress code* ou código da roupa representa um conjunto de regras cogentes, imperativas, expressas ou não, que impõe regras de uso a um grupo e comina pena no caso de não cumprimento ou inobservância.

A farda tem a propriedade de padronizar conforme um modelo estabelecido, desejado, imposto, regulado, previsto, determinado, reconhecido e aceito por um grupo social. O uniforme pode comunicar, produzir sentido e significado. Assim, quem o veste passa a pertencer a uma determinada coletividade e está sujeito a convenções às quais deverá obedecer e se adaptar. Por meio do uniforme o individual pode se tornar coletivo. O uniforme identifica, organiza, proporciona adequada autoimagem e aparência para o grupo, protege quem o usa e aperfeiçoa o desempenho de uma determinada função ou ofício. Estas são as funções pragmática, diacrítica e simbólica relativas aos uniformes segundo José Adilson de Almeida (2002).

Para o Dicionário Michaelis uniforme é farda ou fardamento, ou “vestuário idêntico para todos os componentes de uma agremiação”<sup>68</sup>. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico<sup>69</sup>, ele consiste em um “vestuário com características específicas, usado por todos os membros de uma instituição ou serviço (profissional, militar, etc.); farda”. Na concepção de Adilson José de Almeida (2002a, p. 93),

Uniformes são conjuntos de indumentária, insígnias e equipamentos oficialmente regulamentados e de uso obrigatório, basicamente concebidos para a identificação dos membros nos mais diferentes tipos de organização: corporações militares e policiais (incluindo prisioneiros), instituições de ensino, empresas (para certas funções), agremiações esportivas e entidades diversas (Cruz Vermelha etc.).

---

<sup>68</sup>Definições de uniforme. Disponível em: <[http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/uniforme%20\\_1062264.html](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/uniforme%20_1062264.html)> . Acesso em: 15 jan. 2015.

<sup>69</sup>Definição de uniforme. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/uniforme>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Para Jennifer Craik (2003), os elementos canônicos ou normativos em um uniforme sinalizam para uma linguagem visual de uma vestimenta que se submete a convenções estéticas e que impõe uma prática uniforme que direciona o olhar e evoca uma espetacularização do corpo e revela a identidade, o *status*, as técnicas de conformidade, a disciplina, os protocolos, os papéis, os ritos e os símbolos do corpo social. As roupas têm uma função que vai além de cobrir o corpo, rompendo o sentido metafórico das palavras poder e autoridade e dando-lhes sentido literal.

Adilson José de Almeida (2002b, p. 01) afirma que o estudo das sociedades pode ser realizado a partir da indumentária “compreendida como um dos vetores materiais da produção e reprodução social”. No caso dos uniformes militares, a análise do artefato permite estudar a organização, o desenvolvimento e as mudanças tanto das organizações militares quanto da própria sociedade civil por meio da história.

Todavia, para Jennifer Craik (p. 7), “o uniforme não é um elemento óbvio, pois entre sua definição por um dicionário e os atributos que se encontram associados a ele nos levam a diferentes conotações”. Uma opção para tentarmos entender essas diferentes conotações e os valores encerrados entre “uma boa disciplina uniforme” e o *dress code* poderia ser, segundo Ulpiano (2003, p. 30 e 31) levar a imagem para o campo dos comportamentos e fenômenos da vida social e da transformação histórica e estudar o que as visualidades e os ambientes visuais comunicam, os regimes escópicos de visão, os discursos e as práticas que constituem diferentes formas de experiência visual. Isto pode indicar que a prática social do uniforme pode ser um meio efetivo de criar novos costumes e, por consequência, sinalizar para a produção de novas normas que sejam mais modernas, pois o Direito é, por excelência, uma ciência que nasceu dos costumes como prática reiterada e está, assim, sujeito a novas demandas e modificações.

Concordamos, assim, com os escritos de Manuelina Maria Duarte Cândido (2014, p.2 e p. 3) apresentados no parecer sobre a nossa qualificação, de que o uniforme é um objeto polissêmico, ou seja, ele é portador de diversos sentidos e significados e que há um movimento de mão dupla, em que

o homem modifica o objeto, mas o objeto modifica o homem; o homem é criador e criatura. E as normas (leis) costumam aparecer em um momento posterior para normatizar as coisas que já se acomodaram razoavelmente pelo uso [...] Tocamos as coisas e ao mesmo tempo elas nos tocam. Portanto, além de polissêmicos, os objetos são multissensoriais.

Então, por ser um objeto polissêmico e multissensorial, cada contexto em que o uniforme se insere constitui uma essência singular a ele e, desta forma, os inúmeros sentidos atribuídos aos uniformes se digladiam e dificultam ou impossibilitam que ele seja definido de maneira fechada, linear e definitiva.

## **2.2 Os Uniformes do Exército Brasileiro**

As Forças Armadas Brasileiras adotam diversos tipos de uniformes para as práticas diárias dos seus soldados, graduados e oficiais, sejam homens e/ou mulheres. Cada tipo de atividade, dentro de uma mesma Força, demanda diferentes trajes, pois os uniformes são criados para serem, a princípio, funcionais, de forma a garantir um bom desempenho da profissão militar e a segurança e o conforto físico durante as diversas práticas. Todavia, a funcionalidade ou função pragmática (ALMEIDA, 2002) não é a única característica desses uniformes. As cores, os tecidos, os padrões de estampas, os adornos, os acessórios e outras peças e as formas de composição de cada uniforme definem, visualmente, a qual das Forças pertence quem o utiliza e que atividade está desempenhando naquele momento. Assim, a identificação visual é uma característica fundamental desta tipologia de indumentária, mas o processo de produção de sentido está além da funcionalidade da roupa.

A composição do uniforme revela as posições de comando e subordinação dos sujeitos na carreira militar. A atualização dos uniformes tem sido uma preocupação constante do EB, especialmente no que se refere à tecnologia na produção dos tecidos e roupas, a fim de garantir a imagem de uma instituição que se atualiza constantemente para se adequar às demandas que surgem a cada dia. A manutenção da imagem individual e coletiva é, também, característica da Instituição, pois é por meio de um uniforme bem composto que o militar retrata o seu respeito e o bom ânimo pelo desempenho das funções militares e às regras. O uniforme confere ao militar um regime próprio de visualidade, uma elegância varonil, masculina, viril, forte e heróica, baseada na imagem do homem que veste uma farda simbólica, tradicional, transformadora.

Os uniformes militares do Exército Brasileiro são compostos por uniformes básicos, especiais e históricos. Os especiais e básicos têm versões masculinas e femininas<sup>70</sup>. Os uniformes históricos têm apenas uma versão que a legislação não

afirma ser masculina, apesar de que se poderia, por analogia e exclusão, considerá-lo masculino.

Os uniformes do Exército Brasileiro constituem privilégio próprio e têm uso privativo, ou seja, somente podem ser usados por membros da Arma. O capítulo I, Das Disposições Gerais, artigo 3º, § 1º, por exemplo, proíbe, expressamente, “o uso de uniformes e peças complementares por pessoas não autorizadas”. Todas as prescrições relativas a este uniforme estão contidas no Regulamento de Uniformes do Exército e nas Portarias Ministeriais nele contidas. Quanto ao dever de uso e obediência, o Código Penal Militar<sup>71</sup> tipifica a punição aplicada aos casos de vilipêndio ou desrespeito à farda. Algumas prescrições contidas no RUE, devido à sua natureza, destinam-se tanto ao pessoal do Exército Brasileiro quanto aos civis. O mesmo artigo 3º, § 3º proíbe, expressamente, “o uso, por qualquer pessoa, de peças de uniformes junto com trajes civis”.

### **2.2.1 Uniformes Básicos e Especiais Masculinos e Femininos<sup>72</sup>**

Há vinte e cinco tipos de uniformes masculinos básicos previstos pelos artigos 12 e 13, da Seção I, do Capítulo II, do Regulamento de Uniformes do Exército. Os artigos 14 e 15 da mesma Seção apresentam vinte e um tipos de uniformes femininos básicos. O RUE dispõe sobre a posse facultativa e obrigatória, sua composição, seus usos, suas variações, bem como a correspondência entre alguns uniformes e os trajes utilizados por civis em diferentes tipos de eventos<sup>73</sup>.

---

70 As expressões uniformes básicos e especiais do EB e peças complementares são mencionadas no artigo 1º do Anexo A, Capítulo I – Das Disposições Gerais –, do Regulamento dos Uniformes do Exército Brasileiro – RUE. O termo relativo aos uniformes especiais destinados aos estabelecimentos de ensino do EB está previsto no artigo 1º do Anexo B, Capítulo I – Das Disposições Gerais do mesmo documento legal. E a expressão uniforme histórico está prevista no artigo 1º, Anexo C, Capítulo I – Das Disposições Gerais –, também do RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

71 Código Penal Militar. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001compilado.htm)>. Acesso em: 2 mar. 2015.

72 Todos os uniformes especiais masculinos e femininos podem ser vistos no RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

73 As imagens dos uniformes básicos completos masculinos e femininos podem ser acessadas na íntegra no RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Imagens%20HTM/RUE/Fig001.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.



Figura 26 – Imagem fotográfica tomada pelo Sargento Edvaldo em 2014, em Brasília<sup>74</sup>.

Na Figura 26 vemos a imagem de uniformes masculinos e femininos básicos sendo usados em uma cerimônia oficial. A fotografia institucional do Exército Brasileiro foi tomada durante a celebração do Dia da Bandeira, em Brasília, no dia 20 de novembro de 2014. Em pé, à frente, a guarda uniformizada de verde-oliva faz as honras à Bandeira. Ao fundo e à esquerda, os Dragões da Independência cumprem sua função institucional e envergam o uniforme histórico. O EB confere importância e orgulho ao uniforme que seus incorporados envergam: “Nós somos da Pátria a guarda, fiéis soldados, por ela amados. Nas cores de nossa farda rebrilha a glória, fulge a vitória”.<sup>75</sup> Nas cores brasileiras de todas elas, de todos os tempos. Uma imagem cheia de simbolismos e visualidades próprias do meio militar.

---

<sup>74</sup> Imagem fotográfica tomada pelo Sargento Edvaldo em 20 nov. 2014, Dia da Bandeira, e publicada na mesma data na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook*. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

<sup>75</sup> Trecho da *Canção do Exército*, letra do Tenente Coronel Alberto Augusto Martins e música de T. De Magalhães. Disponível em: <[http://www.lrcg.eb.mil.br/music/cancao\\_exercito.mp3](http://www.lrcg.eb.mil.br/music/cancao_exercito.mp3)>. Acesso em: 9 nov. 2014.

O uniforme básico também são usados pelos incorporados ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, homens e mulheres, para a realização das suas outras missões institucionais, ou seja, em seu trabalho diário e no cumprimento de atividades e esportes equestres, serviços gerais, faxina e serviços internos, Figura 5276, Capítulo 3. Todos usam esporas nas botas, apesar de alguns deles não andarem a cavalo em suas atividades diárias ou nunca terem montado a cavalo, exemplo de invenção de tradições (HOBSBAWN, 1984). Quanto às botas de montaria, feitas pelo sapateiro do 1º RCG, chamado, informalmente, de *boteiro*, podem ser encontradas em dois modelos diferentes e são utilizadas conforme a escolha do militar (informação verbal).

A regulamentação dos uniformes femininos do Exército Brasileiro é bastante recente<sup>77</sup>. Segundo Naccer (2007, p. 76), “Até 1986, apenas os uniformes femininos para as Ex-enfermeiras da FEB estavam previstos. O RUE, artigo 140, Capítulo VII, dispõe sobre os uniformes das alunas que hoje ingressam nos Colégios Militares e das integrantes do Seguimento Feminino do Exército”.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência fica armazenado no 1º RCG e não é objeto de posse individual por parte dos Dragões. Ele é vestido tanto por homens quanto por mulheres e seguem uma modelagem única. As diferenças que podem existir estão relacionadas à numeração das peças, como é feita para as demais vestimentas, inclusive as civis. Uma modelagem especial, confeccionada sob medida somente é realizada quando os números existentes não servem por motivos de altura ou peso ou quando a mulher que serve neste Regimento tem seios ou quadris muito grandes (informação verbal). Este uniforme tem características intrínsecas tão diversas dos demais uniformes do EB que, talvez, a categorização por gênero não seja a mais adequada ou aconselhável, apesar da existência da expressão “garbo varonil” na letra da *Canção*. O próprio artigo 8º, Anexo A, Capítulo III, do RUE, que dispõe sobre uniformes femininos, poderia ser utilizado para justificar este entendimento, visto que

---

76 Imagem do uniforme básico masculino 4º B2, Seção I, artigo 13, inciso XX, Figura 20, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Imagens%20HTM/RUE/Fig020.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

77 A História da Mulher no Exército. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset\\_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fmulheres-no-exercito%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_6ssPDvxqEURI%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fmulheres-no-exercito%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_6ssPDvxqEURI%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

Para as integrantes do segmento feminino, durante o período de gravidez, poderão ser **relevadas** pequenas alterações, que visem a proporcionar conforto e bem-estar às usuárias, desde que as referidas alterações não **descaracterizem** os uniformes e sejam previamente autorizadas pelos respectivos Comandantes, Chefes ou Diretores. (grifos meus)

O verbo *relevar* significa perdoar, desculpar, absolver, anuir, aquiescer, concordar<sup>78</sup>. Assim, quando se relewa uma alteração em um uniforme significa que algumas diferenças na sua composição ou no seu uso são permitidas desde que haja autorização e que suas características sejam preservadas. O uniforme é, então, adaptado e transitório e não se pode falar em transgressão à norma ou subversão. Se estendermos essa isenção para o uniforme histórico, ele seria, então, uma roupa “intergêneros”, *unisex*, pois a montagem diária e temporária de uma roupa coletiva necessita de liberdade para transitar pelos corpos que ela veste e pelos quais ela é vestida, uma roupa que, ao mesmo tempo, identifica, camufla e mistura.

Cada uma das fardas do EB tem suas peculiaridades, conforme o posto a que se referem. Alguns uniformes são mais simples e outros mais elaborados. O que determina o grau de sofisticação na composição de um uniforme é o uso a que ele se destina. Para Jennifer Craik (2003, p. 7), os códigos “associados a uniformes são altamente elaborados e precisos, indicando as refinadas gradações de *status*, grau, papel, ocupação, caráter e performatividade”. Para o Exército Brasileiro, por exemplo, a infantaria e a cavalaria demandam vestimentas diferentes, conforme o ambiente em que as operações militares são realizadas. Além de uniformes há, também, as peças complementares, insígnias, distintivos e condecorações que ajudam a compor os variados tipos de fardas e têm usos específicos, também regulamentadas pelo RUE. No uniforme histórico dos Dragões da Independência, os elementos diacríticos marcam, visualmente, essas diferenças, mas não totalmente, já que eles marcam postos e graduações no 1º RCG.

Os diferentes tipos de uniformes especiais, masculinos e femininos, são destinados às atividades funcionais em ambientes e situações específicos, previstos e classificados pelo artigo 17, Capítulo III, do RUE, que estabelece seu uso, composição básica, posse obrigatória e complementação necessária. Os uniformes especiais

---

78 Definição e sinônimos do verbo relevar. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/relevar>>, <<http://www.dicionarioinformal.com.br/sinonimos/relevar/>> e <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Relevar.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

femininos do Exército Brasileiro são uniformes de saúde femininos e estão previstos pelo artigo 27, Capítulo III, do RUE.

### 2.2.2. Uniformes Históricos<sup>79</sup>

A expressão *uniforme histórico* é um termo utilizado por um documento legal, uma Portaria, o Regulamento de Uniformes do Exército, que institui e regulamenta a posse, o uso, a composição e a descrição dos uniformes do Exército Brasileiro e estabelece o *dress code*<sup>80</sup> ou as prescrições relativas aos uniformes do EB, “peças complementares, insígnias, distintivos e condecorações, regulando sua posse, composição, uso e descrição geral”. O RUE não define o que são uniformes históricos, mas podemos inferir que são uniformes especializados, por causa das situações em que são usados (artigo 4º, Capítulo I, Anexo C, do RUE): “guardas de honra, paradas, formaturas, desfiles, solenidades e guardas, de acordo com o que for determinado pelo Comando Militar de Área a que a Organização Militar estiver subordinada” e suas características intrínsecas de roupa coletiva.

Sobre a homologação dos uniformes históricos pelo Exército Brasileiro em 1986, Naccer (2007, p. 76) afirma que “[...] a preocupação em se preservar as tradições militares através da adoção de Uniformes Históricos do EB se intensificou nos preparativos das comemorações do centenário da independência (1920-1922)”. Segundo Adilson José de Almeida (2002b, p. 12), os “vestuários históricos bem cedo se transformaram num estudo especializado. Já no século XV foram elaboradas as primeiras obras importantes”.

Em seu Capítulo II, Anexo C, o RUE enumera os uniformes históricos em vigor para as diferentes Organizações Militares do Exército Brasileiro, bem como a legislação referente a cada um desses uniformes históricos. Todavia, ainda há uniformes não regulamentados e outros ainda em processo de adoção. No grupo que compreende os dezessete diferentes tipos de uniformes históricos oficialmente instituídos e adotados

---

79 Dos Uniformes Históricos do Exército Brasileiro, Anexo C, RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

80 “*Dress code* nada mais é do que um código de vestimenta, que serve tanto para a vida social como profissional.” A tendência do *Dress Code* nas organizações. Maiara Tortorette. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/aparencia/a-tendencia-do-dress-code-nas-organizacoes>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

pelo Exército Brasileiro, está o uniforme histórico dos Dragões da Independência ou, conforme diz Aquino Filho (2006, p. 11), o

Glorioso 1º de Cavalaria: ou antes, uniforme branco avivado de vermelho, capacete reluzente de penacho ao vento, como se descesse da colina do Ipiranga, e da tela de Pedro Américo, para escoltar pelos campos da Pátria o fundador do Império – Dragões da Independência.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência tem características visuais que o vinculam ao passado colonial do Brasil. O uniforme branco paramentado de vermelho, desenhado, originalmente, segundo as fontes consultadas, por Debret para a Imperial Guarda de Honra, é, visual e simbolicamente, parecido com o usado hoje pelos Dragões da Independência: a cor branca do fardamento, as botas com espelhos nos joelhos, o capacete com o dragão heráldico – a heráldica, em si, é o estudo das tradições por meio dos símbolos –, a jaqueta de dragão, o estilo napoleônico e a inspiração vinda da farda dos Dragões austríacos.



Figura 27 – Composição do uniforme histórico dos Dragões da Independência<sup>81</sup>.

<sup>81</sup> Composição do uniforme histórico dos Dragões da Independência, Seção III, Anexo C, RUE. Na sequência: Figura 46, Oficial, Figura 48, Graduado e Figura 49, Soldado. Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Na Figura 27 estão representadas as diferentes composições do uniforme para Oficial, Graduado e Soldado, respectivamente, conforme o disposto no *caput* do artigo 15, Seção III, Anexo C, do RUE. Verificamos que há modificações importantes na composição visual do uniforme, baseadas, principalmente, nas cores, mas não são contempladas as outras composições, como para músico e o Comandante do Regimento. Todavia, somente uma análise minuciosa e ao vivo da farda usada efetivamente consegue nos dar mais subsídios sobre os marcadores diacríticos e de hierarquia, que estão presentes, também, nos elementos encontrados nos ombros, na faixa de cintura, no cinto-talabarte, nos botões, nas esporas, entre outros.

As últimas alterações na legislação referentes ao uniforme histórico dos Dragões da Independência estão previstas pela Portaria Ministerial nº 391, de 09 de agosto de 2001. Este uniforme, que foi oficialmente instituído e regulamentado pela Portaria Ministerial nº 698, de 14 de julho de 1986, já era previsto pela legislação anterior e, atualmente, está regulamentado pela Portaria Ministerial nº 806, de 17 de dezembro de 1998, também conhecida como a *Segunda Edição do RUE*.

O Deputado Gustavo Barroso foi o maior responsável pela instituição oficial deste uniforme histórico em 1986 como uma forma de preservar as tradições históricas do Brasil, do Exército Brasileiro e do 1º RCG. Barroso, conhecido no meio literário como João do Norte, fundou o Museu Histórico Nacional em 1922 e dele foi diretor. No mesmo ano, colaborou com J. Wash Rodrigues na produção do livro *Uniformes do Exército Brasileiro*. Por causa de sua profunda ligação com os Dragões da Independência, dos quais é patrono, o busto de Gustavo Barroso se encontra em local de honra ao lado do busto do General Osório na sede do 1º RCG em Brasília.

Dezessete tipos de uniformes históricos utilizados por diferentes unidades do EB estão em vigor, atualmente. Nem todas as Portarias Ministeriais referentes a estes uniformes apresentam as imagens das peças que os compõem e os detalhes informativos, bem como as imagens do uniforme composto para cada uma das graduações.

Quanto ao uniforme histórico dos Dragões, as peças que o compõem são previstas pelo RUE e ficam armazenadas em uma seção específica. O fardamento completo é solicitado pelo militar, quando este for “tirar serviço”, ao responsável pela seção. As diferenças de graduações entre os Dragões são marcadas pelos elementos diacríticos (ALMEIDA, 2002), nos detalhes que definem as posições hierárquicas, como cor dos penachos, tipos de botões, detalhes nos punhos das casacas, diferenças

nas charlateiras e dragonas de ombros e nas faixas de cintura, nas esporas e, também, no material de encilhagem dos cavalos.

### 2.3 Cronos, Métis e Zeus<sup>82</sup>: o Tempo, a Prudência e a Imortalidade do Uniforme

Albuquerque-Júnior, (2007) afirma que a compreensão do sentido dos objetos e das marcas deixadas pelo passado está além do documento e dos seus vestígios: ela passa pela compreensão da sua trama histórica e da capacidade de entendimento previamente adquirida pela erudição. Os uniformes surgiram como um meio de identificação e distinção durante as batalhas ou guerras, ou seja, por meio deles era possível identificar, localizar e reconhecer os integrantes de um mesmo batalhão e distinguir as partes oponentes. Kershaw (1983) diz que os primeiros uniformes militares não eram muito parecidos com os que conhecemos hoje, pois a identificação e a diferenciação entre beligerantes era feita por meio de artefatos como capacetes, escudos, armaduras e túnicas, que tinham pinturas diferenciadas e adereços específicos. Nacer (2003, p. 33) identifica esses artefatos como sendo “roupas e proteções físicas”, que significavam funcionalidade e praticidade para os soldados, pois elas, além de garantirem proteção, permitiam o movimento livre durante os combates e lutas corporais. Todavia, novos meios de combate foram surgindo e os cavalos passaram a ser utilizados pelos beligerantes. Por causa disso, as pesadas armaduras tornaram-se bastante incômodas e perderam sua função.

Mas, no caso do uniforme histórico dos Dragões da Independência, a afirmação de Kershaw perde seu sentido, pois alguns dos elementos diacríticos são, também, elementos de proteção, como o capacete, as placas metálicas de ombros – dragonas e charlateiras –, as botas, as luvas e a faixa de cintura, também chamada de mortalha (informação verbal).

Segundo afirma Adilson José de Almeida, (2002b, p.6), os uniformes começam a aparecer no século XV e “estão ligados ao surgimento do poder disciplinar”. Gustavo Barroso (1922, p. 8) afirma, no Brasil, os registros de uniformes de soldados mais

---

82 Mitologia grega. Cronos, Métis e Zeus. Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/dossier/shine/deus\\_cronos.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/dossier/shine/deus_cronos.htm)>, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronos>, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Zeus>> e <<http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9tis>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

antigos são de do século XVI. As fardas do século XVII, por apresentarem certa padronização no uso das cores, por sua forma de composição e por identificarem e diferenciarem beligerantes, já podiam ser consideradas uniformes, segundo Naccer (2007, p. 29)

pois senhores abastados mandavam confeccionar trajes semelhantes para seus soldados, cuja padronização, aliás, atingia apenas o seu regimento. Os vários regimentos dos países recém-formados usavam “uniformes” específicos dos próprios regimentos. O feitiço peculiar, as cores específicas, os acessórios e as insígnias diferenciadas das dos demais regimentos, reforçam a complexidade de se usar o termo **uniforme de um exército**. (NACCER, 2007, p. 29)

No século XVIII começaram a surgir os primeiros regimentos militares e os soldados que os compunham eram formados, em grande parte, por homens nobres. Com o passar do tempo esses soldados tornaram-se profissionais e suas vestimentas deveriam, além de identificar e proteger os mesmos, garantir melhor desempenho, bem como refletir suas origens e, por esta razão, eram coloridas e vistosas. Assim, surgiram vários tipos de fardas militares, mas cada exército tentava seguir um estilo próprio, particular, que o identificasse. As cores eram, neste período, elementos que possibilitavam tanto a identificação dos lados dos beligerantes quanto das Armas a que pertenciam.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência é um bom exemplo de como as cores podem ser importantes componentes visuais e materiais em um uniforme e como indicam valores. Nesta farda, as cores dos penachos dos capacetes marcam, visualmente, as diferenças de graduação dentro de uma mesma especialidade. A letra “h”, artigo 16, Seção III, Anexo C do RUE prevê as seguintes cores para os penachos do capacete de Dragões: “penacho [...] feito de penas brancas para o Comandante do Regimento, de penas amarelas para Oficial, de penas vermelhas para Praça e de penas na cor verde-bandeira para músico e clarim”.

O Período Napoleônico foi importante para o desenvolvimento dos uniformes militares que serviam de inspiração para o fardamento de outros países. Kershaw (1983) diz que houve uma grande produção de uniformes durante o este período, especialmente a de uniformes militares, inclusive uniformes de dragões. O exército napoleônico tinha o costume de utilizar “feitiço extravagante” (BARROSO, 1922, p. 41) nos seus uniformes. Esses uniformes, bastante chamativos e coloridos, delineavam a silhueta

masculina, revelavam os atributos masculinos e eram elementos definidores de *status*, elementos presentes na *Canção dos Dragões da Independência*:

Uniformes napoleônicos tornaram o torso superior musculoso um espetáculo de cores de pavão e poder. [...] O período napoleônico tinha institucionalizado o uniforme como uma arma de força e poder, mais do que isso: ele era o componente fundamental de estéticas contemporâneas de exibição, espetáculo e moda. (CRAIK, 2003, p. 11 e 12)

Barroso diz que a expressão dragões é derivada dos dragonarios romanos, representantes da infantaria montada, por excelência. Havia dragões que se deslocavam a pé e a cavalo, bem como tropas auxiliares. Os dragões eram um dos tipos de militares da cavalaria. Eles exerciam tanto a função de polícia – manutenção e controle da ordem interna e pública – quanto de infantaria. O nome *dragão* refere-se ao soldado que, durante a batalha, desce do cavalo para lutar. As “jaquetas modeladas no estilo dos dragões” (CRAIK, 2003, p. 12) ditaram a tendência para a produção dos uniformes usados entre o fim do século XVIII e o início do XIX no Brasil.

No século XVIII, os homens de origem nobre eram os soldados que serviam nos regimentos militares e a farda retratava esta posição social privilegiada, que era refletida por meio de seus elementos visuais. “A princípio, os uniformes dos oficiais refletiam tendências da moda tanto quanto as praticidades dos compromissos militares. Eles eram inspirados por um impulso em exibir elegância e permitiam adornos que mudavam conforme as trocas estilísticas” (idem, p. 9).

No século XIX, a tecnologia bélica utilizada durante os conflitos armados havia alcançado um maior grau de desenvolvimento e, por questões estratégicas e de sobrevivência do soldado nos campos de combate, o colorido e a pompa deram lugar à sobriedade das cores e à praticidade dos uniformes. No fim do século XIX, os excessos em suas composições, como cores vistosas, bordados e detalhes dourados, penachos e plumas coloridos eram mantidos apenas nos uniformes de gala. No Brasil do século XIX, a plumária, bastante utilizada na vestimenta masculina e militar na Europa, além de estar presente nas fardas enfeitava, também, a indumentária feminina.

Vários relatos de viagens do século XIX oferecem informações sobre enfeites com penas e sua manufatura no Brasil. Trata-se, no entanto, quase sempre de breves observações, talvez porque o tema não fosse tão familiar aos leitores de então, e, sendo

assim, descrições mais minuciosas não eram tidas como necessárias. [...] Por mais importante que seja para o vestuário feminino, a cultura resulta de uma comparação, em termos mundiais, de dimensão histórica. Não somente entre os índios brasileiros, mas na maioria dos povos da Terra, e em especial na Europa, ao longo de muitas épocas, foram e são ainda os homens aqueles que mais usaram e usam adornos e enfeites [...] os homens vestidos de flanela cinza são a exceção histórica, não a regra. (SCHINDLER, 2001, p.5, 7, 8)

As cores “pardacentas como o cáqui e o cinzento-esverdeado substituíram os escarlates vistosos de outrora” (KERSHAW, 1983, p. 12). Mas não era somente a praticidade e a funcionalidade que propunham mudanças nos fardamentos. A estratégia e a logística também eram importantes, pois um uniforme colorido e vistoso poderia transformar o soldado em um alvo fácil para o inimigo e a manutenção e montagem diária da roupa poderia representar em um problema para o batalhão.

No século XX, durante a I Guerra Mundial, a questão estratégica fez a farda ganhar mais relevância. Neste período, cada uma das Armas militares passou a ter um uniforme básico diferenciado para as variadas atividades, mas as fardas de combate dos soldados e oficiais eram, praticamente, iguais, por motivo de segurança. Houve, assim, uma mudança de hábito e os marcadores de diferenciações de graduação – emblemas, insígnias, divisas e distintivos – ficaram menores e poderiam ser retirados, evitando a identificação dos soldados. No que se refere à função diacrítica e ao uso dos distintivos e condecorações, importantes símbolos e representações da preservação das tradições e rituais militares, Naccar diz que

Por motivos já expostos, é muito desejável, diante das características da guerra moderna, que os distintivos usados em campanha sejam bem discretos para não identificarem, de longe, a patente de seu usuário. Mas, no dia a dia de trabalho, pelo contrário, eles têm que identificar, à distância, a pessoa que os ostenta. Sendo desnecessário afirmar que é pra isso que eles servem. (2007, p. 107)

A tecnologia bélica e as novas formas de estratégia militar causaram mudanças nas fardas, que se tornaram mais apropriadas para cada demanda à qual foram sendo submetidas. A sobrevivência durante a Primeira Guerra Mundial, anteriormente citada, foi um bom motivo para as alterações efetivadas nas cores dos uniformes tradicionalmente vistosos e a adoção de cores que garantissem certa camuflagem ou

blindagem para que os soldados, ao se dispersarem pelo campo de combate, pudessem ficar “invisíveis” aos olhos dos inimigos. Assim, os tons terrosos, o cáqui, o verde, o marrom e os acinzentados continuavam em uso, por motivos, também, de praticidade. O avanço tecnológico sofrido pelos armamentos e tática de guerra durante a Segunda Guerra trouxe a necessidade de que fossem criadas peças para acomodar o armamento e equipamento individual. Os ingleses, que já utilizavam o couro para produzir cintos, bolsas e outros objetos em que pudessem depositar os equipamentos individuais, passaram a substituí-lo pela lona. Em seguida, os americanos começaram a utilizar o *nylon* e desenvolveram peças funcionais que conferiam maior eficiência e eficácia para acondicionar esses equipamentos.

Os uniformes militares se adaptaram e tendem a ser mais práticos, adequados e resistentes e devem permitir a liberdade de movimento e a rapidez em operações de conflito armado, mas sem prescindir da sofisticação e dos benefícios que a tecnologia oferece. Estes uniformes são, em geral, compostos, também, por equipamentos de segurança e comunicação. Os riscos aumentaram muito para os combatentes e os uniformes camuflados passaram a ser utilizados para garantir mais segurança e boa apresentação dos soldados em situações de conflitos armados. Outra modificação foi o aumento na quantidade de equipamentos individuais que devem ser deslocados juntamente com quem os porta, bem como o peso que deve ser carregado.

Na atualidade, a estampa camuflada com padronagem *pixel*<sup>83</sup> ou pequenos pontos quadrados que se parecem com imagens de computador, originária do exército americano, tem se tornado uma tendência mundial. Para produzir uma estampa com padrão digitalizado que tenha profundidade variável e tridimensionalidade, a indústria têxtil tem de aliar eficiência tecnológica com qualidade, durabilidade e resistência da tinta e do tecido. Apesar do seu alto custo, este tipo de padronagem confere ao seu usuário, conforme a combinação da cor da estampa que ele utiliza com o ambiente em que a operação está sendo realizada, um elevado potencial de camuflagem, furtividade ou invisibilidade que dificulta a visualização ou identificação positiva dos contornos

---

83 Definição: “**Pixel** ou **Pixel** (o plural é *pixels* ou *píxeis*) (aglutinação de *Picture* e *Element*, ou seja, elemento de imagem, sendo *Pixa* abreviatura em inglês para *Picture*) é o menor elemento num dispositivo de exibição (como por exemplo um monitor), ao qual é possível atribuir-se uma cor. De uma forma mais simples, um pixel é o menor ponto que forma uma imagem digital, sendo que o conjunto de milhares de pixels formam a imagem inteira”. A definição de pixel depende de um contexto e pode ser utilizada de maneira mais concreta ou abstrata. No caso da padronagem “pixelizada” dos uniformes camuflados, os *pixels* referem-se à quantidade de pontos utilizados na impressão do tecido de forma que ela tenha uma resolução ótima, ou seja, que mais se aproxime ao original. É uma camuflagem digital que identifica cada Exército. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pixel>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

físicos do militar por diversos equipamentos de localização. A camuflagem é, assim, uma técnica de ilusão necessária para a sobrevivência no campo de batalha. É um dos vários tipos de visualidades conferidas pelos uniformes do Exército Brasileiro.

Mas há, também, os uniformes sazonais e os de cerimonial ou de gala, que são utilizados por alguns regimentos específicos, inclusive no Brasil, durante cerimônias e guarda de palácios e edifícios históricos. Alguns desses uniformes, que hoje são considerados históricos, já foram utilizados por soldados e regimentos em combates reais durante algum período da história, como é o caso do uniforme histórico dos Dragões da Independência.

## 2.4 O Uniforme e Jean Baptiste Debret

O uniforme histórico que os Dragões da Independência usam atualmente é uma herança do uniforme de gala desenhado, conforme indicam as fontes consultadas, por Jean Baptiste Debret para a Imperial Guarda de Honra durante sua estada no Brasil, na primeira metade do século XIX, quando, segundo as fontes, desenhou a farda que consta na Figura 36 e na Figura 37, no Capítulo 3, a qual parece ter sido adotada no Brasil entre os anos de 1820 e 1830. (AQUINO-FILHO, 2006, p. 101). Sobre as características relativas a esta Guarda, Debret (1965, p. 200-201) afirma que

Deve-se a criação do *Batalhão da Guarda de Honra Imperial* ao exemplo da dedicação da cavalaria de São Paulo, primeira a chegar ao Rio de Janeiro, a 3 de junho de 1822, para defender contra as tropas portuguesas os direitos do príncipe D. Pedro, *pouco antes proclamado defensor perpétuo do Brasil Independente*. Belicosa e digna de sua antiga reputação ela se constitui patrioticamente em guarda de honra do nôvo soberano do Brasil, durante essa crise decisiva. Mais tarde, quando do coração do Imperador, criou-se um batalhão especial de cavalaria com o nome de Guarda de Honra, formado por voluntários das diversas províncias do Império, admitidos somente em serviço temporário e anual por ocasião dos aniversários das grandes solenidades nacionais. [...] Essa guarda acompanha o Imperador e o escolta no campo de batalha.

Debret foi um pintor oficial e cenógrafo da Monarquia e se dedicou a variados tipos de desenhos, inclusive de joias e de outros uniformes militares, como o retratado na Figura 29. Segundo o pintor (1965), os uniformes portugueses com influência inglesa foram os mais recebidos pelo Brasil. A farda adotada após a reorganização do Exército

é, segundo Barroso (1922), um bom exemplo. Alguns elementos presentes nos uniformes europeus nos séculos XVIII e XIX influenciaram os uniformes brasileiros e permaneceram durante todo o Império e somente começaram a sofrer modificações a partir de regulamentações propostas depois do advento da Proclamação da República, pois os uniformes imperiais perderam o sentido de existir, e por causa das estratégias militares necessárias durante as várias guerras que se sucederam. Em Portugal, “de onde vieram os fardamentos utilizados no Brasil no período Colonial, o uniforme militar foi estabelecido pelo Alvará de 31 de maio de 1708, quando foram criados “*os trajes dos oficiais e praças*” para todo o Exército Português” ((NACCER, 2007, p. 35). A influência era a francesa e “as fardas começaram a ficar mais curtas” (BARROSO; RODRIGUES, p. 13). As dos oficiais tinham dragonas metálicas com ou sem escamas e as cores dos regimentos passaram a ser padronizadas para melhor identificação. Segundo Valéria Lima (2007, p. 99), Jean Debret teve uma “longa e movimentada carreira como pintor da Corte portuguesa” e

As experiências despertavam em Debret sensações e sentimentos que o artista descreve de forma a relacionar o vivido e o sentido. [...] permite reconhecer em Debret a postura de um artista ligado à experiência da vida na Corte e à prática da pintura histórica, ávido de experiências sociais e consciente do propósito que o trouxera ao Brasil. (idem, p. 134)

Para criar o uniforme da Imperial Guarda de Honra, as fontes indicam que Debret se inspirou no uniforme dos dragões austríacos a fim de homenagear a Imperatriz e Princesa de Baviera Maria Leopoldina Áustria Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro. Na Figura 28 vemos a imagem de um dragão austríaco que veste uma casaca branca com botões dourados, colarinho, punhos e forro interno da aba com cores contrastantes, bem como botas com espelhos nos joelhos e esporas, elementos também encontrados no uniforme histórico usado pelos Dragões da Independência. Como se trata de uma inspiração, a farda da Imperial Guarda de Honra não precisa ser exatamente igual à do dragão austríaco, pois o pintor buscou nesta última apenas a sua referência. A cor vermelha usada na farda criada por Debret para a Imperial Guarda de Honra, diferente da usada no uniforme austríaco, era uma das cores oficiais de Portugal antes de 1821 (BARROSO; RODRIGUES, 1922, p. 126). Sobre as

botas e o capacete de dragão, Gustavo Barroso (1922, p.10) diz que a cavalaria da guarda dos vice-reis, responsável pela escolta do Imperador,

usava o capacete característico dos Dragões contemporâneos, criado para os de Luiz XIV, que da França se espalhou pelo mundo. Cimeira e cauda lembrando as do casco dos legionários romanos e cataphractários gregos.[...] Botas de canhão, semelhantes às dos jockeys e cocheiros actuais, mas muito próprias da elegância militar e civil até a Revolução Francesa.



Figura 28 – Dragão austríaco, 176084.

Debret escolheu a cor branca para a farda porque era uma cor bastante utilizada em elementos de uniformes e fardamentos completos no século XIX e era, também, a cor da farda dos dragões dos exércitos imperiais da Áustria, sua inspiração. Segundo

---

84 Fonte: < <http://www.nucleomilitarblog.com/search/?q=drag%C3%A3o+austr%C3%ADaco&op.x=0&op.y=0>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

Pedro Américo (OLIVEIRA; MATTOS, 1999, p. 24), as fardas brancas “estavam então em moda em todo o mundo civilizado, e eram tão comuns entre nós que até as adotaram certos corpos de polícia incumbidos de serviços baixos em que o uso delas era incômodo.” E assim ela foi retratada em seu quadro *Independência ou Morte!*

Este uniforme, que seria utilizado em um Brasil já independente de Portugal era, à primeira vista e superficialmente, um uniforme estrangeiro, criado por um artista estrangeiro, para uma Corte estrangeira, segundo os padrões e gostos estrangeiros. “Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo em que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem”, afirma Ana Maria Mauad (2004, p. 184). Por outro lado, a questão, segundo Cecília Oliveira e Cláudia Mattos (1999, p. 80), é que

a sustentação de um regime monárquico dependeria em grande parte do imenso teatro que ele encena ao seu redor. O poder do rei derivaria, assim, em larga medida, da eficácia de seus meios de persuasão, ou seja, da funcionalidade de seu sistema de ‘propaganda’. [...] um novo contexto histórico inaugura-se no Brasil com a chegada de D. João VI e sua corte [...] Pouco após a transferência da Corte, inicia-se a montagem de todo um sistema de produção simbólico que visava legitimar a nova imagem do Império português.

O uniforme dos Dragões da Independência é, assim, um representante do modelo clássico e um remanescente do legado colonial europeu no Brasil, fruto de uma inspiração de Jean Debret. Esta farda, vinculada à imagem de um uniforme do passado, pode sinalizar que se trata, segundo a visão de Erick Hobsbawn (1984, p. 12), de uma invenção da tradição, da construção de um vínculo com o passado ancorada em uma tradição inventada de formalização e ritualização, pela imposição de uma repetição e, assim, acredita-se que o uniforme de um tempo é igual ao do passado, o que lhe dá um sentido singular.

Mas, segundo Gustavo Barroso (1922), os uniformes criados após a Independência do Brasil foram uma das formas de demonstração clara de rompimento da Colônia com a Metrópole, promovidas por D. Pedro I. O lema “Independência ou Morte!” passou a fazer parte dos uniformes do Exército Brasileiro, bem como o verde e o amarelo, utilizados, muitas vezes, com um tom de exagero que tinha o mesmo

tamanho do desejo de separação, de independência, de uma criação de nova identidade. Aquino Filho afirma que um exemplo de uso do verde e amarelo em uniformes pode ser visto no detalhe do 2º Capacete de dragão, na Figura 9, Capítulo 1, em que há “três círculos concêntricos, dois amarelos e um verde”, apesar de as imagens disponíveis sobre este capacete estarem em preto e branco (2006, p. 101).

Jean Debret e Pedro Américo eram pintores de história e ambos se inspiraram em uma farda já existente para a criação de suas próprias. Simbolicamente, a tradição, os valores, os princípios e a essência da distinção herdadas desta farda são estendidos, também, ao uniforme envergado pelos Dragões da Independência.

## 2.5 A Corte e as Histórias

A Corte Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro em 1808. Em 13 de maio do mesmo ano, D. João VI instituiu o Primeiro Regimento de Cavalaria do Exército, formado por alguns regimentos e pela guarda dos vice-reis. Nesta época, os uniformes dos regimentos já existentes estavam bastante modificados e os novos apresentavam poucos traços em comum com as fardas do século XVIII. Em 1816, os uniformes e os distintivos de primeira e segunda linhas eram descritos, minuciosamente, pelo decreto real para o Exército Brasileiro. Era comum, no tempo de D. João VI e D. Pedro que os decretos sobre o fardamento viessem acompanhados de figurinos detalhados dos mesmos, assim como o fazem as Portarias atuais, um regime de visualidades – boa aparência e boa disciplina uniforme – comum e próprio ao Exército Brasileiro.

Com a volta de D. João VI a Portugal e o advento da Independência, D. Pedro I assume o comando político do País. O quadro *Independência ou Morte!* de Pedro Américo mostra a Imperial Guarda de Honra retirando os laços dos seus uniformes de gala, momento conhecido como “laços fora”, em uma clara referência ao desejo do Imperador de desfazer, definitivamente, os laços com a Metrópole, como mostra o detalhe na Figura 40, Capítulo 3. E isto significava, também, romper com as tradições e, por consequência, os uniformes e distintivos dos soldados brasileiros deveriam se tornar diferentes. Segundo Barroso (1922), além do emblema criado em 1822, as primeiras modificações feitas nos uniformes foram nas golas, canhões e penachos. As cores verde e amarela, oficiais do Brasil, passaram, então, a ser usadas nos uniformes.

Após a proclamação da Independência, o Imperador, amparado financeiramente por recursos vindos de algumas províncias, decidiu criar sua própria guarda e, em 1823, dissolveu a Imperial Guarda de Honra (BARROSO, 1922, p. 32). Esta guarda usava o uniforme branco, paramentado de vermelho. O Exército foi reorganizado algumas vezes durante a Regência (1831 – 1840), pois vários dos seus corpos já não existiam mais. O EB adotou um novo uniforme para os seus contingentes, com traços de influência inglesa, chamado, por Gustavo Barroso, de pequeno uniforme. A imagem da Figura 29 é uma das gravuras feitas por Jean Baptiste Debret e apresenta uniformes militares brasileiros com estilo inglês, com casacas mais curtas, cintos-talabarte e penachos nos capacetes. Barroso lembra que, ainda que pudessem parecer estranhos, as vestimentas e equipamentos que compunham os uniformes do Exército Brasileiro, como as da gravura de Debret, eram oficialmente adotados e regulamentados.

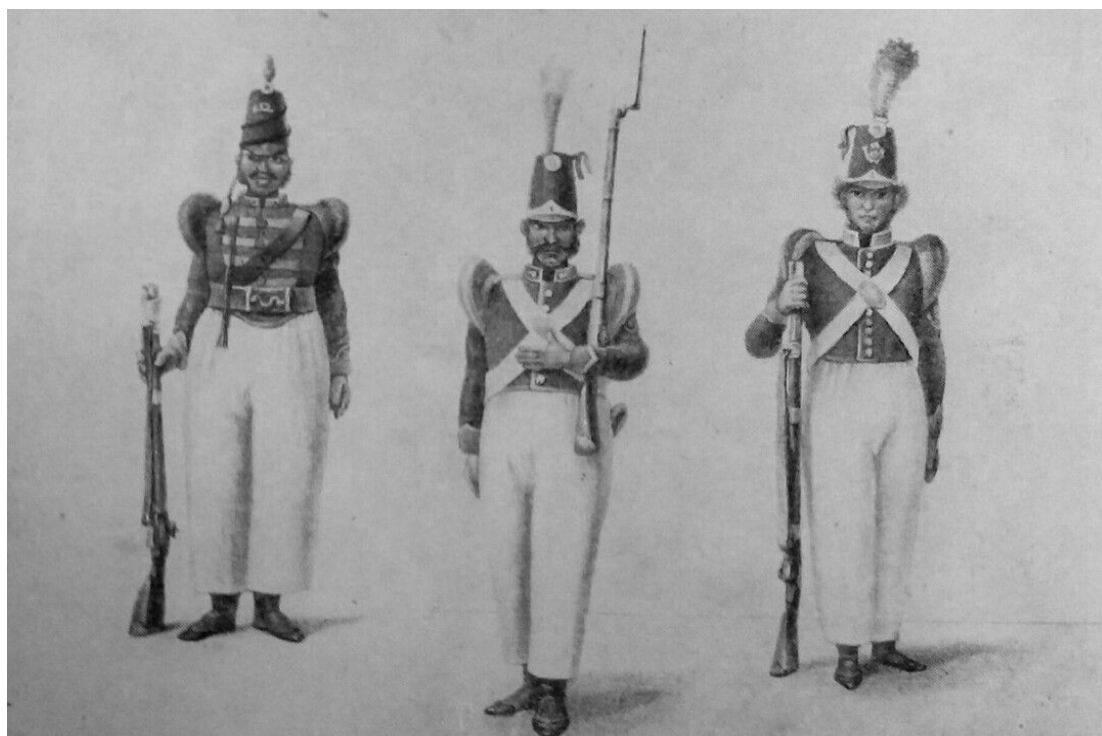


Figura 29 – Gravura de Uniformes Militares feita por Jean Baptiste Debret – Prancha 36, volume III, livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, 1965, que consta na bibliografia.

Em 1852 um novo decreto, datado de 07 de agosto, regulamentou os uniformes do Exército. Foram aproveitados muitos dos uniformes existentes por motivo de economia e tradição, mas os detalhes em cada farda ainda reinavam. Com a Guerra do Paraguai (de dezembro de 1864 a março de 1870), houve nova alteração não só na

organização das tropas, mas também na composição dos uniformes, que tinham influência francesa, como os acessórios de cabeça e, também, a sobrecasaca que remetem, segundo Barroso, à pomposa indumentária francesa. O autor (1922, p. 44) afirma que havia uma “anarchia reinante na indumentaria, em consequência das lutas intestinas, principalmente no sul”, e, também, conforme afirma Adler de Castro, pelo imenso contingente de homens em diferentes uniformes. Por causa da guerra, os poderes públicos apelaram para a ajuda, também, da população civil e dos Voluntários da Pátria, que combateram brilhantemente. Muitas eram as dificuldades enfrentadas pelos batalhões, especialmente as relacionadas ao fornecimento regular de insumos como armamentos, equipamentos e fardamentos, e uma das consequências das fardas escassas podia ser vista nos pés descalços de alguns soldados. O corpo de Voluntários terminou com o fim da guerra e o Exército voltou a ter a mesma formação anterior a ela, com um contingente menor de soldados e uniformes mais bem definidos.

Desde esta época até 1883, as fontes afirmam não ter havido profundas modificações nos uniformes do Exército, mas eles tornaram-se menos esplendorosos ou paramentados pelo fato de que surgiram equipamentos de uso individual, como rádios comunicadores e armas que exigiam novas alterações e adaptações dos uniformes. Com o advento da Proclamação da República, houve nova mudança no quadro do Exército Brasileiro e, também, nos uniformes. Para Barroso (1922), essa mudança representou o fim das tradições brasileiras, pois, a partir deste momento, os uniformes passaram a ser inspirados em fardas de países europeus. As fardas brasileiras do século XIX foram inspiradas nas produzidas na Europa, ainda que tivessem elementos verdes e amarelos ou que houvesse o desejo de simbolizar a separação de Portugal por meio dessas roupas. O uniforme dos Dragões, tão caro a Barroso, foi desenhado por Debret a partir dos uniformes austríacos e de sua experiência como pintor histórico.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades pelas quais o contingente do Exército Brasileiro passou durante o inverno rigoroso na Europa foram tão marcantes que serviram de exemplo e direcionamento para que mudanças nos uniformes fossem pensadas e realizadas de fato. O investimento em tecnologia na produção de novos tipos de agasalhos – Figura 31 – e calçados é um bom exemplo do que tem acontecido no que diz respeito a este assunto e este é um processo dinâmico que afeta, também, outras áreas, como a pesquisa sobre tecidos, a criação de equipamentos e o treinamento em condições climáticas adversas. O acesso permitido a um uniforme estrangeiro pode representar, assim, a possibilidade de adquirir um conhecimento teórico e empírico

empregados na sua criação e confecção que, por razões variadas, não estão disponíveis no Brasil e um ganho de tempo e dinheiro. O Exército tem feito muitos esforços, desde o seu surgimento, para criar, regular e manter os seus uniformes. O rompimento com as tradições brasileiras seria, então, para o EB, deixar de pensar nos uniformes e de buscar as melhores soluções para que se tornem mais efetivos e apropriados e se recusar a se valer dos benefícios que o compartilhamento de informações pode proporcionar. Os uniformes têm vida. Se as cores verde e amarela encerram a tradição de uma Força, o mesmo o faz o uniforme rajado, o histórico, o verde-oliva e os demais, pois são a mesma coisa: elementos simbólicos, visualidades contidas em uma farda.

No fim do século XIX, com a proclamação da República no Brasil, houve uma tentativa de modificar os uniformes militares para que eles pudessem refletir um novo momento histórico, mas ainda eram vistosos e seguiam as tendências europeias, especialmente as francesas. Em 1894, “o EB copiou coberturas tanto de estilo prussiano quanto francês e adotou a cor vermelha para algumas peças” (NACCER, 2007, p. 38).

As guerras do século XX exigiram algumas mudanças nas cores e na confecção dos fardamentos que os deixaram mais apropriados para os combates. Em 1908 houve uma nova remodelação completa do Exército Brasileiro, o que repercutiu para sua modificação e eficiência e refletiu na adoção de novos uniformes com o novo Plano de Uniformes do Exército, previsto pelo Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908<sup>85</sup>, originário dos uniformes atuais. O cáqui, cor utilizada nos uniformes dos britânicos, teve seu uso implantado no Brasil em 1903 e tornou-se oficial para grande parte dos uniformes brasileiros a partir da entrada em vigor do Plano de Uniformes do Exército, Decreto nº 14.327, de 25 de agosto de 1920<sup>86</sup>: “5º uniforme – Tunica e calça ou calção de flanela kaki, [...] com capa de flanela kaki [...] 6º uniforme – Tunica e calção de brim kaki, [...], com capa de brim kaki [...]”.

No Brasil, nos anos 1930, os governantes costumavam usar trajes no estilo militar (NACCER, 2007). Além disso, o cáqui era, também, a cor oficial dos uniformes das Forças Públicas Estaduais e o Exército Brasileiro, incomodado com estes dois fatos, decidiu regulamentar o fardamento institucional do seu pessoal por meio do Plano de Uniformes dos Oficiais e Praças do Exército ativo e adotou-se a cor verde-oliva, que é

---

85 Plano de Uniformes do Exército. Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7201-26-novembro-1908-506989-publicacaooriginal-104807-pe.html>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

86 Plano de Uniformes do Exército. Decreto nº 14.327, de 25 de agosto de 1920. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14327-25-agosto-1920-513621-publicacaooriginal-93504-pe.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

utilizada nos uniformes até hoje. O Decreto nº 20.754, de 04 de dezembro de 1931<sup>87</sup>, assim dispõe:

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo a:

Que os atuais uniformes do Exército não satisfazem aos requisitos de ordem técnica que deles devem ser exigidos;

Que o Exército, como instituição nacional, deve possuir um plano de uniformes que o distinga francamente de outra qualquer coletividade;

Que é prejudicial ao prestígio do Exército e pernicioso à sua boa disciplina, a maior ou menor semelhança de seus uniformes com o de outras corporações [...]



Figura 30 – Imagem fotográfica de detalhe do talim do cinto-talabarte tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência tem vários elementos visuais em suas peças, incluindo-se o distintivo da Cavalaria que, segundo a letra A, número 7, deste Decreto, tem “duas lanças cruzadas”, que podem ser vistas no detalhe

---

87 Planos de uniformes dos oficiais e praças do Exército ativo. Decreto nº 20.754, de 04 de dezembro de 1931. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20754-4-dezembro-1931-506847-republicacao-84313-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20754-4-dezembro-1931-506847-republicacao-84313-pe.html)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

do talim e de outras peças que compõe o cinto-talabarte representada na Figura 30. O número 5, letra “a”, inciso XI, artigo 16, Seção III, Anexo C, RUE, assim a descreve o talim ou cinturão para pasta<sup>88</sup>: “4. talim para pasta, composto de duas guias terminadas por alças, com duas lanças com bandeirolas, em relevo, que se prendem às meias argolas da pasta [...]”. Um elemento diacrítico que individualiza, insere os Dragões da Independência no Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas e ajuda a compor as várias visualidades inerentes ao uniforme histórico dos Dragões da Independência.

Os uniformes militares brasileiros sofreram, principalmente, influência dos fardamentos prussianos e franceses que existiam até o advento da Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra, a cor verde-oliva do uniforme brasileiro utilizado pela Força Expedicionária Brasileira – FEB – era a mesma utilizada pelo exército inimigo alemão, o que causou alguns problemas, constrangimentos e prisões para elementos das tropas brasileiras na Itália, pois eram, constantemente, confundidos com o inimigo. Além disso, o uniforme não era adequado para as condições de clima extremo nem tinha qualidade para enfrentar os combates armados, podendo causar o fratricídio, ou seja, a morte de um soldado brasileiro por outro da mesma nacionalidade. A seção II, Capítulo II, Anexo A, do RUE, traz a descrição geral e as imagens dos agasalhos que fazem parte dos uniformes do Exército Brasileiro.

Na Figura 31, à qual já nos referimos, podemos ver um militar em operação em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Ele enverga um agasalho de inverno que é fruto da experiência da Segunda Guerra Mundial e de pesquisa e investimentos. Seu visual é muito parecido com o uniforme básico masculino e o seu padrão é o camuflado, o mesmo dos demais uniformes básicos, mas devido às condições climáticas representadas na fotografia, podemos perceber que as peças são feitas especialmente para se adequarem ao clima frio e podem ser combinadas e sobrepostas de acordo com as necessidades do lugar em que estas fardas são envergadas. Mais uma das visualidades do fardamento do Exército Brasileiro.

---

88 Definição de talim. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/talim>>. Acesso em: 30 jan. 2015.



Figura 31 – Imagem de um militar, 2013, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul<sup>89</sup>

A questão do uniforme inadequado trouxe à tona, também, o problema da indisciplina com o corpo, com a aparência, com a apresentação da tropa, com o comportamento e com o cumprimento de ordens e obrigações, pois os militares brasileiros, sem um uniforme propício ao combate de guerra em regiões frias, ou com uniformes velhos ou emprestados, não se sentiam parte do Exército Brasileiro e toda a doutrina do uniforme-pele e autoridade perdiam sentido e força e o comando ficava enfraquecido, o que pode reforçar o processo de produção de um sentido dominante, o de que os uniformes geravam efeitos de sentido nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais, transformando pessoas em militares viris, fortes, varonis, altaneiros, leais guerreiros, heróis e sentinelas, um regime próprio de visualidade militar. Para minimizar estes efeitos, uniformes americanos foram emprestados para o EB durante a Segunda Guerra e, assim, a criação e a produção de uniformes pelo Exército Brasileiro passaram a contar com a influência e ajuda dos constantes investimentos dos Estados Unidos na atualização e modernização tecnológica e têxtil dos seus próprios uniformes.

---

<sup>89</sup> Imagem de um militar em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 28 ago. 2013. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

Além do uniforme, que se tornou mais apropriado para as demandas dos novos tempos, com design mais eficiente e tecnologia têxtil mais avançada e com menos adornos, o equipamento de uso individual pelo Exército Brasileiro também sofreu modificações. Na atualidade, este equipamento se chama Equipamento Individual EB –FT 90 e está regulamentado pelas Normas Relativas ao Suprimento – NARSUP90. A estampa camuflada é um bom exemplo de modernização e avanço na tecnologia têxtil empregada na confecção dos uniformes militares e, no Brasil, ela é chamada de “rajada”, devido às formas representadas em sua padronagem, e é exclusiva do Exército Brasileiro.

Naccer (2007) apresenta algumas considerações sobre a padronização dos uniformes militares, prevista no art. 148, das Prescrições Diversas, do RUE, que visa a “obter a máxima uniformidade quanto a cores e qualidade”. Segundo o autor, apesar da necessidade e da sua importância, para padronizar os uniformes é imprescindível que cada uma das Armas tenha suas necessidades específicas analisadas antes que seja feita, pois há diferenças marcantes no que diz respeito ao clima em diferentes regiões do País. Mas, com relação ao uniforme camuflado, ele aponta para a necessidade de se estabelecer um mesmo tipo de camuflado, com colorações diferentes, para as três Armas. Todavia, no que concerne à imagem e apresentação pessoal do militar, há que se tomar certo cuidado com o uniforme camuflado, pois o tecido costuma desbotar conforme vai sendo lavado e o uso separado das peças pode causar tonalidades diferentes, efeito chamado, informalmente, no meio militar de “saia e blusa”. Assim, o dever do militar de cuidado e zelo com o uniforme usado diariamente previsto no Regulamento dos Uniformes do Exército, especialmente para que as cores como verde-oliva, cáqui, cinza, preto e camuflado não desbotem, bem como para manutenção da cor branca nos uniformes de saúde e no uniforme histórico dos Dragões da Independência, passa, assim, também, pela questão da preservação da boa aparência e da obrigação do EB em oferecer um fardamento que seja produzido com material de qualidade.

O Exército Brasileiro procura manter-se atualizado e ter um uniforme adequado e de acordo com as tendências e tecnologias mundiais. No Brasil, a experiência histórica é, segundo Naccer (2007, p. 22), “um dos mais importantes mananciais de valores que devem ser levados em conta para orientar as atividades do Exército, quer como instituição, quer como elementos de força, destinado à realização de operações

militares”. Neste grupo de uniformes encontra-se, também, por causa de suas características de farda coletiva, o uniforme histórico dos Dragões da Independência.

## **2.6 A Profissão Militar**

Os Dragões da Independência, assim como todos os militares do Exército Brasileiro, estão sujeitos a deveres institucionais previstos em lei, o denominado sagrado dever do Serviço Militar. O 1º RCG é um Regimento de Cavalaria, assim, é natural que, além desses deveres, haja outras missões, tais como a de manutenção das tradições equestres do Exército Brasileiro, que é cumprida por meio da realização de eventos competitivos, de demonstração, como, por exemplo, o carrossel militar, a cavalgada e o desfile em comemoração ao Dia da Independência, da prática terapêutica da equoterapia e da equitação recreativa, ambas oferecidas à população civil<sup>91</sup>. Para estas atividades o uniforme usado é o básico, masculino e feminino.

Há, ainda, a missão relativa às operações de garantia da lei e da ordem, sejam nacionais, internacionais, humanitárias ou de paz. Os Dragões fazem parte dos militares do Exército Brasileiro convocados para participar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Outra missão é a formação do cidadão brasileiro. Mas, para o desempenho das missões relacionadas, especialmente, ao cerimonial e à guarda simbólica dos prédios públicos, alguns dos soldados, oficiais e graduados deste Regimento, homens e mulheres, utilizam o uniforme histórico. Assim, a notoriedade de seu valor histórico, material e visual aponta para a importância desta indumentária como símbolo visual na representação da Nação.

No meio militar, no que diz respeito aos uniformes, as normas, além de regulamentarem seu uso, posse e composição, estabelecem algumas diretrizes relativas ao comportamento e à imagem do militar, os elementos simbólicos (ALMEIDA, 2002), indispensáveis para o exercício efetivo de suas atividades, segundo o texto do Regulamento de Uniformes do Exército. Neste sentido e referindo-se ao RUE impresso, Carlos Alberto Naccer (2007, p.122) afirma que:

---

91 Missões do 1º Regimento de Cavalaria das Guardas. Disponível em: <<http://www.1rcg.eb.mil.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Ao envergar os uniformes dos soldados do Exército de Caxias, Exército que nunca foi vencido, o militar fortalece sua identidade coletiva e perde, de certa forma, sua individualidade, tornando-se peça chave de uma equipe unida. Por isso a ideia que: ‘o uniforme espelha o moral da tropa’, conforme está grafado na folha de rosto do RUE.

Com relação ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, por ser uma farda histórica e de uso coletivo, há um fortalecimento da identidade do grupo, principalmente porque é uma roupa herdada da Imperial Guarda de Honra. A individualidade pode ficar perdida, conforme disse Naccer, no sentido de que se trata de uma farda com versão única, ou seja, adaptável a todas as conformações físicas masculinas e femininas, e capaz de camuflar os usuários. Todavia, a possibilidade de adaptação que gera tal “invisibilidade” desaparece, em certo grau, com a montagem do uniforme, pois seus elementos diacríticos são visualmente marcantes e conseguem, de certa forma, individualizar o usuário, ainda que ele esteja em um grupo. Este uniforme é, neste sentido, um meio de identificação, distinção e camuflagem dentro da mesma Arma ou Organização Militar, um conjunto de visualidades que parece encerrar um regime próprio de cultura visual.

O *dress code* do uniforme militar do Exército Brasileiro consiste em um universo legislativo que tem a Justiça Militar como foro privilegiado, ou seja, ele prevê punições mais severas do que o foro civil comum. Isto se dá em face da característica das missões institucionais das Organizações Militares, que considera o militar como um representante da coletividade e que, como tal, assume a responsabilidade de não prejudicar a imagem das Forças Armadas Brasileiras, que começa com os cuidados com o uniforme e a aparência pessoal. As regras sobre estes uniformes estão contidas no RUE e nas Portarias Ministeriais nele previstas, no Código Penal Militar e em outros instrumentos legais que tratam de assuntos militares. Estas regras são o que Jennifer Craik (2003, p. 16) denomina de “políticas sobre a boa disciplina uniforme”. A exigência de uma boa disciplina uniforme e de uma boa aparência nos ajudam a perceber o funcionamento dos sentidos encerrados na farda.

OS uniformes militares brasileiros desenhados depois do advento da Independência seguiam as tendências propostas pelos uniformes de países europeus e norte-americanos. Os excessos na composição desses uniformes, como cores vistosas, bordados e detalhes dourados, penachos e plumas coloridos, somente foram mantidos nos uniformes de gala e nos uniformes históricos. Todavia, o uniforme contemporâneo,

que parece, visualmente, menos rebuscado, é resultado de um constante estudo por parte do Grupo de Trabalho para Pesquisar e Estudar Modificações nos Uniformes do Exército Brasileiro (GTU)<sup>92</sup> do Exército Brasileiro. O objetivo do trabalho realizado pelo GTU é analisar propostas de mudanças no fardamento e encontrar soluções para adequá-lo, por meio do uso das mais recentes tecnologias, aos desafios enfrentados diariamente pelos militares por causa da diversidade climática e da extensão territorial do Brasil e das adversidades encontradas em missões em território estrangeiro, como as Missões de Paz no Haiti e nas regiões de clima frio extremo.

Desta forma, podemos dizer que os uniformes contemporâneos do Exército Brasileiro, pensados e produzidos para as necessidades da Força e que podem ser modificados conforme propostas apresentadas ao GTU são tão pomposos e verde e amarelo quanto o fardamento de gala branco e vermelho usado pelos Dragões da Independência, o uniforme histórico tão caro a Gustavo Barroso, defensor incansável da manutenção dos uniformes históricos do Exército Brasileiro para a preservação e invenção das tradições históricas e da memória do Brasil.

Para a composição dos uniformes militares, não há, a princípio, a possibilidade de alternativas ou escolhas. O novo plano de uniformes do Exército de 1852 já previa um “rigoroso detalhamento da composição dos uniformes nos textos legais que os instituem, complementados pelas imagens que os acompanhavam.” (ALMEIDA, 2002b, p. 146). Esta é, ainda hoje, uma preocupação do Exército Brasileiro, pois o Regulamento dos Uniformes do Exército é exaustivo em apresentar não só as imagens dos uniformes básicos e especiais previstos em cada um dos seus capítulos, mas também características detalhadas de cada uma das peças que compõem esses uniformes. Além disso, a farda deve estar de acordo com o que é considerado boa aparência por aquele Regulamento. Quem porta um uniforme militar deve ter condições institucionais e ser digno de fazê-lo. Todavia, um exemplo de exceção pode ser apresentado no que diz respeito à composição do uniforme histórico dos Dragões da Independência, pois as adaptações às conformações físicas pessoais são tão necessárias quanto toleradas pelo RUE.

---

92 A função de análise de mudanças propostas no uniforme feitas pelo GTU pode ser lida na íntegra no artigo 147 do Capítulo VIII, Das Prescrições Diversas, e seu parágrafo único, do RUE. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

### 2.6.1 Uniformização, Padronização e Individualização

Podemos definir o uniforme militar, em sentido geral, como um traje padronizado obrigatório utilizado por homens e mulheres pertencentes a uma mesma organização ou força em tempo de paz e de guerra. Para Carlos Alberto Naccer (2007b, p.28) uniforme é a “farda ou vestuário confeccionado segundo modelo oficial e comum, para uma corporação ou classe [...]. Vestimenta padronizada, de uso regulamentar, para determinada categoria de indivíduos”. A padronização, a submissão a regras rígidas e a ausência do poder de deliberação sobre a composição do uniforme são consideradas por Adilson José de Almeida (2002b, p. 02) como os elementos que os diferenciam de outros tipos de trajes que segundo o autor, são, apenas, uniformizantes e que esta diferença entre vestimentas uniformizantes e uniformes

está no alcance da regulamentação para estes, que exige, em geral, os menores detalhes do vestuário, enquanto para as outras roupas existe uma liberdade maior do usuário para compô-las. A codificação minuciosa dos uniformes nos possibilita lidar com conjuntos de regras bastante explícitas para analisarmos ocasiões e formas de uso, princípios reguladores de sua configuração, valores associados e outros aspectos da indumentária

As vestimentas uniformizantes seriam, assim, por exclusão, aquelas que se submetem a regras de caráter restritivo, mas não limitadores, ou seja, a normas que apenas indicam a adequação ou inadequação de determinadas vestimentas ao local e ambiente em que serão utilizadas e que permitem a liberdade e a opção de escolha por determinadas peças ou a substituição de uma peça considerada inadequada por outra, mais apropriada. Esta dualidade também é proposta por Jennifer Craik (2003, p. 21), como vimos no Capítulo 1, que utiliza as expressões uniformes *de facto* para se referir aos uniformes e uniformes “virtuais”, semiuniformes e vestuário do cotidiano para as vestimentas uniformizantes.

Quando olhamos para a imagem do capacete de Dragão representada na Figura 4, Capítulo 1, percebemos que, apesar da previsão expressa sobre posse, uso e composição dos uniformes do Exército Brasileiro, a possibilidade de deliberação pessoal sobre a composição do uniforme dos Dragões é fundamental para permitir o seu uso por diferentes indivíduos. No sentido proposto por Almeida (2002) e Craik (2003), o uniforme histórico dos Dragões da Independência seria um uniforme uniformizante,

ou seja, ele possuiria uma natureza combinada pelas características de um uniforme *de facto*, sujeito às normas previstas pelo Regulamento de Uniformes do Exército, e de roupas uniformizantes, que transitam por um certo grau de permissibilidade.

Todavia, a expressão uniforme uniformizante representa apenas um pleonasmo desnecessário para substituir uma dualidade que não consegue dar conta das características próprias encerradas no regime de visualidades do uniforme histórico dos Dragões da Independência e sua polissemia e multissensorialidade. Afinal, no campo dos Estudos de Cultura Visual, o olhar reducionista deve ser evitado, as ideias revistas e articuladas interdisciplinar e dialogicamente, que se possa pensar o mundo como algo que, assim como o uniforme histórico dos Dragões da Independência, ainda não está pronto, completo ou acabado, mas sempre se inventando.

O uniforme militar é um objeto material, um artefato, que tem o poder de comunicação visual. As funções pragmática, diacrítica e simbólica propostas por Adilson José de Almeida (2002) a que nos referimos no Capítulo 1 podem nos dar uma ideia sobre quem institui e utiliza a farda e o tempo e o espaço em que é utilizada.

Segundo a concepção doutrinária do Exército Brasileiro<sup>93</sup> contida no Regulamento de Uniformes do Exército, usar um uniforme militar, uma roupa de trabalho com características tão complexas com propriedade significa conseguir compreender este tipo de vestimenta, apreender seu sentido, suas funções e objetivos e criar uma cultura de signos e significados que permita ao oficial da carreira militar aceitar sua existência como tal e legitimá-lo, de ser visto por meio da imagem da roupa, homens e mulheres transformados em heróis e sentinelas. Essas visualidades, que nascem a partir do uso efetivo desta roupa, tão caras à Cultura Visual, parecem se submeter a um regime especial que poderia ser descrito como um novo campo de cultura visual, a cultura visual militar, o que pode ser reforçado por meio da legenda acrescentada à imagem fotográfica representada na Figura 32, que apresenta a farda do Exército Brasileiro como uma segunda pele do militar a ele incorporado. O uniforme, assim, adere ao corpo, vestindo-o. A legenda explicita o orgulho que o militar deve sentir ao envergar a farda brasileira, o mesmo orgulho a que Naccer (2007) se refere em sua pesquisa, e revela o seu poder disciplinador afirmado por Craik (2003), a boa disciplina uniforme.

---

93 RUE *Online*. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.



Figura 32 – Imagem fotográfica tirada por Mário Fraga em 4 mar. 2014<sup>94</sup>

De acordo com este pensamento, vestir a farda do EB significa fazer parte dele e, para isto é preciso ser o uniforme em todos os seus sentidos, vivenciá-lo, e ser capaz de adaptar o corpo a um novo formato uniforme, ser uniforme, poder ser identificado e conseguir ficar invisível, ser individual e ser o grupo. A farda é, assim, um tipo de devoção, de renúncia, de entrega e sacrifício pessoal, compreendidas na capacidade de dar por ela – e pelo Brasil – a própria vida. Tratá-la com zelo, cuidado e respeito extremos são obrigações do ofício militar, pois a confiança da Nação está depositada nesta vestimenta e não deve, portanto, ser quebrada.

No que concerne à farda dos Dragões da Independência, por ela ser uma roupa coletiva, a adaptação a um formato uniforme exige muito mais do Dragão do que dos outros militares e a farda que, a princípio, veste, neste caso, também é vestida. A este

---

<sup>94</sup> Imagem fotográfica de Mário Fraga, publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 4 mar. 2014. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

sacrifício diário se unem a responsabilidade e o orgulho de envergar uma farda histórica.

### 2.6.2 Direitos e deveres

Um uniforme difunde e simboliza a disciplina e o treinamento físico e mental porque ele tem a capacidade de moldar

o físico e o porte de [um] indivíduo, cuja autonomia condiciona sua docilidade e cuja obediência transforma a força individual em poder coletivo. [...] Relacionada ao aparecimento de formas peculiares de treinamento masculino para a modernidade foi a associação de disciplina uniforme e treinamento físico [...] uniformes constroem atributos que complementam outros treinamentos físicos e mentais sobre disciplina, incluindo autoridade, liderança, hierarquia, *status* e união. (ALMEIDA, 2002b, p. 9, 15 e 16)

Ao militar cabe o dever de obediência irrestrita a severas normas disciplinares e a estritos e condicionantes princípios hierárquicos, atributos inerentes à profissão e uma de suas marcas mais visíveis. A profissão militar tem algumas características específicas que estão contidas no texto do *Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética Militares (VM10)*<sup>95</sup>, o qual afirma que

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre.

---

95 Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10). Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/vadem-mercum/86-cerimonial/vade-mecum/120-valores-deveres-e-etica-militares>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

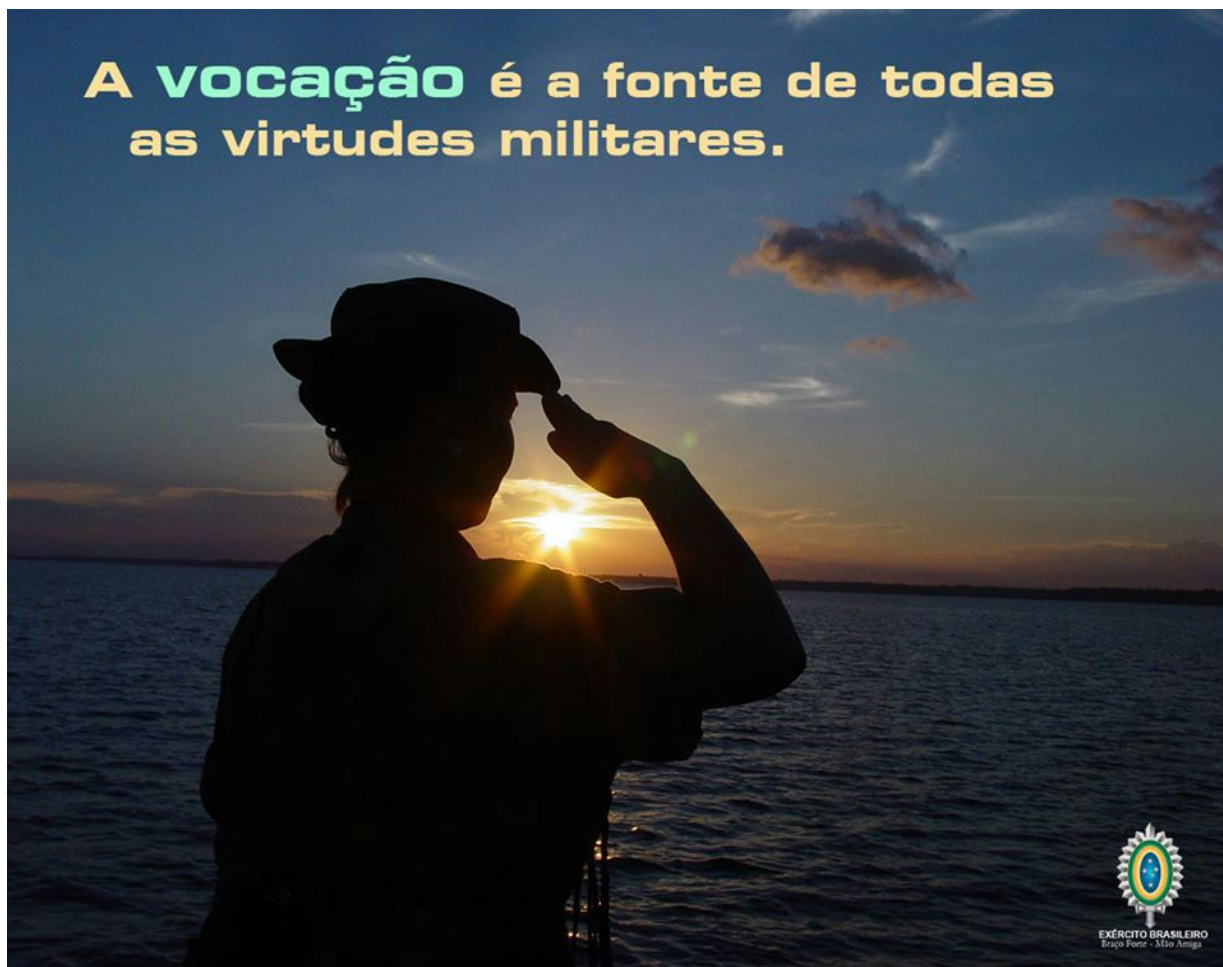


Figura 33 – Imagem fotográfica intitulada *Vocação Militar!* tirada pelo Sargento Kerkhoven em 2013, em Brasília/DF<sup>96</sup>

A Figura 33 é uma reprodução de uma publicação oficial do Exército Brasileiro em uma rede social. O seu conteúdo fala sobre a vocação como a fonte de todas as virtudes militares e deixa claro que a disposição para o serviço é uma das características da profissão militar, ou seja, ela faz parte dos deveres, valores e ética que devem ser observados por quem faz parte do EB. É uma determinação para a qual não cabem quaisquer questionamentos.

Nesta imagem fotográfica vemos uma militar que está em serviço, em um lugar indefinido. Quando os últimos raios solares ainda iluminam o céu e a escuridão está iminente, momento em que a maioria dos profissionais civis deixa seus trabalhos e retornam para o descanso e o conforto de seus lares, os militares seguem, incansáveis,

---

<sup>96</sup> Imagem fotográfica intitulada *Vocação Militar!*, tomada pelo Sargento Kerkhoven e publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 27 out. 2013. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

no desempenho do seu ofício onde quer que seja necessário. O sacrifício de cumprir as obrigações durante vinte quatro horas por dia e sete dias por semana pode ser considerado grande para homens e mulheres, especialmente se eles tomam conta das suas casas e dos seus filhos. Talvez a imagem escolhida tenha sido a de uma mulher para mostrar que não há diferenças ou preferências entre os gêneros na carreira militar. A farda é a casa de ambos. E esta é uma informação extremamente relevante no que diz respeito ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, pois vestir um uniforme de uso coletivo, uma roupa que outro usa e já usou não é, definitivamente, a mais fácil e agradável das missões.

No tocante ao universo militar brasileiro, as normas que tratam do fardamento se encontram expressas em documentos legais que preveem as determinações acerca de seu uso, desde a sua obrigatoriedade até o respeito dispensado à farda, bem como as transgressões e as respectivas punições e também a determinação expressa dos materiais usados em cada peça e a composição visual do uniforme para cada uma das graduações dos postos militares. As regras mais importantes e as punições estão previstas pelo RUE, pelo Código Penal Militar e pelo próprio *Vade-Mécum* para o Cerimonial Militar do Exército.

Todas estas regras que visam à boa apresentação do militar em face à instituição que representa e ao bom desempenho de suas funções nos mais variados tipos de missões, dentro ou fora do País sinalizam para um regime militar de cultura visual. Para manter a boa aparência dos seus incorporados, o Exército Brasileiro investe em estudos e tecnologia para adequar os seus uniformes às mais atuais tendências mundiais, buscando renovar e inovar, também, nos equipamentos de uso individual. O GTU é, conforme já afirmado, o grupo responsável pela busca dessas inovações e está aberto à sugestão pública, inclusive dos próprios militares, para mudanças nos uniformes do EB. Os investimentos na imagem do militar brasileiro, todavia, passam por uma necessária redução de custos que pode ser alcançada tanto por meio da interoperabilidade (NACCER, 2007), ou seja, de uma padronização que permita, por exemplo, que alguns tecidos, como o camuflado, possam ser usados por todas as Armas, como pela eficiência operacional da vestimenta.

Os uniformes históricos e o dos Dragões da Independência se sujeitam aos mesmos estudos realizados para as modificações nos demais uniformes do EB, pois a sua permanência como um uniforme militar exige adaptações às demandas que lhe são impostas todos os dias. Talvez por esta razão eles sejam intrigantes e especiais e, na

busca por suas visualidades, simbolismos, sentidos e significados, contamos com a História, as tradições, a honra e uma casaca branca para nos ajudar.

**“Ao escutar o recolher do clarim  
Escuto também u’a voz dizer para mim  
Quem não cultua a história e tradições  
Não se situa nos Dragões”.<sup>97</sup>**

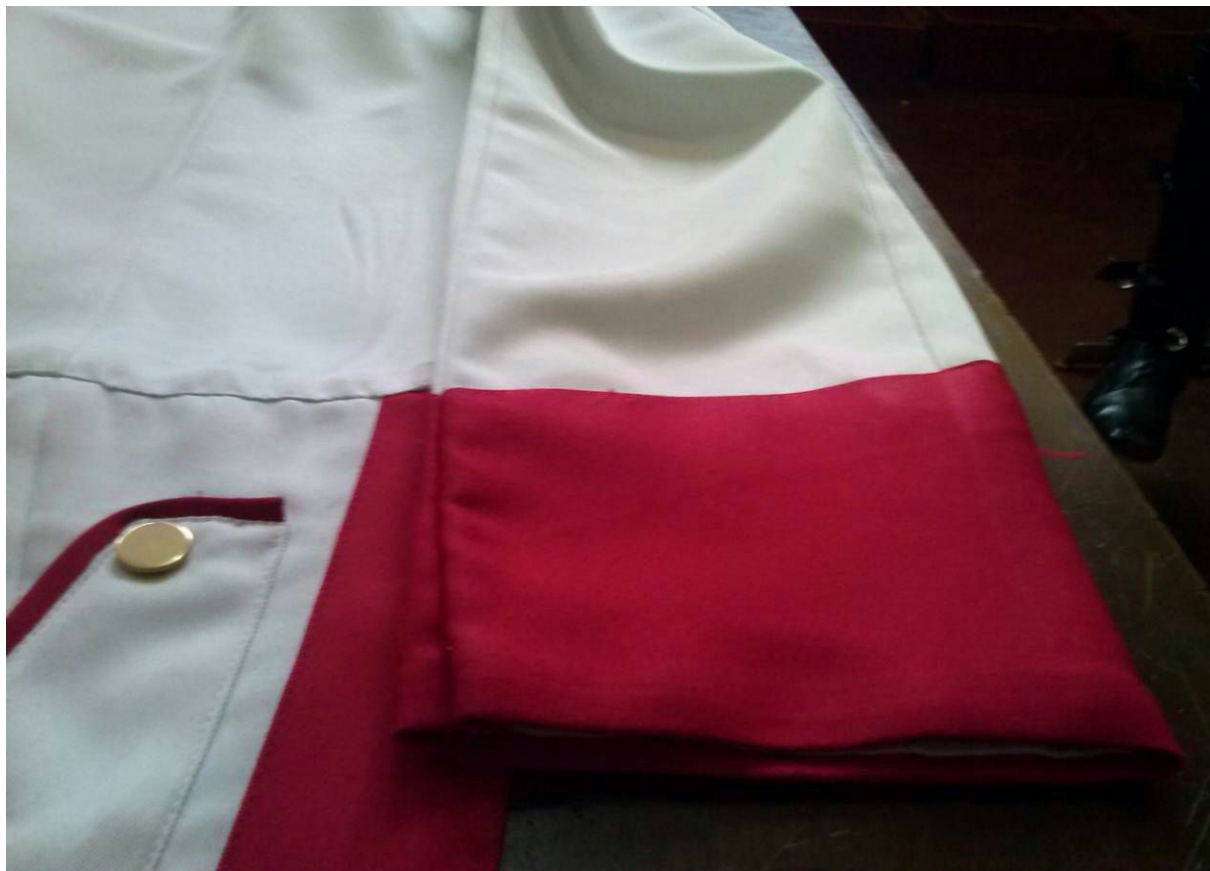


Figura 34 – Imagem fotográfica da casaca tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

### **3 O Culto à História e a Invenção das Tradições**

A casaca branca<sup>98</sup> – Figura 34 – é a segunda peça do uniforme histórico dos

<sup>97</sup> Verso inicial da canção *Revista do Recolher*, composta em 1968, com letra do Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo e música com acordes do toque de clarim. Esta canção pode ser lida, na íntegra, na página 201 do livro *Dragões da Independência: Tradição e História*, de Alcides Tomaz de Aquino Filho, que consta na bibliografia.

<sup>98</sup> A casaca é um substantivo feminino que se refere a um tipo de traje masculino formal ou de cerimônia. É composta por um casaco e tem duas abas compridas atrás separadas ao meio por um corte. Quando estas abas eram muito compridas, podiam chamar-se “rabo de andorinha”. Elas dificultavam montar a cavalo e, para realizar esta atividade, cada aba era, assim, presa por meio de um botão, o que diminuía o seu tamanho e mostrava a cor do forro, deixando-o parecido com um triângulo. Na moda masculina, no século XVI, havia, também, um tipo de casaco chamado *redingote* ou *riding coat*, em inglês, que era usado para o deslocamento em viagens ou para a prática esportiva e o *spencer*, um tipo de casaco cujas abas também diminuíram de tamanho e se tornaram mais práticas para a montaria. A origem do *spencer* está cercada de algumas histórias cuja veracidade não se pode afirmar com exatidão. A aba da casaca branca dos Dragões da Independência tem um formato que lembra as abas das casacas “rabo de

Dragões da Independência que consta no artigo XV, inciso II, Seção III, Anexo C, do Regulamento de Uniformes do Exército<sup>99</sup>. A imagem desta peça foi escolhida para introduzir este capítulo porque, por razões muito especiais e inesperadas, a casaca branca tornou-se a grande musa inspiradora deste trabalho.

No campo da História Militar, como vimos no Capítulo 1, as peças do uniforme histórico dos Dragões da Independência consideradas mais relevantes são os distintivos por causa das funções de proteção e de identificação hierárquica de quem os ostentam. As questões relacionadas à identificação e ao simbolismo são importantes para percebermos as visualidades contidas na farda e a medalhística e a heráldica são as disciplinas especializadas neste assunto (HOBSBAWN, 1984). Dentre os distintivos, o capacete de dragão e as dragonas são os marcadores diacríticos que podem ser acessados com mais facilidade, pois estão concentrados na cabeça e nos ombros e ficam mais visíveis. Por esta razão e dentro deste contexto, os distintivos parecem ter o poder de representar o próprio uniforme. Todavia, quando esta farda é trazida à memória ou apresentada a quem não pertence ao meio militar, geralmente, a imagem que costuma estar naturalizada é a da farda branca, representada no quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo. Mas a casaca branca, sozinha, não recebe muita atenção, pois temos a impressão de que não há elementos diacríticos e de que ela parece formar um conjunto harmônico e único com as calças, também, brancas. Na imagem da Figura 35, por exemplo, somente conseguiremos perceber se há marcadores de diferenças hierárquicas se conhecermos, em detalhes, e por meio de consulta à legislação e aos iniciados na doutrina militar, quais são e a que se referem. A casaca, a princípio, parece não ter detalhes tão evidentes, a não ser um botão dourado, que costuma ser um elemento canônico geralmente encontrado nas roupas militares (CRAIK, 2003).

No momento anterior à qualificação, a dissertação pretendia seguir por outros caminhos. Todavia, durante a realização da banca foi trazida à tona uma questão que aguçou a nossa curiosidade, nos arrebatou completamente e nos impulsionou rumo à tomada de outras direções. O olhar da banca de qualificação, forjado em um profundo

---

andorinha” presas e é parecida, em sua modelagem, com um *spencer*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/casaca>>, <http://www.arquiamigos.org.br/info/info27/i-estudos3.htm>, <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/7627>>, <[http://modahistorica.blogspot.com.br/2013\\_11\\_01\\_archive.html](http://modahistorica.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html)> e <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Spencer\\_%28vestimenta%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Spencer_%28vestimenta%29)>. Acesso em 8 maio 2015.

<sup>99</sup> RUE *online* - Anexo C, Capítulo III. Do Uniforme dos Dragões da Independência. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

conhecimento técnico acerca da moda e do vestuário e de seu processo de produção, questionou o que é, na contemporaneidade, a casaca branca dos Dragões, comparada àquela criada no século XIX. Mas, tentar comparar a casaca de ontem à de hoje não seria mais uma daquelas contraposições ou, como diz Giorgio Agamben (2009, p. 71), a escrita de uma censura, uma descontinuidade uma “interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear” que os Estudos de Cultura Visual procura combater? Assim, juntamos a pertinência desta pergunta com a paradoxal realidade inspirada de Jean Debret e Pedro Américo e partimos, orientados pelos interdisciplinares Estudos da Cultura Visual, em busca de pistas dialógicas com as fontes para que nos fosse possível ver o uniforme histórico dos Dragões da Independência por meio de outros ângulos e tentar responder aquela e outras perguntas que foram surgindo pelo caminho.

Uma análise comparativa entre as disposições do RUE para uniformes básicos e as relativas ao uniforme histórico dos Dragões da Independência revelou diferenças marcantes e sobre as quais podem se encerrar algumas questões e argumentos importantes. Na teoria, o Regulamento de Uniformes do Exército enumera, no artigo 15, todas as peças que compõem o uniforme histórico dos Dragões da Independência e as descreve, minuciosamente, com imagens, no artigo 16. Assim, percebemos que outras peças deste uniforme também têm funções diacríticas e que somente o conjunto formado pelo uniforme completo pode nos dar uma melhor ideia de quem são os incorporados ao Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas.

Entretanto, o conjunto composto por todas as peças do uniforme também não se mostra suficiente para revelar, claramente, todas as diferenciações entre as hierarquias, já que a base dos elementos distintivos são as cores e estas podem se referir a uma gama variada de funções dentro do 1º RCG100. As formas de diferenciação já eram mostradas por Jean Debret no século XIX: “Vestindo todos o mesmo uniforme, distinguem-se os soldados somente pelas iniciais gravadas na chapa que fixa ao peito a bandoleira da cartucheira” (1965, p. 201). Além disso, vimos na Figura 4, Capítulo 1, que o capacete de dragão, por exemplo, sofre alterações para poder ser usado por diferentes pessoas, o que, de certa forma, também representa um tipo alternativo de composição, uma adaptação, não contemplada pela legislação. Outra diferença, na prática, relativa ao uso efetivo deste uniforme, está na substituição da camisa branca de colarinho simples,

---

100 Postos e graduações do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

prevista pelo inciso VI, artigo 15, Seção III, Anexo C, do RUE, pela camiseta meia-manga camuflada<sup>101</sup> – Figura 52 –, composição que não consta do Regulamento e que somente foi descoberta a partir da pesquisa de campo realizada na sede do 1º RCG, em Brasília.

Mas devemos nos lembrar que os uniformes do EB só podem ter suas características alteradas se houver autorização do Ministro do Exército, segundo o que consta do caput do artigo 5º e do artigo 9º, Capítulo I, do RUE. Todos estes e outros detalhes fazem deste uniforme um intrigante (CRAIK, 2003) objeto de estudo, porque, ao mesmo tempo em que ele se submete às regras gerais para uniformes do Exército Brasileiro, ele tem suas peculiaridades que, de certa forma, o distinguem e “subvertem” a lei.

Neste contexto, a escolha da casaca branca como nossa musa inspiradora não tem por objetivo conferir a ela qualquer superioridade ou torná-la uma representante ou uma metáfora do uniforme histórico dos Dragões da Independência. Ao contrário, ela corresponde ao nosso desejo de duvidar, de questionar e de dialogar. Afinal, quem poderia melhor representar a imagem de uma casaca convencionalmente chamada de branca – Figura 34 – do que uma casaca branca e vermelha?

### **3.1. Era Uma Vez, uma Casaca Branca de Dragão**

#### **3.1.1 Características Gerais e Visualidades**

A casaca branca, avivada de vermelho, do uniforme histórico dos Dragões da Independência é descrita, em detalhes, pelo artigo 16, inciso II, do RUE. O tecido utilizado para sua fabricação e das calças culote é o *acrocel*. O *acrocel* ou A-Tell<sup>102</sup> é a marca comercial de uma fibra de poliéster modificada com ácido p-hidroxibenzóico. Este tecido tem baixo custo, não exige muitos cuidados para sua manutenção e limpeza e garante uma apresentação adequada para quem o usa, pois pode ser facilmente lavado, não precisa ser passado e não amarrota com facilidade. Todavia, por ter fibras sintéticas em sua composição, não ser sofisticado nem muito agradável ao toque e ser pouco

---

<sup>101</sup> Dos Uniformes básicos masculinos e femininos do EB, Seção I e Seção II do RUE *online*. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

<sup>102</sup> Artigo Tingimento de poliéster com recuperação energética. KUSTER-NETO, Henrique João. P. 15. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/344532\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/344532_1_1.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

maleável, o acrocel é quente, não é confortável, não possui um bom caimento, ou seja, não fica muito bem ajustado ao corpo, a costura pode ficar um pouco enrugada, é um pouco transparente e pode estar sujeito a manchas. Na Figura 35 podemos ver as costas da casaca, especialmente a sua parte inferior, a aba, e perceber, ainda que a peça esteja disposta sobre uma mesa e não vestida, algumas características mencionadas sobre este tecido e observar que há uma sombra do tecido vermelho na parte branca e que a costura parece estar meio enrugada na junção da aba com a parte superior do corpo da casaca.



Figura 35 – Imagem fotográfica das costas da casaca branca tirada pela autora em 5 set. de 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Na letra “d”, inciso II, artigo 16, Seção II, Anexo C, do RUE encontramos a descrição detalhada da casaca branca. Todavia, somente com a análise visual da peça – Figura 35 – podemos compreender melhor como ela é, realmente, costurada. Esta análise visual representa, dentro dos Estudos de Cultura Visual, e segundo Aguirre (2011, p. 88), uma ação verdadeiramente transformadora, na qual significados podem ser desconstruídos e processos de produção evidenciados,

questionados e rompidos, a fim de que novos espaços de visibilidade e identidade sejam abertos e o mundo possa ser pensado como algo a se construir: “É assim porque os artefatos e eventos da cultura visual podem nos mostrar algo que não sabíamos que estava ali [...]”. Assim, a partir do conhecimento de como esta roupa é construída, podemos perceber como os seus sentidos e significados podem ser, também, construídos e desconstruídos.

A parte inferior da casaca, chamada de aba, é feita com acrocel vermelho, com tecido duplo. Sobre a aba de acrocel vermelho é aplicada uma barra branca, o debrum, que tem 30mm de largura nas partes laterais. Na parte inferior da casaca o acrocel vermelho é dobrado e costurado no formato de um triângulo isósceles, cujo vértice é oposto à base, voltado para cima, nas costas e no lado de dentro da casaca. Nas costas da casaca, o triângulo termina entre duas carcelas<sup>103</sup> ou “tiras de tecido com casas, que se ajustam a um dos lados de uma peça de vestuário para se abotoar ao outro lado, onde estão os botões, para que estes não fiquem à vista”. Um detalhe feito em acrocel vermelho contorna parte da carcela. A legislação não traz, todavia, a medida exata para o tamanho do triângulo formado pelo acrocel vermelho nas costas da casaca e isto é um dado importante para este estudo sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência.

### **3.1.2 Paradoxos, Coerências, Anacronismos e Contemporaneidades**

As costas da casaca foram, exatamente, a parte da roupa que levou a banca a nos questionar sobre a autenticidade da atual casaca branca com relação à que foi desenhada, segundo indicam as fontes, por Jean Baptiste Debret no século XIX. A dúvida encerava-se sobre a possibilidade de esta peça ser uma má-interpretação dos desenhos originais de Jean Debret feita por quem tem, hoje, a responsabilidade de costurar o uniforme histórico dos Dragões da Independência.

Segundo o artigo 2º, Capítulo I, Anexo C, do Regulamento de Uniformes do Exército, todos os uniformes históricos são criados por Portaria Ministerial. As regras contidas nessas Portarias apontam as condições para a posse e uso destes uniformes e as

---

<sup>103</sup> Definição de carcela. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/carcela>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Portarias específicas para cada um deles apresentam, detalhadamente, a sua composição. Todavia, o artigo 56, Capítulo III, Anexo C, do RUE deixa claro que

A descrição detalhada, as dimensões, as especificações técnicas e instruções para a confecção dos uniformes, de que trata este Anexo, constam em seus respectivos atos de criação e poderão ser complementados, quando necessário, por normas técnicas a serem expedidas pelo Departamento-Geral de Serviços.

Fica claro, assim, segundo a própria Portaria, que a possibilidade de haver uma modificação na descrição das peças do uniforme histórico do Dragões da Independência existe. Além disso, segundo o artigo 9º, Capítulo I, do RUE, a “[...] modificação de detalhe, alteração de matéria-prima [...]” podem ocorrer, desde que sejam autorizadas pelo Ministro do Exército. Desta forma, esta farda, assim como os demais uniformes do Exército Brasileiro, pode passar por mudanças que são ocasionadas por vários tipos de demandas, como, por exemplo, as relacionadas às funções pragmáticas propostas por Almeida (2002), como a substituição de algumas peças por outras mais adequadas – a camisa branca pela camiseta meia-manga camuflada, por exemplo, que faz parte do uniforme usado no 1º RCG – e o investimento feito para a adoção de tecidos mais funcionais e práticos. Afinal, este é um uniforme que tem características específicas e a sua limpeza e conservação devem ser eficientes e práticas.

Ao pensarmos nas possíveis questões paradoxo-coerentes de autenticidade e interpretação, relativas à produção deste uniforme, no campo da moda, ao qual pertence a pergunta feita a nós, nos lembramos que Agamben afirma haver um tipo de censura, ainda que sutil, relacionado à experiência provocada pela atualidade ou inatualidade do tempo definido pela moda, tempo este que é percebido impreterivelmente. Mas, segundo o autor, esta temporalidade da moda não pode ser apreendida cronologicamente, pois ela está intimamente ligada à contemporaneidade, ou seja,

ela pode “citar” e, desse modo, reatualizar qualquer momento do passado (os anos 20, os anos 70, mas também a moda imperial ou neoclássica). Ou seja, ela pode colocar em relação aquilo que inexoravelmente dividiu, rechamar, re-evocar e revitalizar aquilo que tinha até mesmo declarado morto. (2009, p. 68-69)

O uniforme histórico dos Dragões da Independência é, assim, apesar de o nome parecer indicar o contrário, uma roupa contemporânea que “coloca em ação uma relação especial entre os tempos” (AGAMBEN, 2009, p. 71), dinâmica, renovável e sujeita às mudanças que surgem das demandas advindas com o seu uso efetivo, pois o uniforme histórico é um dos uniformes do Exército Brasileiro e, como tal, também se beneficia da tecnologia disponível em cada um desses tempos, a qual é investida na sua criação e produção. É um uniforme vivo: está previsto em uma legislação em vigor, se sujeita às mudanças causadas pelas demandas às quais se submete diariamente, é produzido segundo as técnicas e tecnologias disponíveis, tem funcionalidade e funções definidas, veste e é vestido por uma coletividade que dele depende para realizar o seu ofício e encerra em si mesmo uma multiplicidade de visualidades, sentidos, sensorialidades e definições que lhe são atribuídas de acordo com o lugar de onde é visto e com o passar do tempo, seja no seu uso ou nas formas de sua produção.

### 3.1.2.1 O Uniforme Herdado da Imperial Guarda de Honra

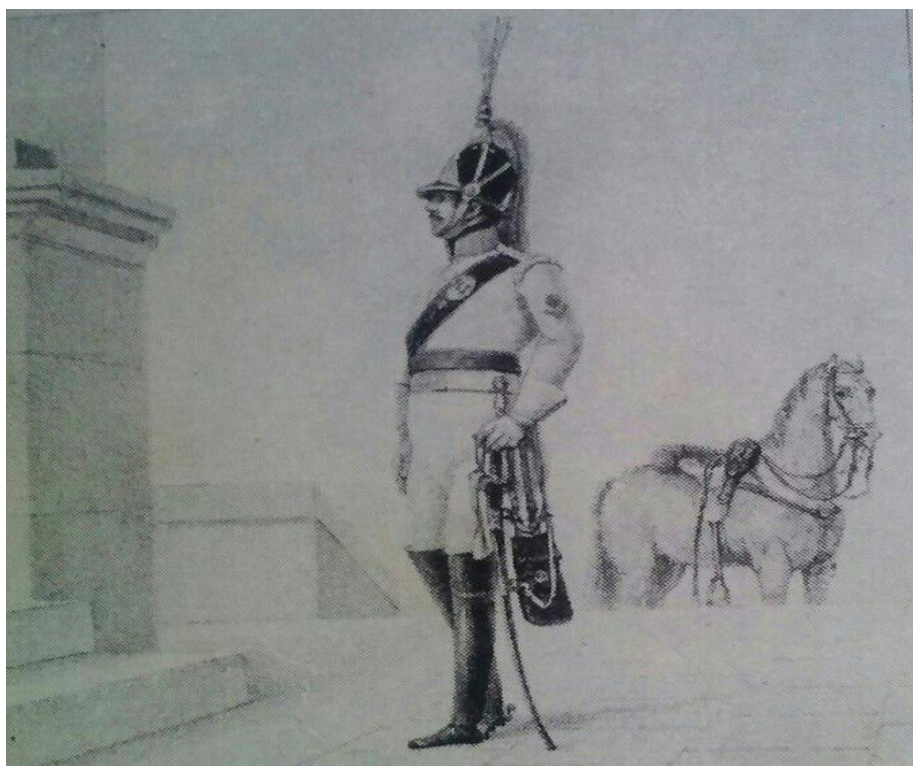


Figura 36 – Uniforme da Guarda de Honra do Imperador, Jean Baptiste Debret, 1965. 104

O uniforme da Imperial Guarda de Honra, cujo desenho se atribui a Debret – Figura 36 e Figura 37 –, foi reproduzido nas aquarelas desenhadas por Wash Rodrigues Figura 17 e Figura 18, que constam do Capítulo 1. A Figura 17, como vimos, mostra as costas da casaca branca. Na Figura 36 e na Figura 37 podemos ver que os oficiais da Imperial Guarda de Honra usam o 2º Capacete (AQUINO-FILHO, 2006). Na imagem da Figura 36 não conseguimos visualizar a aba da casaca, portanto, não temos como compará-la com a usada nos dias de hoje pelos Dragões. A imagem do cavalo ao fundo da imagem deixa claro que se trata de um oficial da cavalaria.

Na Figura 37, o oficial está montado a cavalo e podemos ver uma parte da aba da casaca, que é parecida com a desenhada por Pedro Américo, apresentada em detalhe na Figura 39. Nesta Figura, o oficial está montado. A partir da postura do oficial a aba parece ser dividida ao meio. Se não o fosse, ela ficaria acima ou abaixo da sela. Todavia, apesar da movimentação do cavalo, a aba parece estar, estranhamente, enrijecida, o que pode ser explicado pelo uso de um tecido com textura ultrarrígida, pelo desconhecimento acerca de características de tecidos ou pelo desejo do autor de retratá-la desta maneira para salientar as suas feições.

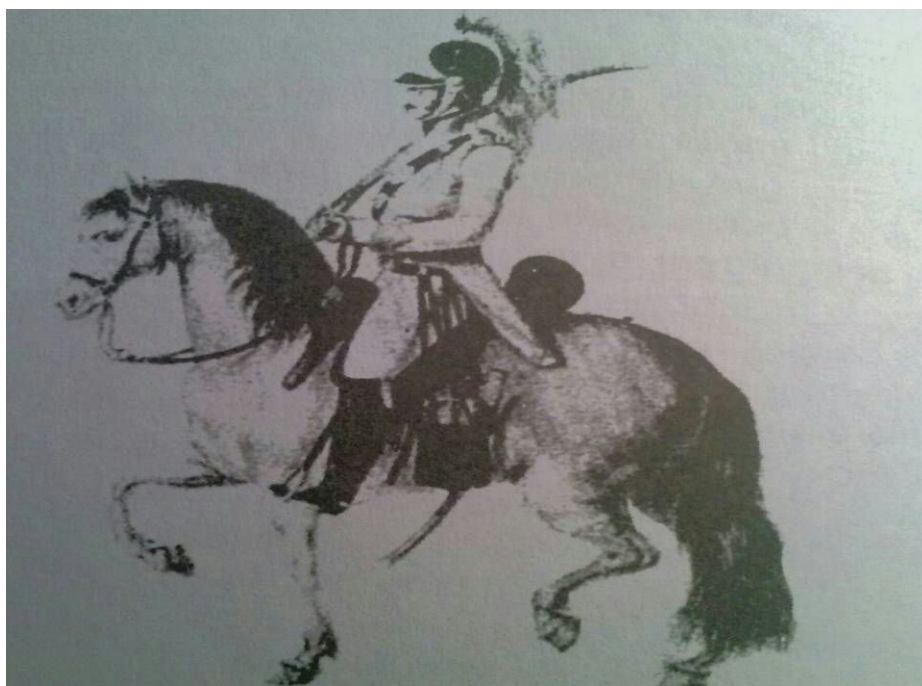


Figura 37 – Oficial da Imperial Guarda de Honra, Jean Baptiste Debret, 2006.105

---

reprodução desta imagem também pode ser encontrada na página 110 do livro *Dragões da Independência: Tradição e História*, de Alcides Tomaz de Aquino Filho que consta na bibliografia.

105 Gravura de Oficial da Imperial Guarda de Honra feita por Jean Baptiste Debret. Fonte: arquivo de Augusto Lima Júnior, encontrada na página 52 do livro *Dragões da Independência: Tradição e História*, de Alcides Tomaz de Aquino Filho, 2006, que consta na bibliografia.

A parte das costas da casaca branca do uniforme da Imperial Guarda de Honra pode ser vista mais detalhadamente na Figura 38. Se compararmos as imagens da Figura 35 com a da Figura 38 percebemos que a parte das costas das duas casacas são bastante parecidas. A aba da casaca em vigor – Figura 35 – é mais comprida, tem um formato mais quadrado, a parte branca é reta, sem aberturas no meio e o triângulo é feito com o tecido vermelho. O formato da aba da casaca de 1831 – Figura 38 – é um pouco diferente e a parte branca próxima às bordas é que parece ser triangular. As correias pretas do cinto talabarte, contudo, dificultam a visualização de detalhes da aba como, por exemplo, se há algum tipo de abertura no meio das partes aplicadas com tecido branco. Além disso, não há, nas imagens, a possibilidade de se analisar as costuras, o que não dificulta saber como a casaca é feita e, portanto, não podemos afirmar se ela é igual ou não à casaca branca dos Dragões.



Figura 38 – Detalhe das costas do uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1831.106

Na composição do painel *Independência ou Morte!*, Pedro Américo retratou a Imperial Guarda de Honra, de quem os Dragões herdaram o uniforme, com a farda grande ou de gala, ou seja, o uniforme branco, Figura 12, Capítulo 1. Américo afirmou que a farda foi representada conforme as pesquisas que havia feito. A Figura 39 e a

---

106 Detalhe das costas do uniforme da Imperial Guarda de Honra de 1831 – Imagem 53. Fonte: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruoft#page/n177/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Figura 40 mostram detalhes das abas das casacas de guardas em posições diferentes no quadro de Pedro Américo.

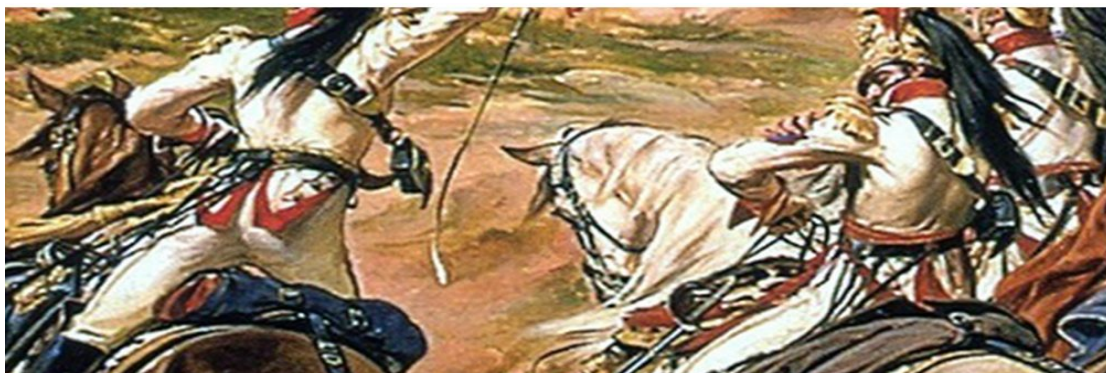


Figura 39 – Detalhes das costas da farda branca no quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo, 1888. 107



Figura 40 – Detalhes das costas da farda branca no quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo, 1888. 108.

---

107 Detalhes das costas da farda branca no quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo. Fonte: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence\\_of\\_Brazil\\_1888.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence_of_Brazil_1888.jpg)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

108 Detalhes das costas da farda branca no quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo. Fonte: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence\\_of\\_Brazil\\_1888.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence_of_Brazil_1888.jpg)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

Na Figura 39, vemos as costas das casacas de dois guardas que estão sentados no cavalo e um que está em pé no estribo. Na Figura 40, um oficial está em pé, no chão. As abas das casacas dos que estão sentados e do que está em pé ao lado do cavalo são parecidas com a da ilustração de Rodrigues mostrada na Figura 38. Todavia, o oficial que está em pé no estribo foi representado em movimento e, por isso, a divisão na aba da casaca dele se abre e se revela. Além de terem formatos diferentes, as abas das casacas vistas nas Figuras 38, 39 e 40 são mais curtas do que a da atual, representada na Figura 35, talvez pelo fato de estarem abotoadas.



Figura 41 – Imagem fotográfica tomada por Daniela Goulart em 7 set. 2008, em Brasília/DF.109

109 Imagem fotográfica tomada por Daniela Goulart, em Brasília, no dia 7 set. 2008. Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/asleeponasunbeam/2836338709/in/photolist-NcDQw-2G73BJ-kqLMtX-5RZPXB-7co2C3-2G34ae-6d6E9J-4Vg4gy-9DMh9i-dUijor-4VbQtR-aSzyW-4LwgKT-pQd7mk-5mxJXR-paQYC9-oCAnSb-oCP1hT-omj9wN-oCMhmN-omjshr-oCApGJ-oEyVDD-oAMa8W-oCxn2g-oEyVdZ-oAMeRo-oCMfbL-5jCYFx-6mcNWm-96D7yo-cAzoFJ-3ohrWm-6WMNv3-6WMNBb-4UqQ1f-cAzofj-cAzots-4UqQ5U-96CZvG-96D8xQ-9uN5np-6WHQ2Z-6WHNtk-d6Nnyh-dJBwLy-5UBw4b-4yr6Vi-5UBvZj-9uN58P>>. Acesso em: 18 jan. 2015. A fotografia de Daniela Goulart pode ser compartilhada desde que informados os devidos créditos à autora e os dados sobre a página, segundo consta das regras do *Creative Commons*. Fonte: <<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>>. Acesso em: 18 jan. 2015. Outras imagens podem ser acessadas na galeria de fotos do site do Exército Brasileiro. Fonte: <<http://www.eb.mil.br/>> e <<https://www.flickr.com/search/?q=drag%C3%B5es%20da%20independ%C3%Aancia>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

A imagem fotográfica na Figura 41 foi tomada durante o desfile de 7 de setembro de 2008, em Brasília. Os Dragões estão a cavalo, assim como no quadro de Pedro Américo, e podemos perceber que as abas de suas casacas se mostram de formas diferentes, de acordo com o movimento corporal de cada Dragão, que é provocado como consequência do deslocamento e da velocidade do trote do próprio cavalo. Neste sentido, imagens dos Dragões a cavalo podem ser referências imprecisas para o estudo detalhado da casaca se forem analisadas isoladamente. Não vemos nenhuma aba da casaca tão rígida quanto a aba da casaca na gravura de Debret – Figura 37.

### 3.1.2.2 O Uniforme Histórico dos Dragões da Independência

Por que razões a casaca branca usada hoje pelos Dragões da Independência deveria ter a aba semelhante à da Imperial Guarda de Honra usada no século XIX? A farda dos Dragões da Independência é uma herança da farda grande ou de gala da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro. Segundo as quatro primeiras acepções contidas no dicionário Michaelis<sup>110</sup> de Português *Online*, entende-se por herança “1 Aquilo que se herda por disposição testamentária ou por via de sucessão. 2 Conjunto dos bens e direitos, ativos e passivos, que uma pessoa deixa ao morrer. 3 Legado. 4 Sucessão”. O processo de sucessão hereditária consiste, assim, na transferência de certo patrimônio de uma pessoa ou instituição a outra ou outras.

Os Dragões legaram o patrimônio material, cultural e histórico pertencente à Imperial Guarda de Honra. Quem recebe um bem testamentário tem o poder discricionário de mantê-lo ou dele dispor, já que passa a ser o novo detentor de sua propriedade. Gustavo Barroso (1922) foi um grande incentivador para que o uniforme voltasse a ser envergado pelos Dragões. Depois de uma intensa campanha política, o Exército Brasileiro decidiu trazer o uniforme, novamente, à vida.

Mas acrescentar um uniforme composto por tantos detalhes, como o dos Dragões, a um conjunto de uniformes já existentes e que possui peças e versões tão variadas não parece ser uma tarefa fácil. Na realidade, o RUE contempla dezessete tipos de uniformes históricos. Assim, além das dificuldades logísticas de regular e administrar

---

110 Definição de herança: Dicionário Michaelis de Português Online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=heran%E7a>>. Acesso em: 25 out. de 2014.

tantas fardas diferentes e do alto custo financeiro para produzi-la e mantê-las, é preciso que seja realizado um processo de pesquisa para reproduzir peças fidedignas às que foram herdadas e em quantidade suficiente para uso. Conforme o artigo 57, Capítulo III, Anexo C, do RUE, “Na confecção dos uniformes, de que trata este Anexo, deverão ser empregados materiais e técnicas de confecção que proporcionem a maior autenticidade possível aos mesmos”. Todavia, não sabemos se havia algum molde do uniforme da Guarda que possa ter sido utilizado para a confecção dos atuais.

Mas a manutenção dessa suposta autenticidade depende, também, de outros fatores. O artigo 145, caput, Capítulo VIII, do RUE, sobre as prescrições diversas para todos os uniformes do Exército Brasileiro, dispõe que “A matéria-prima dos uniformes será fornecida preferencialmente por fábricas existentes no território nacional, comprovadamente capazes de atender às exigências e necessidades do Exército”. Os tecidos podem, assim, ser produzidos por empresas variadas ao longo do tempo, o que pode gerar produtos diferentes dos já existentes, feitos com materiais distintos. Ainda há outro fator a ser lavado em consideração: algumas peças desta farda são produzidas por empresas contratadas pelo Exército Brasileiro sob a responsabilidade da Diretoria de Abastecimento<sup>111</sup> e dela recebem os desenhos técnicos contendo todos os detalhes que devem estar presentes em cada um dos itens. Nessas empresas, as peças são produzidas a partir de uma releitura, de um processo de interpretação subjetivo e, portanto, pode haver, igualmente, algumas variações no produto final, conforme afirma Maristela Novaes (2011, p. 38):

A construção de roupas é um processo de pesquisa formal, refere-se à produção de artefatos. Estes artefatos são eles mesmos elementos visuais, mas também elementos de composição de visualidades. Podem ser imagéticos, são volumétricos. No entanto, o processo de construção de roupas nem sempre é linear e sistemático. O processo de concepção da roupa pode envolver também a criação de metodologias de modelagem, já que o processo de interpretação é inerente a estas atividades.

Por ser a interpretação uma atividade própria do processo de concepção de uma obra ou uma roupa, o que Pedro Américo escreveu no texto *O Brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil – Algumas Palavras acerca do Fato*

---

<sup>111</sup> Diretoria de Abastecimento do EB – DABST. Disponível em: <<http://www.dabst.eb.mil.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

*Histórico e do Quadro que o Comemora*, que deve ser lido em conjunto com o quadro *Independência ou Morte!* para que se entenda, entre outras razões, por que o uniforme de gala foi retratado, representa um importante dado para que possamos pensar nas visualidades encerradas na farda dos Dragões. Pedro Américo disse:

A realidade *inspira* e não *escraviza* o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza o quanto encobre, contrário aos desígnios da arte, os quais, muitas vezes coincidem com os desígnios da história. E se o historiador afasta dos seus quadros todos os incidentes perturbadores da clareza das suas lições e da magnitude dos seus fins, com muito mais razão o faz o artista, que procede dominado pela ideia da impressão estética que deverá produzir no espectador a sua obra. [...] Exceto nessas circunstâncias acidentais, em que fui aconselhado e guiado pelo raciocínio, e em muitas figuras que não podem ser retratos, foi a pintura rigorosamente inspirada da realidade [...]. (OLIVEIRA; MATTOS, 1999, p. 19 e 21)

A expressão “ser rigorosamente inspirado pela realidade” pode ter várias conotações, entre elas, a de querer retomar o passado tal como ele aconteceu ou traduzir, na imagem, como é, realmente, a realidade. No caso do uniforme histórico dos Dragões da Independência, por exemplo, a realidade pode ser a de conformar o atual e o futuro com o passado, pois pode ter sido necessário realizar adaptações no modelo da farda da Guarda para que seu uso fosse possível dentro das demandas que hoje vão sendo oferecidas ao 1º RCG e ao Exército Brasileiro. Talvez a aba da casaca branca tenha passado por uma releitura que pudesse garantir, não só o cumprimento das funções pragmáticas (ALMEIDA 2002), mas também das funções de logística e gestão de uniformes e equipamentos no âmbito do Exército Brasileiro e a invenção das tradições, sem que sua representação visual ficasse comprometida.

Acreditamos, assim, que pode ter havido uma interpretação ou releitura inspirada na farda usada pela Imperial Guarda de Honra para a criação do atual uniforme dos Dragões da Independência, mas não temos meios de afirmar que e/ou se houve má interpretação, pois a questão relativa à atribuição de valores não está em pauta nesta pesquisa. O que se deseja aqui é analisar como as visualidades deste uniforme circulam no meio social e que sentidos são atribuídos a ela como uma roupa, um objeto material. Logo, as possíveis mudanças sofridas pela farda podem não ser um fator que a descaracteriza ou inviabiliza o seu uso na contemporaneidade. Pelo

contrário, ela faz parte da tradição, da História e do imaginário militar. É um uniforme brasileiro que se afirma ter sido desenhado por um artista francês que, também, buscou inspiração na sua realidade para criá-lo. O uniforme já nasceu, destarte, como fruto de uma realidade inspirada ou de uma tradição inventada e assim parece seguir vivendo.

### 3.1.2.3 As Costas da Casaca do Uniforme Histórico



Figura 42 – Imagem dos músicos do 1º RCG em cerimônia de comemoração do Dia da Independência 112.

112 Imagem dos músicos do 1º RCG em cerimônia de comemoração do Dia da Independência publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook*. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

Ao observarmos as imagens de três eventos contidas nas Figuras 42, 44 e 45, nos atentamos para as diferenças existentes entre as abas das casacas brancas usadas hoje pelos Dragões da Independência. Segundo o artigo 4º, Capítulo I, Anexo C, do RUE, “Os uniformes históricos são usados em guardas de honra, paradas, formaturas, desfiles, solenidades e guardas, de acordo com o que for determinado pelo Comando Militar de Área a que a Organização Militar estiver subordinada”. O primeiro evento – Figura 42 – é a celebração do Dia da Independência. Vemos, por meio da imagem, que há tamanhos diferentes dos triângulos feitos com tecido vermelho na aba das casacas usadas pelos componentes do clarim e tamanhos e formatos diferentes nas carcelas. A disposição dos soldados em linha nos leva a pensar, à primeira vista, que eles se posicionaram de acordo com o tamanho alternado do triângulo da casaca, o que pode ser repensado quando olhamos para a última casaca à direita, cujo triângulo parece ter as mesmas dimensões da que está ao lado e para a primeira à esquerda, que parece ter um triângulo menor e para as carcelas que possuem formatos e tamanhos variados.

Para o Exército Brasileiro, as visualidades contidas na farda constituem uma função, uma posição hierárquica, de forma que o RUE prevê e regula o uso das cores e insígnias e distintivos. Mencionamos no Capítulo 1 que as cores dos penachos são importantes elementos diacríticos para o uniforme dos Dragões, pois a forma de uso dos distintivos dos uniformes básicos não se aplica a esta farda. Todavia, as cores, diferentemente dos outros tipos de distintivos, não conseguem indicar, com propriedade, a função de quem o veste quando os elementos diacríticos são muito parecidos. No caso dos músicos e clarim representados na imagem da Figura 42, por exemplo, que usam o penacho verde, os elementos diacríticos estão contidos em outras peças. Vemos que todas as faixas de cintura têm cor única e que os elementos metálicos nos ombros, chamados de charlateiras – as dragonas têm franjas e são usadas para as graduações superiores – também são iguais, mas sabemos, também, que as cores englobam funções diferentes. Assim sendo, não temos condições de afirmar, baseados apenas na análise da imagem, se o tamanho diferente dos triângulos e os tamanhos e formatos diferentes de carcelas contidos nas abas indicam ou não um marcador de hierarquia. Desta forma, a imagem não consegue, por si só, indicar uma função, ainda que o RUE estabeleça as regras.

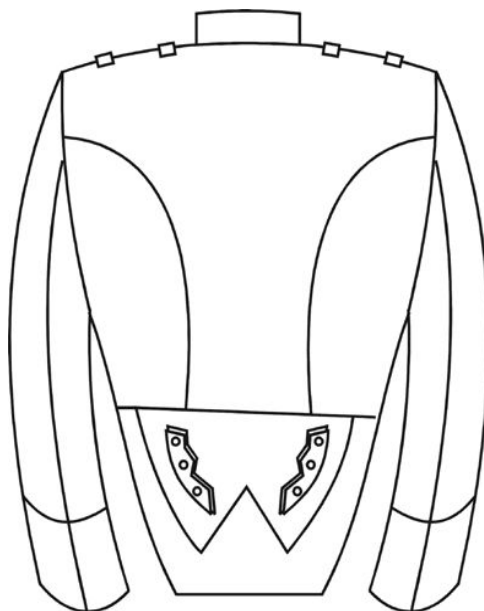


Figura 43 – Casaca branca, RUE113.

A carcela da casaca branca – Figura 43 –, apresentada como Figura 50 no artigo 16, Seção III, Anexo C, RUE tem uma visualidade diferente das casacas que vimos nas Figuras 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45 e na imagem da casaca que encontramos no 1º RCG, Figura 34. O Regulamento dispõe que:

carcelas do mesmo tecido da casaca, debruada de acrocel vermelho, começando a 50mm abaixo da costura da cintura, uma de cada lado da aba, com 180mm de comprimento e 40mm de largura, apresentando duas reentrâncias, em curva suave, e três pontas, uma em cada extremidade e uma no meio, todas dirigidas para o centro da aba; um botão de metal dourado fosco, de 15mm de diâmetro, tipo "Dragões da Independência" ou liso, no interior de cada ponto [...].

Na Figura 44 vemos uma cena da cerimônia da troca da Bandeira, que é realizada no primeiro domingo de cada mês na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Nesta imagem podemos notar, também, que há diferenças nos tamanhos dos triângulos e nos tamanhos e formatos das carcelas nas abas das casacas. Os Dragões se vestem de forma igual aos músicos na Figura 42, exceto pela cor do penacho, que nesta fotografia é vermelho, o que significa que eles não são músicos, mas Praças. Da mesma forma, a

---

113 Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

análise da imagem não é suficiente para afirmarmos que há ou não diferenças hierárquicas e que elas justifiquem a presença de tamanhos diferentes de triângulos vermelhos e de parcelas com tamanhos e formatos diferentes nas abas das casacas.



Figura 44 – Fotografia de cerimônia de troca da bandeira tirada por Wilson Dias, 2012, Brasília/DF114.

A imagem seguinte, Figura 45, retrata a troca da guarda. Podemos ver a aba das casacas dos Dragões que descem a rampa do Palácio do Planalto, em Brasília, e perceber que há casacas com variados tamanhos de triângulos de tecido vermelho e parcelas com tamanhos e formatos distintos. A composição do uniforme também parece corresponder, visualmente, à mesma da Figura 42 – músicos – e, pelas mesmas razões, não é possível fazer afirmações sobre se estas diferenças estão relacionadas aos elementos marcadores de hierarquia nesta farda.

---

114 Cerimônia de troca da bandeira. Imagem de Wilson Dias, publicada em 5 de ago. 2012. Fonte: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2012-08-05/troca-da-bandeira/>>. Acesso em: 7 dez. 2014.



Figura 45 – Imagem fotográfica intitulada *Cerimônia da Troca da Guarda Presidencial do Palácio do Planalto*, tirada por Jorge Cardoso, em 3 dez. 2014, em Brasília/DF.115

A legislação estabelece, como afirmamos anteriormente, que o tamanho do tecido branco, o debrum, aplicado no acrocel vermelho, deve ter 30 mm de largura nas partes laterais. Todavia, não há referência ao tamanho do triângulo formado pelo acrocel vermelho na parte exterior da aba da casaca branca. Quanto à carcela, a legislação estabelece um modelo, mas há outros formatos e tamanhos em uso. Durante a nossa visita ao Regimento estas questões não foram levantadas, pois elas surgiram posteriormente. Portanto, não temos dados sobre se o tamanho do triângulo ou se o

115 Imagem fotográfica intitulada *Cerimônia da Troca da Guarda Presidencial do Palácio do Planalto*, tirada por Jorge Cardoso, em 3 dez. 2014, em Brasília/DF. Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/77712181@N07/15946283475/in/photolist-qi7SvZ-pm8yC1-q1FnT8-pm8ztj-q1GU68-qfQAhw-qhWQbp-qhWQeF-qhWPNF-q1yVn5-q1yUTj-q1yqk1-q1yfxj-dfSwTG-pLagB9-dfSu42-amhXNr-9bcC3n-oQKVr7-q821Zf-9uR5iu-4RMxRa-8LLxMu-9uN52V-tiB94-2jU6Aq-enNmg1-6WFgYS-dTHgp8-eQtk1W-i3Cqy-7j3FS7-dhWRuS-6Ezdkx-i3ChW-fLG7AZ-2dQYUR-fLG7hp-mWbiD-7yQtNv-81oEk3-5EKe4u-doARYc-81oEbS-ahqChJ-6Aw3u1-dqYjEN-k3pLsT-7CxXYs-cgGcWm/>>. Acesso em: 18 jan. 2015. A fotografia *Cerimônia da Troca da Guarda Presidencial do Palácio do Planalto* de Jorge Cardoso pode ser compartilhada e adaptada desde que informados os devidos créditos ao autor e os dados sobre a página, segundo consta das regras do *Creative Commons*. Fonte: <<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>>. Acesso em: 18 jan. 2015. Outras imagens podem ser acessadas na galeria de fotos do site do Exército Brasileiro. Fonte: <<http://www.eb.mil.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2015. Galeria do *Flickr*. Fonte: <<https://www.flickr.com/search/?q=drag%C3%B5es%20da%20independ%C3%Aancia>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

tamanho e o formato da carcela são elementos diacríticos. Pela análise das imagens disponíveis também não é possível fazer esta afirmação. Todavia, porque peças deste uniforme são produzidas por empresas diferentes, estas distinções podem representar, também, uma releitura dos desenhos técnicos fornecidos pelo Exército Brasileiro.

Quando observamos imagens diversificadas do uniforme histórico dos Dragões da Independência em uso percebemos não somente que as abas das casacas brancas podem ser diferentes, mas também que parece não haver padronização de tamanhos, pois algumas peças que alguns Dragões usam parecem ser maiores, menores, mais compridas ou mais curtas do que as de outros. Isto acontece porque este é um uniforme produzido por empresas diferentes, o que pode gerar peças com visuais distintos, e o fato de ser uma farda de uso coletivo sujeita o seu processo de montagem diário a adaptações constantes para cada usuário. Talvez estas questões possam refletir a as visualidades e a singularidade do espírito contemporâneo deste uniforme que, como observamos, se apresenta, visualmente, de várias formas, mas sempre de acordo com o seu próprio tempo, uma invenção de uma tradição herdada que se adapta e renova para seguir sobrevivendo, uma contemporaneidade que, na visão de Giorgio Agamben (2009, p. 58, 64, 65, 66),

é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. [...] o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo. [...] os contemporâneos são raros. E por isso ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar. [...] o compromisso que está em questão na contemporaneidade não tem lugar simplesmente no tempo cronológico: é, no tempo cronológico, algo que urge dentro deste e o que o transforma. E essa urgência é a intempestividade, o anacronismo que nos permite apreender o nosso tempo na forma de um “muito cedo” que é, também, um “muito tarde”, de um “já” que é, também, um “ainda não”. E, do mesmo modo, reconhecer nas trevas do presente a luz que, sem nunca nos alcançar, está perenemente em viagem até nós.

Esta e outras características encontradas na farda dos Dragões pode nos levar na direção de uma resposta que aponte que não é relevante, para este estudo, se ela é totalmente igual à farda original da Imperial Guarda de Honra, desenhado, segundo as fontes, por Jean Baptiste Debret, se houve regresso ou progresso e se este uniforme é ou não tão funcional – funções pragmáticas (ALMEIDA, 2002) – se comparado com os uniformes básicos e especiais do Exército Brasileiro. O que importa para os Estudos de Cultura Visual é colocar à prova as convenções herdadas, as ideias postas e as condições “inquestionáveis” e suspender as crenças por meio de novas formas de ver, de transcender e construir o olhar e, assim, perceber que este uniforme é uma autêntica releitura inventada e inspirada no culto à História e às tradições e que delas depende para continuar anacrônica e contemporaneamente vivo, pois, como disse Etienne Samain (2015), “A memória não deve ficar confinada no passado”.

## 3.2. Quem Disse que Não Pode?

### 3.2.1 A Legislação Deslocada

O uniforme histórico dos Dragões da Independência foi criado, oficialmente, pela Portaria Ministerial nº 698, de 14 de julho de 1986<sup>116</sup>. O texto do artigo 5º, do Anexo C, do RUE, que enumera os dezessete uniformes históricos em vigor e confirma o dos Dragões como o terceiro, foi atualizado pela Portaria nº 391, de 9 de agosto de 2001<sup>117</sup>. No título do Anexo C, Do Uniforme dos Dragões da Independência, não há a menção à palavra *histórico*, que aparece nos dois artigos do Capítulo I: “Art. 15. A composição do uniforme histórico dos Dragões da Independência é a seguinte [...]” e “Art. 16. A descrição das peças do uniforme histórico dos Dragões da Independência é a seguinte [...]”. A palavra *histórico* também aparece em outros dispositivos no corpo do RUE.

Como afirmamos no Capítulo 1, não há na legislação a definição da expressão *uniforme histórico*. Todavia, as características atribuídas a esta farda pela própria norma

---

116 Do Uniforme dos Dragões da Independência. Anexo C. RUE *online*. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Anexo%20C%20Cap%20II%20Sec%20III.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

117 Portaria nº 391, de 9/08/2001. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/391-01.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

indicam que se trata de um uniforme inspirado em outro que foi criado, confeccionado e usado no século XIX e que, por causa de sua importância histórica e com o fim de resgatar as tradições, a memória e o legado histórico, cultural e material do Exército Brasileiro, é criado por uma Portaria Ministerial e volta a ser envergado na contemporaneidade por um grupo especial do EB, uma Organização Militar, para o cumprimento de funções específicas.

A sua inclusão como um anexo da legislação principal reforça esta tese e indica que o termo *histórico* também pode ter sido utilizado para diferenciá-lo dos uniformes básicos e especiais do Exército Brasileiro. O Anexo A, Capítulo I, Das Disposições Gerais, do RUE dispõe, em seu art. 1º: “Este Anexo, identificado como ‘Anexo A’, trata da descrição das peças integrantes dos *uniformes básicos e especiais*, bem como da descrição das peças complementares”. O artigo 1º, Capítulo I, Das Disposições Gerais, Anexo B, do RUE diz que “Este Anexo, identificado como ‘Anexo B’, constitui parte integrante do Regulamento de Uniformes do Exército e trata das prescrições relativas aos *uniformes especiais destinados aos estabelecimentos de ensino* do Exército”. No Capítulo I, Das Disposições Gerais, Anexo C do RUE, o artigo 1º afirma que “Este Anexo, identificado como ‘Anexo C’, trata das condições para a posse e o uso, da composição e da descrição das peças dos *uniformes históricos de Organizações Militares*”. (grifos nossos)

A diferenciação e separação entre básicos, especiais e históricos parece ser uma forma didática de organização e gerenciamento da imensa quantidade de uniformes em vigor. Uma de suas principais consequências reside no fato de que os uniformes históricos podem se sujeitar a regras próprias por causa de suas características intrínsecas. Todavia, na ausência de regras específicas, estes uniformes seguem o que é determinado para os básicos.

Aquino Filho (2006) e Naccar (2007) apresentam o cuidado com a aparência pessoal como um elemento fundamental no meio militar. A manutenção da boa apresentação individual e coletiva, denominada de função simbólica por Adilson José de Almeida (2002), influenciou a criação da segunda edição do Regulamento dos Uniformes do Exército Brasileiro em 1986, segundo Aquino Filho (2006). Entende-se por boa apresentação o uso correto da farda e os cuidados com sua manutenção e com a higiene do próprio corpo. As visualidades conferidas pelos diferentes uniformes militares, associadas à doutrina militar sobre o bom uso, a posse e a correta composição destas roupas, parecem, assim como a farda-pele, sinalizar para a existência de uma

cultura visual militar em que a aparência e a disciplina são elementos indispensáveis e inerentes à profissão militar. O Capítulo I do RUE apresenta as prescrições sobre os uniformes básicos do EB e afirma que os anexos trazem as regras para os especiais e históricos. Todavia, os artigos 2º e 3º deste Capítulo são regras gerais que se aplicam a todos os uniformes do Exército Brasileiro:

Art. 2º O uso correto dos uniformes é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal do Exército, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e do bom conceito da Instituição perante a opinião pública.

Art. 3º Constitui obrigação de todo militar zelar por seus uniformes, pela correta apresentação de seus subordinados e dos que lhe são de menor hierarquia.

*Parágrafo único.* O zelo e o capricho do militar com as peças do uniforme são uma demonstração de respeito e amor à farda que veste e, mais do que isto, externam o seu ânimo profissional e o seu entusiasmo com a carreira das armas, sendo importante observar a limpeza, a manutenção do brilho nos metais, o polimento dos calçados e a apresentação dos vincos verticais nas peças de fardamento, como é sugerido nas figuras deste Regulamento.

No sentido de que deve haver uma manutenção da boa apresentação individual e coletiva, o artigo 5º, Capítulo 1, do RUE, dispõe que as características dos uniformes do EB não podem ser alteradas. No que concerne ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, criados por Portaria Ministerial, segundo o artigo 1º, Capítulo I, combinado com o artigo. 51, Capítulo III, ambos do Anexo C do RUE, se houver permissão do Ministro do Exército, a proibição de “alteração ou substituição, mesmo em caráter eventual, de qualquer peça dos uniformes históricos” pode ser realizada. Isto indica uma importante característica deste uniforme que é a possibilidade de ser alterado e adaptado conforme as necessidades que surgem a partir do uso efetivo da farda ou do uso, concomitantemente, de peças com formatos e feitios distintos.

A imagem do capacete de dragão na Figura 4, Capítulo 1, mostrou que o capacete pode ser adaptado quantas vezes forem necessárias para que esteja em condições de uso. A substituição da camisa branca de colarinho branco pela camiseta meia-manga camuflada, à qual já nos referimos, também é outro exemplo. Desta forma, se as adaptações feitas em uma peça ou a substituição de uma por outra não afetam a visualidade do uniforme e a forma como ele é construído e representado, elas são relevadas. Esta forma de elaboração da visualidade, de um modo de ver e apreender, nos

leva a pensar, assim, em um regime de visualidade que poderia ser denominado de cultura visual militar.

Na visita realizada ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília pudemos verificar que outra peça do uniforme prevista no RUE também apresenta uma diferenciação, mas não sabemos por que, quando ela se deu e se tem alguma autorização ministerial, assim como desconhecemos estas mesmas informações em relação à camiseta meia-manga camuflada. Todavia, temos conhecimento de que as normas surgem para regular a prática social. A partir do uso efetivo dos uniformes e das necessidades para as quais eles existem, as regras são estabelecidas, mas elas podem ser alteradas quando se percebe que algo não funciona ou não está adequado. No caso de um uniforme histórico, as modificações podem significar que há uma alternativa que possa garantir a produção de fardas mais adequadas e de baixo custo e a otimização e o gerenciamento de seu uso. Isto pode indicar, como afirmamos anteriormente, que o uniforme dos Dragões da Independência é considerado histórico porque foi inspirado na farda branca usada pela Imperial Guarda de Honra, mas o fato de ser seu herdeiro não significa que ele tenha de ser exatamente igual a ela.

As peças que compõem o uniforme dos Dragões estão previstas no artigo 15, Seção III, Anexo C, RUE. O culote branco é mencionado no inciso IX. O inciso IX do artigo 16 apresenta a descrição completa desta peça:

o culote branco é confeccionado em tecido de acrocel, sem aba, com braguilha de fecho e sem presilha traseira, justo, reto e com um vivo de acrocel vermelho de 2mm de largura em cada costura lateral externa; na parte inferior das costas laterais externas, uma abertura de cada lado, fechando com quatro botões brancos de matéria plástica, de 17mm de diâmetro;

Na Figura 46 e na Figura 47 vemos um exemplar das calças do uniforme histórico dos Dragões da Independência disposto sobre uma mesa no departamento onde este uniforme é mantido, no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília. Percebemos que sua cor é branca e o tecido é o acrocel, o mesmo utilizado na confecção da casaca branca.

A braguilha<sup>118</sup> ou a abertura da parte dianteira da calça tem fecho e o corte é

---

118 Definição de braguilha. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

reto. No processo de modelagem, a braguilha<sup>119</sup> nas calças masculinas é, tradicionalmente, feita do lado esquerdo para o direito e, para as femininas, do direito para o esquerdo. Todavia, a análise de imagens de calças de outros modelos de uniformes básicos e especiais, masculinos e femininos, e históricos do Exército Brasileiro disponíveis no RUE revelou que a forma de modelagem da braguilha masculina predomina nos uniformes masculinos e femininos.



Figura 46 – Imagem fotográfica do culote branco contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

---

119 Processo de modelagem da braguilha. Disponível em: [http://cortandocosturando.com/braguilha\\_.html](http://cortandocosturando.com/braguilha_.html). Acesso em: 21 jan. 2015.



Figura 47 – Imagem fotográfica de detalhe frontal do culote branco contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

O uso deste tipo de modelagem parece ser, também, uma tendência que se nota na confecção de roupas de uso civil em geral, como, por exemplo, na de calças e shorts *jeans* disponíveis no mercado. Talvez isto decorra do fato de que a produção de uma modelagem única torna o processo de confecção mais barato, rápido e prático. Se os uniformes históricos possuem apenas uma versão parece razoável que o Exército Brasileiro tenha optado apenas pela modelagem de braguilha que já é utilizada nas outras modelagens para homens e mulheres.

Na imagem do culote branco, representado na Figura 47, observamos que há uma pequena abertura, que parece ser um bolso, localizada no lado esquerdo superior do culote branco, abaixo do cóis, e que não consta da descrição do citado artigo 16. Outra diferença que verificamos foi relativa à parte inferior das costas laterais externas do culote. O artigo 16 diz que cada abertura lateral deverá ser fechada com quatro botões brancos de 17 mm de diâmetro feitos de material plástico.



Figura 48 – Imagem fotográfica de detalhe da abertura lateral da parte inferior das costas laterais externas do culote branco contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.



Figura 49 – Imagem fotográfica de detalhe do fechamento com velcro da abertura lateral da parte inferior das costas laterais externas do culote branco contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Nas Figuras 48 e 49 verificamos que as aberturas laterais são fechadas com velcro<sup>120</sup> branco. Esta alteração pode ser justificada pela praticidade conferida pelo material, pois o seu uso facilita a montagem do uniforme e o ajuste das pernas das calças, que não sabemos se ficam dentro das botas de cano alto ou se são presas por meio de elásticos chamados bombachos<sup>121</sup>.



Figura 50 – Imagem fotográfica da lateral do culote branco contemporâneo tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Na Figura 50 vemos a imagem da parte lateral do culote. O modelo é reto e justo e um vivo<sup>122</sup>, uma “tira de tecido que forma o debrum”, como visto nas carcelas na aba da casaca branca, feito com acrocel vermelho, é aplicado em cada costura lateral

---

120 Definição de velcro. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

121 Bombachos elásticos para calças culote militares. Disponível em: <[http://www.militarbrasil.com.br/loja/index.php?id\\_product=847&controller=product](http://www.militarbrasil.com.br/loja/index.php?id_product=847&controller=product)>. Acesso em 10 maio 2015.

122 Definição de vivo. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

externa, mas não em toda a sua extensão, pois há as aberturas de ajuste da largura das pernas. Verificamos que, como nas casacas, as costuras parecem enrugadas devido às características do tecido sintético de poliéster.

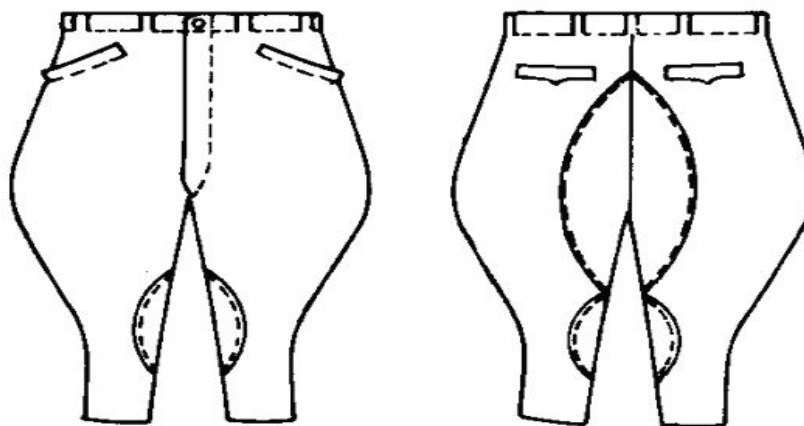


Figura 51 – Imagem do culote branco, RUE 123.

As imagens do culote branco nas Figuras 46-50 mostram que esta peça, apesar do nome, não se parece, visualmente, com o modelo tradicional de culote usado para montar a cavalo. O modelo enumerado como Figura 56 no RUE e apresentado pelo por ele como sendo o culote previsto no inciso IX, artigo 16, é o que pode ser visto na Figura 51. Percebemos, contudo, que a imagem desta peça não corresponde à descrição feita pelo artigo nem com o culote dos Dragões em uso. O modelo da Figura 51 é o culote camuflado que faz parte do uniforme básico do EB e que, também, é usado no 1º RGC, representado na Figura 52. Não sabemos a razão pela qual a imagem do culote camuflado é usada para representar a o do uniforme histórico dos Dragões da Independência.

---

123 Culote branco, Figura 56, Seção III, Anexo C, RUE. Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Imagens%20HTM/Anexo%20C/Fig056C.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2015.



Figura 52 – Imagem do uniforme básico masculino, RUE124.

O culote branco do uniforme dos Dragões é usado para o deslocamento a cavalo ou a pé. O culote camuflado é usado para as atividades de ensino ou instrução e prática equestre e para as atividades diárias e de serviço interno. Por causa das características do acrocel, o culote branco parece não ser muito adequado para as atividades de montaria, pois o tecido é bastante liso e escorregadio. Todavia, sobre a sela usada pelo Dragão que se desloca a cavalo é colocada uma sobremanta feita de pelo e com aplicações de couro localizadas na altura dos joelhos do equitador que protege e adere. Além disso, somente montam a cavalo os Dragões que passaram por curso de equitação e que têm, portanto, habilidade comprovada. Esta informação e outras sobre o material de encilhagem dos cavalos dos Dragões da Independência não constam do

---

124 Imagem do uniforme básico masculino 4º B2, Seção I, artigo 13, inciso XX, Figura 20, RUE. Fonte: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/Imagens%20HTM/RUE/Fig020.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

RUE e somente tivemos acesso a elas durante a visita ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília.

Desta forma, percebemos que o uniforme histórico dos Dragões da Independência possui muitas características que o aproximam das demais fardas do EB, mas, também, carregam muitos elementos próprios que o diferenciam daqueles e que somente podem ser alcançados por meio de análises diversas e entrecruzadas das quais, nem sempre, a legislação consegue dar conta. Uma combinação de norma e a subversão parecem ser inerentes a este uniforme.

### 3.2.2 Os Donos do Uniforme Histórico dos Dragões da Independência



Figura 53 – Imagem fotográfica de peças do uniforme histórico dos Dragões da Independência tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

A obrigação de todo militar de zelar por seus uniformes está prevista pelo artigo 3º, Capítulo I, do RUE, que trata das disposições gerais relativas aos uniformes do Exército Brasileiro. Todavia, os uniformes históricos se submetem a prescrições diferentes no que diz respeito a este assunto. Os artigos 53, 54 e 55, Capítulo III, Das Prescrições Diversas, do RUE, trazem as regras especiais referentes a estas fardas que são as seguintes:

Art. 53. A manutenção dos uniformes históricos deve ser realizada pela respectiva Organização Militar, não devendo a lavagem, a passagem a ferro e os reparos serem realizados pelos usuários.

Art. 54. Os uniformes históricos, após cada uso, deverão ser objeto de minuciosa inspeção, por equipe especializada de cada Organização Militar interessada, devendo as atividades de manutenção serem supervisionadas pelos respectivos Comandantes de subunidade ou fração.

Art. 55. Após a manutenção, os uniformes históricos devem ser guardados em locais adequados que proporcionem boas condições de armazenamento.

Desta forma, percebemos que os uniformes históricos, diferentemente dos outros uniformes pertencem, temporariamente, a quem os usa individual e coletivamente e, originariamente, às Organizações Militares, a quem compete realizar sua manutenção diária, organização, distribuição, armazenamento, gerenciamento e empréstimo – Figura 53. Quanto à quantidade de peças existentes, o artigo 3º, Capítulo I, Anexo C, do RUE, dispõe que deverá haver “quantidades necessárias fixadas pela Portaria de criação para atender o efetivo determinado pelo Comando Militar de Área a que a Organização Militar estiver subordinada”.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência é, assim, uma roupa de uso coletivo e temporário, pertencente ao 1º RCG. Vemos na imagem da Figura 53 que as peças estão limpas e separadas por categorias e aguardam para serem, devidamente, montadas e usadas. A quem ostenta este uniforme, diferentemente dos outros tipos de farda do EB, compete zelar pela apresentação individual e coletiva da tropa por meio de uma roupa que lhe é emprestada e que deve ser devolvida diariamente.



Figura 54 – Imagem fotográfica de casacas brancas do uniforme histórico dos Dragões da Independência tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

A cada dia veste-se uma nova composição da mesma roupa, com peças que já podem ter sido usadas pela própria pessoa e por outras pessoas. As casacas brancas, os culotes brancos, as botas e as luvas são produzidas com numerações padrão, mas, às vezes, as peças têm de ser adaptadas para que possam ser usadas, como vimos na Figura 4, Capítulo 1, sobre o capacete de dragão. Este uniforme é, ao mesmo tempo, público, privado e coletivo.

Nas imagens das Figuras 54-57 vemos vestígios de uso presentes em algumas peças do uniforme dos Dragões. Segundo Ana Paula Vilela, “o tecido é um elemento sensível, que tem o poder de marcar o nosso corpo e por ele ser marcado” (2011, p. 90). Mas os constantes usos e adaptações podem, também, deixar vestígios em outros materiais. Na Figura 54, diferentes manchas podem ser visualizadas nos ombros das casacas brancas devido à colocação e retirada de peças metálicas, as dragonas e

charlateiras. Estas manchas permanecem nos ombros das casacas, ainda que elas tenham sido lavadas.



Figura 55 – Imagem fotográfica da luva de suedine tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte:arquivo da autora.

A imagem representada na Figura 55 é a de uma luva branca usada pelos Dragões que se deslocam a pé e que seguram o mastro que leva a bandeirola vermelha e branca. O inciso XII, artigo 15, Seção III, Anexo C, RUE, traz a descrição das luvas brancas de suedine<sup>125</sup>. Há outra versão de luva, feita de tecido de algodão, que é usada no deslocamento a cavalo. A luva da Figura 55 garante mais proteção para as mãos e podemos ver marcas causadas por esses mastros que são metálicos e que permanecem após o uso porque as luvas não são lavadas.

Na Figura 56 vemos um capacete de dragão sem o penacho, mas podemos observar que há resquícios de um penacho vermelho que foi utilizado. Assim, a cada uso as cores podem se encontrar e a experiência pessoal de cargos e funções hierárquicas diferentes podem se misturar e confundir.

---

<sup>125</sup> Definição de suedine. Disponível em: <<http://glossario.estilopiti.com/2012/03/suedine-ou-sudanil.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.



Figura 56 - Imagem fotográfica do capacete de dragão sem penacho tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Na Figura 57 vemos vários pares de botas pretas tipo “Dragões da Independência” que aparentam estar bastante desgastadas pelo uso. Estas botas estão previstas no inciso XIII, artigo 15, Seção III, Anexo C, do RUE. As botas obedecem ao padrão de numeração prevista no Brasil, mas uma numeração diferente pode ser utilizada se uma peça não estiver disponível no momento do uso e o tamanho pode ser, assim como as demais peças, adaptado com o auxílio de espuma ou outro material.



Figura 57 – Imagem fotográfica de botas pretas tipo “Dragões da Independência” tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Desta forma, percebemos que os Dragões têm de montar o uniforme corretamente e adaptar a forma do fardamento aos seus próprios corpos, ou seja, o uniforme os veste. Todavia, os diversos corpos, masculinos e femininos, imprimem no uniforme uma gama de informações pessoais e coletivas que sugere que o uniforme também é vestido. Um paradoxo que parece ser característico desta roupa ou apenas um não enquadramento nas categorias e paradigmas existentes e tidos como certos e definitivos.

As marcas de uso coletivo ficam gravadas nas peças utilizadas pelos Dragões. Muitas delas são facilmente percebidas, como observamos nas imagens das Figuras 57-60. Outras demandam um olhar mais cuidadoso, pois estão localizadas na parte interna da peça, como as que estão presentes no capacete de dragão da Figura 4, no Capítulo 1, no qual há adaptações feitas com espuma e uma inscrição na parte interior da testeira do elmo e no cinto-talabarte.



Figura 58 – Imagem fotográfica da parte exterior da pasta do cinto talabarte tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

A peça representada na Figura 58 e na Figura 59 é uma parte do cinto talabarte, definido no Capítulo 2 e previsto no inciso XI, artigo 16, Seção III, Anexo C, do RUE. Esta parte se chama pasta e tem “forma de trapézio isósceles, com aba semelhante a um escudo e, sobre ela, uma chapa de metal dourado com as Armas da República com 100 mm de diâmetro, em relevo”, a mesma usada na chebraica – Figura 55. A folha branca no tamanho A-4 nos fornece uma ideia do tamanho real da peça.

Na imagem da Figura 59 notamos que há uma inscrição na parte interna da pasta do cinto talabarte, assim como no capacete de dragão da Figura 4, Capítulo 1. Esta parece ser uma forma de identificação e organização patrimonial das peças componentes do uniforme histórico dos Dragões da Independência. Não sabemos as razões pelas quais não há outro sistema de numeração com placas ou etiquetas mais discretas que não causem dano deixem as peças feias. No caso do capacete de dragão e do cinto-talabarte, as inscrições ficam, praticamente, invisíveis e não causam nenhum problema para a composição visual do uniforme.



Figura 59 – Imagem fotográfica da parte interior da pasta do cinto talabarte tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG em Brasília, DF. Fonte: arquivo da autora.

Todavia, a casaca branca, que surgiu como uma musa inspiradora desta pesquisa após a qualificação, foi, dentre todas as peças que compõem o uniforme histórico dos Dragões da Independência, a que nos causou o maior espanto durante a visita para coleta de dados e registro fotográfico na sede do 1º RCG em Brasília. Para ser vestida, a casaca passa por um processo de colocação de todos os botões. Os botões são elementos diacríticos e, portanto, devem estar adequados. São cinco botões na parte da frente da casaca e seis botões na parte das costas, três em cada uma das carcelas, que ficam nas abas. Esses botões são feitos de metal e devem, portanto, ser retirados antes da lavagem da casaca para que não sofram oxidação e não causem danos e manchas no tecido e são recolocados antes do uso. Porém, pregar e despregar botões não são processos rápidos. Desta forma estes botões são colocados com a ajuda de grampos, *clips*, usados para prender papel, como mostra a imagem da Figura 60.

Esta é, para nós, uma imagem emblemática do uniforme histórico dos Dragões da Independência e, por meio dela, percebemos que o processo de vestir empregado nesta farda é bastante parecido com o utilizado para as roupas civis do cotidiano, que têm, também, seus segredos e truques. Os ajustes e adaptações fazem parte deste uniforme porque vestir uma roupa que não pertence a quem a detém demanda esforço e

sacrifício na mesma medida requerida para a boa disciplina uniforme e a boa aparência exigidas para o cumprimento do ofício. Ajustes, adaptações, inscrições, substituições e criatividade são elementos que ajudam a cumprir as funções diacrítica, pragmática e simbólica (ALMEIDA, 2002) contidas na farda. Eles ajudam a identificar, revelar e camuflar. As peças, assim, ficam feias para embelezar e cumprir as funções para as quais foram criadas.



Figura 60 – Imagem fotográfica da casaca branca tirada pela autora em 5 set. 2013, na sede do 1º RCG, em Brasília/DF. Fonte: arquivo da autora.

Os uniformes do EB são produzidos com base em instruções de corte e modo de vestir descrito por leis específicas e sujeitam os militares ao uso e obediência estritos, sob pena de incorrerem em crime militar tipificado no Código Penal Militar<sup>126</sup>. O foro militar privilegiado não significa, em sentido literal, um privilégio e sim a extrema severidade de uma punição que ocorre pela quebra da confiança depositada no militar,

---

126 O artigo 162 do Código Penal Militar prevê a pena de detenção de seis meses a um ano para o crime de desrespeito à farda. Versão *online*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001compilado.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2015.

pois ele “não é um simples indivíduo, ele é um representante de sua coletividade e tem de ser responsabilizado se vier a prejudicar a imagem das Forças Armadas.” (NACCER, 2007, p. 122)

Todavia, no que se refere a todas as características intrínsecas ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, verificamos que a experiência adquirida por meio do uso efetivo da roupa permite que esses ajustes sejam feitos e influencia a edição de novas normas que regulem o seu uso. Neste sentido, não se pode chamar de transgressão ou subversão aquilo que é tolerado na prática e que faz parte da rotina do Regimento. Desta forma não se pode qualificar como crime de vilipêndio ou desrespeito à farda, contido no artigo 162 do Código Penal Militar, a prática de ajustes, adaptações, inscrições, substituições e a criatividade aplicada no uso desta farda, mas pode-se pensar em um regime de cultura visual militar.

Não temos condições de avaliar se os meios empregados para fazer os ajustes e registro de inscrições que observamos em algumas peças do uniforme dos Dragões são os mais adequados para garantir uma melhor logística na gestão e uso dessa farda, mas percebemos que eles têm cumprido a função de manter o uniforme histórico dos Dragões da Independência em uso. Os Dragões vestem esta casaca no deslocamento a pé e a cavalo e, portanto, se movimentam, e o que deveria estar invisível ou não existir pode se mostrar. Se eles precisam, por algum motivo, retirar o capacete de dragão ou outra peça, os segredos também podem ser revelados. Mas isto não descaracteriza ou inviabiliza o uso da roupa; pelo contrário, aponta que este uniforme tem muitos donos e visualidades e que cada proprietário temporário insere na farda algo que lhe pertence, que lhe é próprio, suas vivências, sua energia, o formato do seu corpo, que nela ficam gravadas e vão se unindo a outras e criando novas histórias, novos enredos, novos sentidos, novas imagens, novas sensações, novas camadas, novas definições, novas sensações, novas invenções.

### **3.3 O Uniforme e o Corpo**

A farda dos Dragões absorve, assim, as experiências de quem a veste, tanto as pessoais quanto as do grupo. Essas práticas ficam registradas e vão sendo sobrepostas em novas camadas após cada uso, pois a roupa recebe e adquire as vivências, a energia, os cheiros, fluidos e os formatos dos corpos que ela veste e novos sentidos e

visualidades são agregados. O uniforme, assim, ganha força e o ritual de montá-lo e vesti-lo encerra uma tradição histórica que é inventada e à qual são acrescentadas todas as histórias pessoais e coletivas.

A manutenção da boa aparência ou a função simbólica do uniforme (ALMEIDA, 2002) ou a cultura visual militar consiste em uma obrigação para o militar incorporado ao Exército Brasileiro. A tarefa de cuidar da imagem passa pela higiene pessoal, pelo zelo e capricho com a farda e, também, por sua correta montagem. O artigo 2º, Capítulo I, do RUE dispõe que “O uso correto dos uniformes é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal do Exército, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e do bom conceito da Instituição perante a opinião pública”. No que concerne aos Dragões da Independência, o uso correto dos uniformes significa, também, ter de adaptá-lo ao próprio corpo.

O EB disponibiliza um aplicativo<sup>127</sup> em seu *site* que orienta o militar “a montar corretamente seu uniforme, particularmente no que diz respeito à utilização de **distintivos de uso autorizado** e o posicionamento correto dos mesmos nos uniformes”. O substantivo *montagem* e o verbo *montar* utilizados no aplicativo referem-se à composição e uso corretos da farda, ou seja, a vesti-la de forma que as disposições do RUE sejam observadas estritamente. A montagem do uniforme dos Dragões da Independência não está disponível na versão atual do aplicativo e, como vimos anteriormente, por ser uma farda de uso coletivo, ao processo de composição acrescenta-se o de adaptação que faz parte do cotidiano do 1º RCG.

Apesar de serem termos parecidos, não podemos confundir *montagem* e *montar* com as expressões *montaria*, *montagem* e *montar* que são normalmente utilizadas na *teoria queer* para significar, conforme afirma Thiago Duque, um processo de manipulação e construção do feminino (2009, p. 17), o “ato de constituir a personagem feminina com adereços, nome próprio e características femininas” (CHIDIAC; OLTRAMARI, 2004, p. 472). O uniforme dos Dragões tem apenas uma versão que é vestida por homens e mulheres incorporados ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Para este uniforme e todos os outros do Exército Brasileiro, os termos *montagem* e *montar* estão relacionados ao processo de construção de uma imagem do uniforme que

---

127 *MONTAGEM DE UNIFORME ATUALIZADO* – aplicativo de orientação para uso de uniformes militares básicos do EB. Disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta\\_uniforme/](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta_uniforme/)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

consiste em vestir a farda corretamente e de posicionar, de forma adequada, os distintivos e insígnias.

As propostas da *teoria queer* são, segundo Maria Teresa Chidiac e Leandro Oltramari (2004) quebrar os paradigmas que opõem o masculino ao feminino, ultrapassar as discussões sobre as questões de gênero, criar um conceito mais flexível, uma fronteira mais tênue para a ideia de identidade e romper a normatividade e o reducionismo. Sobre as oposições relacionadas à identidade e aos corpos educados, Guacira Louro afirma que “Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente em si; em consequência esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidade ou inconstância” (2000, p. 8).

Para a *teoria queer*, nas relações entre o sujeito e a personagem pode haver um jogo de identidades, um jogo de cena, que se caracteriza pela diferença ou pela confusão entre um e outro. A personagem é elaborada a partir de um trabalho artístico, de uma arte interpretativa e performática, que tem o poder de subverter e transformar o *status quo*, e de ser e estar. Jennifer Craik (2003) aponta o *cross dressing*, o transformismo, como uma forma de subversão de grande relevância para a reinvenção dos uniformes na contemporaneidade e aponta o uso de uniformes militares por mulheres como um exemplo desta transgressão.

Apesar das diferenciações nas acepções relacionadas ao termo, algumas questões relativas ao processo de *montagem* ao qual se refere a *teoria queer* podem ser analisadas para fazermos uma comparação com o do uniforme histórico dos Dragões da Independência. Primeiramente, o uniforme dos Dragões é definido como um uniforme histórico e, como tal, recebe um tratamento especial pela legislação. Acrescentado como um anexo ao RUE, esta farda, ao mesmo tempo em que se sujeita às normas gerais para uniformes, está regulamentada por normas especiais que permitem algumas modificações ou adaptações nas peças sem que isto configure transgressão ou subversão. O uniforme se submete a um processo de *montagem* ou de uso correto bastante rígido, todavia, adaptações são permitidas ou relevadas para que ele cumpra o objetivos para os quais foi criado e por causa de sua característica de roupa coletiva.

Em segundo lugar, o uniforme é produzido em uma única versão que é inspirada na farda usada pela Imperial Guarda de Honra de D. Pedro, cujo desenho original se atribui a Jean Debret. A Imperial Guarda de Honra era formada apenas por homens. Maria Quitéria de Jesus<sup>128</sup> foi a primeira mulher a participar de um combate no Brasil.

Ela lutou pela Independência em 1823, mas não fazia parte desta Guarda. Assim, os Dragões herdaram um uniforme usado, a princípio, por homens, pois a inserção de mulheres no EB é recente. Hoje ele é usado, também, pelas mulheres incorporadas ao 1º RCG. A mesma roupa é compartilhada por todos, independentemente de qualquer conformação física.

O terceiro aspecto diz respeito à questão de que os Dragões da Independência são militares incorporados ao Exército Brasileiro e, assim, estão submetidos a toda a rigidez que a doutrina militar impõe. Portanto, fazer parte do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e vestir o uniforme histórico significa ter a obrigação e o orgulho de representar o legado histórico do Brasil que se encerra em uma farda, a segunda pele, que é a pele de todos, pois o uniforme pertence ao Estado, ao EB, ao Regimento, aos Dragões, ao Brasil, a Debret, a Pedro Américo, a Barroso, a D. Pedro, a todos os que fizeram parte da Imperial Guarda de Honra e da História. Assim, apesar de toda a ritualística e pompa, o papel que os Dragões interpretam é o laboral e eles vestem uma roupa de trabalho criada para os fins que estão na lei e as subversões que, acaso possam existir, ficam, como vimos, escondidas e são toleradas.

Os autores da *teoria queer* a que nos referimos tratam das questões relativas à identidade relativas ao corpo. Eles referem-se à necessidade de romper a dicotomia entre masculino e propõem um “estar intergêneros” em que o *cross dressing* e a montagem possam ser meios para alcançá-la. No RUE, verificamos que os uniformes básicos têm versões masculinas e femininas. Todavia, para os especiais e históricos, há somente uma versão. Não há referências, no Regulamento, de que estes sejam uniformes masculinos, apesar do uso de alguns elementos considerados como masculinos como, por exemplo, à citada braguilha da calça branca. Desta forma, acreditamos que, para este uniforme, não importam de que tipos são os corpos, mas sim que eles existam. Além de todas as dificuldades já mencionadas, a farda herdada tem de vestir homens e mulheres e seus corpos, que também a vestem de várias formas e nela deixam suas impressões pessoais e coletivas.

Neste sentido, o uniforme pode ser o que quiser, de acordo com quem ele veste e quem está vestido, masculino e feminino e neutro, apenas um uniforme histórico que

---

128 A História da Mulher no Exército. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset\\_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fmulheres-no-exercito%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_6ssPDvxqEURI%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1](http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fmulheres-no-exercito%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_6ssPDvxqEURI%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

produz um sujeito. Esta ideia de subjetivação parece se aproximar daquilo que Giorgio Agamben denomina de dispositivo:

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. (AGAMBEN, 2009, p. 38 e 40)

A ideia de este uniforme ser um tipo de dispositivo poderia soar mais conforme com a doutrina militar do que atribuir gênero a ele por parte da *teoria queer*. Para Agamben, o significado militar de dispositivo quer dizer “O conjunto dos meios dispostos em conformidade com um plano” (idem, p. 34). Todavia, dela também se afasta por causa de todas as características intrínsecas do uniforme dos Dragões, que parece não se enquadrar em categorias classificatórias estanques, pois o plano, o RUE, pode falhar.

Na Figura 61 vemos a imagem dos Dragões da Independência em um desfile. À esquerda e à frente da fotografia vemos uma mulher vestida com o uniforme histórico. Percebemos que se trata de uma mulher quando ampliamos a fotografia e analisamos as suas conformações físicas. Ela se destaca do restante da tropa por sua estatura mais baixa e por causa da cor amarela do penacho do capacete de dragão e dos fios de seda ou canutões dourados das dragonas e da faixa bordô de cintura. O seu posicionamento no começo da fila nos leva a crer que ela ocupa uma graduação superior, de comando, o que pode ser confirmado pela cor do penacho amarelo, que é usado para oficial, segundo a letra h, inciso I, artigo 16, Seção III, Anexo C, RUE, das dragonas com canutões dourados, usada para as graduações de capitão a oficial superior, segundo as letras a e b do inciso II e a faixa bordô, que é usada para os postos de subtenente a oficial superior, conforme as letras a, b e c do inciso VI do mesmo dispositivo legal.



Figura 61 – Imagem comemorativa ao Dia do Exército, tomada pelo Tenente Orlando, em 2014. 129

Esta é uma imagem institucional do EB. Ela foi tomada em Brasília no dia 14 de abril de 2014 durante uma formatura da Guarnição de Brasília quando, também, se comemorou o dia do Exército Brasileiro, 19 de abril. Ela foi usada em dois contextos diferentes: um jornalístico e outro de propaganda do EB. Segundo Flusser (2002, p. 50),

A cada vez que troca o canal, a fotografia muda de significado: de científica passa a ser política, artística, privativa. A divisão das fotografias em canais de distribuição não é operação meramente mecânica: trata-se de operação de transcodificação. Algo a ser levado em consideração por toda crítica de fotografia.

---

129 Imagem comemorativa ao Dia do Exército tomada pelo Tenente Orlando, CCOMSEx, e publicada na página oficial do Exército Brasileiro no *Facebook* em 14 abr. 2014. Fonte: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014. 129 A mesma imagem pode ser acessada no portal F5 News. Fonte: <http://www.f5news.com.br/banco/1942014112725.jpg>. Acesso em: 25 jan. 2015.

Neste sentido, esta imagem pode ser examinada em conjunto com um texto jornalístico e outras imagens de caráter ilustrativo, que apresenta a importância da força terrestre brasileira<sup>130</sup> ao enaltecer os feitos militares e o desfile das Organizações Militares e seus uniformes históricos. E também pode ser analisada no âmbito da doutrina do próprio EB como uma publicação compartilhada em uma rede social que faz parte de um conjunto formado por várias outras imagens e textos que divulgam os feitos do EB e exaltam o uso dos seus uniformes e, em especial, dos uniformes históricos, bem como enfatizam a importância da presença da mulher em seus contingentes. Neste último sentido, podemos considerá-la como uma cena, pois, segundo diz Flusser (idem, p 8 e 9), as imagens “são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens *eternalizem* eventos, elas substituem eventos por cenas. [...] Imagens são mediações entre homem e mundo. [...] Imagens têm o propósito de representar o mundo.”

Nesta cena final, sob o olhar dos Estudos da Cultura Visual, notamos que o uniforme histórico dos Dragões da Independência parece estar, visualmente, composto conforme o RUE, montado de acordo com as diferentes graduações, envergado por homens e mulheres incorporados ao Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas no cumprimento de uma de suas funções institucionais, tudo conforme as dualidades, oposições, linearidades e censuras costumeiramente impostas. Mas se fixarmos o nosso olhar além do evento, ou seja, na cena, se direcionarmos o foco às suas peculiaridades, aos seus segredos, às suas capacidades de invenção histórica e cotidiana, ao seu uso compartilhado, à suas imensas possibilidades, perceberemos as dificuldades de enquadrá-lo nas categorias já criadas, por causa do seu desejo de viver. Esta farda nasceu de uma inspiração que se prolonga na contemporaneidade e desta forma tem vivido e parece querer seguir vivendo. Resta-nos, destarte, sugerir que os Dragões voltem sempre à arena de debates, que, também, é uma cultura visual militar, munidos com sua principal arma, o uniforme, pois, segundo as palavras de Ana Paula Soares, é sempre bom que exista a “possibilidade de sobrepor fragmentos de pequenas costuras e virar os sentidos do avesso” (SOARES, 2011, p.51).

---

130 Artigo intitulado *Dilma Roussef enaltece a trajetória da Força Terrestre do Brasil* publicado no portal *F5 News* no dia 19 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.f5news.com.br/24162\\_dilma-rousseff-enaltece-a-trajetoria-da-forca-terrestre-do-brasil.html](http://www.f5news.com.br/24162_dilma-rousseff-enaltece-a-trajetoria-da-forca-terrestre-do-brasil.html)>. Acesso em: 25 jan. 2015.

## Conclusão

A experiência adquirida a partir do uso efetivo de variados tipos de uniformes nos ajuda a estabelecer relações de laços ou de nós com este tipo de roupa. Da mesma forma, ela nos ajuda a conhecer e compreender as suas propriedades, os seus mecanismos e as suas funções e, assim, podemos optar por elementos alternativos ou promover as adaptações que nos garantam a mesma funcionalidade ou nos proporcionam um melhor desempenho dentro daquilo que é possível ser realizado. As subjetividades relativas ao uso dos uniformes nos ajudaram a realizar este estudo sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência.

Levamos, assim, as Fardas Brancas para a Arena (MARTINS, 2012). Nesta batalha, encontramos desafios que foram vencidos a cada estratégia estabelecida: visitar o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, realizar o registro fotográfico e a coleta de dados, tornar possível um pensamento interdisciplinar no qual a minha formação em Direito pudesse estar presente e fosse aceita e encontrar bibliografia suficiente para desenvolver o texto e que fosse dialógica. Dividimos, assim, a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, *Uniformes, Imagens, Cultura Visual e Regimes Escópicos*, convidamos os Dragões para a Arena ou Cultura Visual (MARTINS, 2012), a fim de pudéssemos dialogar com os autores que tratam, especificamente, de uniformes e Dragões/Imperial Guarda de Honra: Jennifer Craik, Alcides Tomaz de Aquino Filho, Cecília Helena de Salles Oliveira e Claudia Valladão de Matos, José Adilson de Almeida, Gustavo Barroso e José Wasth Rodrigues e Carlos Alberto Naccer. Tentamos estabelecer um diálogo entre e com eles com o objetivo de entender a linha de pensamento de cada um e entrecruzá-las com a nossa própria, a partir da descoberta de fatos e características intrínsecas ao uniforme histórico dos Dragões da Independência. Concordamos, discordamos e propusemos novas perspectivas. A imagem do interior do capacete de dragão abriu este capítulo para nos lembrarmos que estamos tratando de Estudos de Cultura Visual e que, portanto, nossos olhares podem – e devem – fugir dos regimes escópicos instituídos.

O cinto-talabarte mostra que há outros elementos diacríticos encontrados no uniforme histórico além do capacete de dragão e dragonas e dos elementos canônicos propostos por Jennifer Craik (2003). Assim, no segundo, *O Uniforme Histórico dos*

*Dragões da Independência*, definimos o que são uniformes e apresentamos os uniformes básicos, especiais e históricos do Exército Brasileiro. Também tratamos das questões temporais, de Jean Baptiste Debret e das histórias da Corte. Outra questão abordada foi sobre os detalhes da profissão militar e as informações sobre os direitos e deveres do militar do Exército Brasileiro.

No terceiro capítulo, *O Culto à História e às Tradições*, começamos com o primeiro verso da canção *Revista do Recolher* e com uma imagem da casaca branca, para tratarmos, dialogicamente, das questões que foram propostas no primeiro capítulo. A partir da casaca branca, discutimos sobre o paradoxo e o coerente, o anacrônico e o contemporâneo, o uniforme herdado da Imperial Guarda de Honra e o uniforme histórico dos Dragões da Independência, a legislação que o regula – e desregula – e os deslocamentos que transgridem, o público, o privado e o coletivo, o uniforme e o corpo, o masculino e o feminino.

“Inspiração” foi a palavra de ordem usada para apresentar o uniforme histórico dos Dragões da Independência. Inspiração para a sua criação, para a sua representação artística, para o seu retorno e a sua permanência na contemporaneidade e para a produção desta pesquisa. Jean Baptiste Debret se inspirou nos uniformes dos dragões austríacos para criar o uniforme da Imperial Guarda de Honra, herdado pelos Dragões da Independência. Pedro Américo buscou inspiração na realidade para vestir a Imperial Guarda de Honra com o uniforme branco em sua tela *Independência ou Morte!*. Gustavo Barroso se inspirou na sua experiência para realizar o desejo de ver esta farda, novamente, envergada pela cavalaria. Nós nos inspiramos na casaca branca para construirmos esta dissertação de mestrado sobre o uniforme histórico dos Dragões da Independência. Mas não porque a consideramos como a peça principal ou a que pode definir todo o conjunto composto pelo uniforme, assim como o fazem alguns autores da História Militar com relação ao capacete de dragão, mas porque, a partir da sua análise visual, podemos perceber que as características intrínsecas a este fardamento o fazem tão especial e intrigante: uma roupa criada para um regimento especial do Exército, que participou de várias batalhas heróicas, sendo, uma delas, a Independência do Brasil, às margens do Ipiranga, e que volta, depois de uma grande luta política, a ser envergada na contemporaneidade e preserva sua visualidade original, ainda que as diferenças lhe sejam próprias, pois se trata de uma farda inspirada.

A expressão *uniforme histórico* parece não pertencer a uma categoria conhecida fora da área da História Militar ou não aceita ser categorizada e não tem existência ou

nomenclatura formal como tal. Sua significação parece ter a ver, conforme percebemos, com a sua inserção em forma de anexo ao corpo de uma legislação que já tratava dos uniformes do Exército Brasileiro, o RUE, e por seu retorno como um uniforme especial, mas que não se destina às forças ou tarefas especiais, mas como uma farda herdada e com grande simbolismo e importância históricos.

O capacete de dragão e as dragonas foram, dentre as peças que compõem o uniforme histórico dos Dragões da Independência, consideradas as mais importantes pelos autores da História Militar. Verificamos que o capacete de dragão é o primeiro item a ser descrito pelo RUE. Ele pode ser o elemento diacrítico considerado mais importante porque é o que fica mais visível e as cores dos penachos indicam, à distância, as diferentes graduações. Todavia, somente os penachos brancos, usados pelo Comandante do Regimento, conseguem conferir uma distinção mais exata da graduação de quem o usa, pois os demais penachos, divididos segundo as cores, referem-se a um conjunto de graduações, diferentemente dos distintivos com nomes e outros elementos simbólicos envergados nos outros uniformes do Exército Brasileiro. Assim, o uniforme deve ser considerado em sua composição total para que se possa verificar o que os marcadores de hierarquia apontam. Processo relativamente fácil para quem pertence ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, mas desconhecido por quem não fala o idioma “militarês”.

O uniforme militar se sujeita a regras rígidas para a sua posse, composição e uso. Os menores detalhes na montagem do uniforme previstos por essas normas e a impossibilidade de escolha pessoal são, segundo alguns autores com quem dialogamos, os elementos que possibilitam definir uma roupa como uniforme e diferenciá-la daquelas que apenas uniformizam. Todavia, no que diz respeito ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, verificamos que esta diferenciação proporcionada pela nomenclatura parece não existir, pois esta farda se sujeita a regras gerais para uniformes e a normas específicas, mas, por ser uma roupa de uso coletivo, a própria lei permite sua adaptação ou o uso de outras peças. Desta forma, as características especiais desta farda também não põem em lados opostos a obediência e a transgressão, pois a sobrevivência do uniforme histórico depende da capacidade de transigir, de acatar as normas e de ser acatado por elas. E as roupas civis que acolhem o “estilo” e os elementos canônicos das fardas militares parecem ser, também, inspirações e, não, propriamente, uma forma de transgressão, pois elas somente afetam o restrito mercado que se interessa por este tipo

de vestimenta ou o usa por motivos variados: caça, pesca, tiro, esportes, lazer ou identificação.

Além de terem de respeitar as regras previstas pelo RUE, os militares estão sujeitos, também, às normas que regulam a aparência, aquelas ligadas à função simbólica da roupa (ALMEIDA, 2002). A farda é considerada a segunda pele do militar e o simbolismo contido nesta metáfora indica que são muitas as obrigações assumidas durante a carreira militar, inclusive a de vestir uma roupa coletiva. O Exército Brasileiro estabelece um padrão físico como ideal para a incorporação de homens e mulheres em suas Organizações Militares, mas os corpos passam por modificações com o passar do tempo. Além disso, homens e mulheres têm conformações físicas diferentes e os uniformes tendem a contemplar estas diferenças para que as funções pragmáticas (ALMEIDA, 2002) ou de funcionalidade da roupa sejam cumpridas. Entretanto, no que diz respeito ao uniforme histórico dos Dragões da Independência, apesar de haver uma categorização das peças segundo o padrão brasileiro de numeração, o uniforme deve ser vestido por homens e mulheres, pois somente uma versão da roupa está disponível no RUE. Desta forma, muitas adaptações são relevadas durante o processo de montagem da farda, mas isto tem de ser feito de forma que ela não seja descaracterizada.

Este uniforme tem apenas uma versão que não é denominada, explicitamente, de masculina. Ele foi criado no século XIX, para ser usado por um grupo de homens pertencentes à Imperial Guarda de Honra e seguia as tendências propostas para a roupa masculina europeia. Sua modelagem segue hoje as técnicas de modelagem de roupa masculina, mas as indústrias de confecção de roupas civis também seguem esta tendência na produção de calças e bermudas masculinas e femininas. Portanto, parece que o feitio da farda leva em conta a praticidade e a diminuição de custos, já que há um imenso número de uniformes a serem produzidos pelo Exército Brasileiro.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência, vestido por homens e mulheres, parece uma vestimenta sem gênero ou comum aos dois gêneros, *unissex*. Ele não é a farda do século XIX, apenas uma inspiração sua e, portanto, conserva traços de outrora e apresenta elementos próprios da contemporaneidade, pois sua manutenção depende desta capacidade de circular por diversos sentidos e corpos. Femininos e masculinos são os corpos que o vestem e por ele são vestidos. E a expressão *montagem* prevista no RUE refere-se à forma adequada de compor e vestir esta roupa.

As questões sobre o anacronismo relativas a esta farda, da mesma forma, parecem perder seu sentido. Esta é uma roupa em uso e faz parte do grupo de uniformes

do Exército Brasileiro previsto pelo RUE e, portanto, segue as mesmas normas e está sujeito aos mesmos estudos, pesquisas e investimentos realizados pelo EB.

O uniforme dos Dragões da Independência é uma farda inspirada e acreditamos que ela não representa um exemplo de boa ou má interpretação, mas apenas uma releitura coerente e dinâmica do desenho de Debret por parte de quem os produz, acrescida com as devidas adaptações para os tempos e as demandas por que passaram. Os diferentes formatos dos triângulos nas abas das casacas brancas vistas nas imagens e os diferentes formatos e tamanhos das carcelas mostram várias reinvenções da mesma roupa (CRAIK, 2003). Reinvenções corpóreas diárias e que convivem pacificamente, tanto entre as fardas mesmas, quanto com os demais uniformes do EB. Se hoje este fardamento é envergado por militares incorporados ao 1º RCG, quer dizer que ele tem uma funcionalidade, assim como todos os demais uniformes do Exército Brasileiro, apesar de sua aparência “antiga”, da cor branca, da pompa, do uso de cores como elementos diacríticos, da dificuldade de montagem e de seu uso coletivo.

O uso compartilhado de uma roupa é bastante significativo para entendermos os seus mecanismos, especialmente se ela pertence a uma corporação. Da regra geral para os extremos cuidados pessoais com a roupa, que cominam pena em caso de descumprimento, e da necessidade de manutenção da boa aparência pessoal por parte do militar, transferem-se para o Estado a propriedade e toda a logística no trato com o uniforme histórico dos Dragões da Independência. Sua posse, uso e composição pelos Dragões são temporários. Portanto, a roupa deve ser adaptada a cada turno de serviço e diversas soluções práticas e rápidas são utilizadas para adequar a roupa ao corpo ou o corpo à roupa. Assim, acreditamos que este uniforme veste os Dragões e os Dragões vestem o uniforme, pois a farda recebe os corpos e toma suas formas e, ao mesmo tempo, possibilita aos corpos a sua apropriação. Homens e mulheres vestem um uniforme que é feito com apenas um tipo de modelagem e, somente em casos muito extremos, uniformes em tamanhos especiais são produzidos. O uniforme está à disposição para ser vestido e, cada um que o adapte ao seu tipo de corpo, gênero e graduação.

As adaptações tendem a ficar escondidas, como vimos nas imagens apresentadas, o que lembra as formas de ajustes feitas nas roupas civis de uso diário e nas usadas em atividades performativas. O feio fica escondido, pois o importante parece ser vestir uma roupa bem composta, bem ajustada ao corpo, proporcionando uma aparência altaneira, garbosa, elegante e heróica. Apesar de o uniforme histórico dos

Dragões da Independência ser fruto de uma produção artística, percebemos que o seu uso parece não ser, especificamente, o performático, pois os Dragões vestem a roupa para desempenhar as suas funções laborais previstas em lei e todos se vestem de forma uniformizante e uniformizada, apesar de sua referência ao passado glorioso do 1º RCG. Neste aspecto, este uniforme se parece muito com o fardamento camuflado no sentido de revelar e esconder, pois, apesar de as funções diacríticas poderem ser acessadas por meio das diferentes cores, não se consegue saber com exatidão, a não ser no caso do Comandante, e por quem transita pelo meio militar, por causa do uso do penacho branco, a que nível de graduação cada um deles pertence.

Deste modo, acreditamos que a pesquisa aponta no sentido da existência de um regime visual escópico por parte do Exército Brasileiro e que os uniformes transitam por ele, algo que poderíamos pensar ser um tipo de cultura visual, uma cultura visual militar. A imagem dos uniformes se refletem nos corpos que os vestem e pelos quais são vestidos. Boa aparência, boa disciplina uniforme, aplicativo de montagem de uniformes fazem parte deste universo de símbolos, visualidades e sensações.

O uniforme histórico dos Dragões da Independência consegue, dentro de um sistema legal rígido, circular por outros meios, mais permissivos, mais “transgressivos”, a fim de continuar vivo. A tarefa de defini-lo, enquadrá-lo, limitá-lo, torná-lo linear, julgá-lo nos parece bastante difícil, pois este fardamento tem uma polissemia que alcança diferentes níveis, de acordo com o lugar de onde se fala e de quem fala. Além disso, suas visualidades não se conformam com os “sentidos” naturalizados ou com os regimes escópicos instituídos como “corretos”, pois ele é uma roupa diferente a cada uso, a cada produção fabril. Então, sua multissensorialidade se mostra por meio das canções e suas letras, das suas adaptações físicas, dos corpos que com ele dialogam diariamente, das invenções das tradições que os mantêm vivos, da sua funcionalidade que permite que ele tenha apenas uma única versão e das fealdades que se “escondem” para que sejam usados, efetivamente, por quem tem o ofício militar como missão, destino e consciência.

Percebemos, com o estudo deste uniforme, que as roupas se sujeitam a convenções que as modelam e enquadram em categorias, mas a mesma função pragmática (ALMEIDA, 2002) que estabelece um tipo de roupa pode ser rompida conforme as funções a que elas se destinam no seu uso de fato. Vimos que mulheres são, no universo dos uniformes, segundo Craik (2003), as maiores transgressoras e os homens, no mundo das roupas civis, segundo a *teoria queer*, os grandes transgressores.

E, no campo dos uniformes históricos, o uniforme pode ser o grande transgressor da própria norma e de si mesmo. Assim, neste sentido, gêneros parecem ser coisa de gente, não de roupa.

Verificamos, também, que a imagem instituída deste fardamento parece ser a da farda branca, a do quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo e que, independentemente da cor com que a farda branca é representada em um boneco de brinquedo dos Dragões, a Independência pode ser proclamada. As Fardas Brancas estão, agora, na Arena, sujeitas à poeira do campo de batalhas e prontas para a luta. E o tom da poeira as deixará tão brancas quanto brancas e vermelhas, camufladas, “rajadas”, verde e amarelas, verde-oliva, cáqui, cinza, com as cores e as visualidades do Exército Brasileiro.

## Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos. 2009.

AGUIRRE, Imanol. Cultura Visual, Política da Estética e Educação Emancipadora. Tradução de Danilo de Assis Clímaco e Inês Oliveira Rodríguez In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011, p.69–111.

A HISTÓRIA DA MULHER NO EXÉRCITO. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALMEIDA, A. J. **A indumentária nas associações armadas**: o uniforme da guarda nacional. Florianópolis/SC: ModaPalavra, v. 1, n. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa Acadêmica de Moda no Brasil**. *Fashion Theory*. São Paulo: Berg e Editora Anhembi Morumbi, v. 2, n. 2, 2003, p. 125-157.

\_\_\_\_\_. **Uniformes da Guarda Nacional: 1831 – 1852 – A indumentária na organização e funcionamento de uma organização armada**. 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21032006-153646/publico/tese.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

AQUINO-FILHO, Alcides Tomaz de. **Dragões da Independência: Tradição e História**. Brasília: EGGCF – “Gráfica do Exército”, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA . Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/>>, <<http://www.adesg.net.br/arquivos/estatuto.pdf>> e <<http://www.adesg.net.br/comunicados/encontro-de-historiadores-militares>>. Acesso em: 7 maio 2015.

AUTHENTIC APPAREL. Coleção *U.S. Army*. Disponível em: <<http://blogs.zappos.com/blogs/fashion-culture/2013/12/04/authentic-apparel-teams-dwayne-rock-johnson-u-s-army>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=gExL7clqZwk>>.

<<http://blogs.zappos.com/blogs/fashion-culture/2013/12/04/authentic-apparel-teams-dwayne-rock-johnson-u-s-army>>, <<http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2512015/Dwayne-The-Rock-Johnsons-modeling-debut-new-US-Army-approved-fashion-brand.html>>, <<http://www.military1.com/army/article/411492-the-rock-represents-new-army-approved-clothing>>, <<http://www.bizjournals.com/newyork/news/2013/11/15/authentic-apparel-launches-line-with.html>> e <<http://www.lilianpacce.com.br/moda/us-army-apparel/>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wash. **Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro e Paris, 1922. Acervo digital do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruft#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BOMBACHO ELÁSTICO PARA CALÇAS CULOTE MILITARES. Disponível em: [http://www.militarbrasil.com.br/loja/index.php?id\\_product=847&controller=product](http://www.militarbrasil.com.br/loja/index.php?id_product=847&controller=product)>. Acesso em 10 maio 2015.

BRASIL. Código Penal Militar. Disponível em: <[http://www.stm.gov.br/pesquisa/pesquisa\\_cpm.php](http://www.stm.gov.br/pesquisa/pesquisa_cpm.php)>. Acesso em: 2 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908. Plano de Uniformes do Exército. Estabelece alterações no plano de uniformes do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7201-26-novembro-1908-506989-publicacaooriginal-104807-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 14.327, de 25 de agosto de 1920. Plano de Uniformes do Exército. Aprova alterações no plano de uniforme do Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14327-25-agosto-1920-513621-publicacaooriginal-93504-pe.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 20.754, de 04 de dezembro de 1931. Planos de Uniformes dos Oficiais e Praças do Exército Ativo. Aprova o plano de uniformes dos oficiais e praças do Exército ativo e dá outras providências. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20754-4-dezembro-1931-506847-republicacao-84313-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20754-4-dezembro-1931-506847-republicacao-84313-pe.html)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 maio 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm)> . Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. Portaria nº 09 – D LOG, de 27 de junho de 2002. Aprova as Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP EQUIPAMENTO INDIVIDUAL

EB – FT 90. Disponível em: <<http://www.2icfex.eb.mil.br/doc/NARSUP.doc>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

BRASIL. Portaria nº 087, de 14 de setembro de 1998. Estado-Maior do Exército. Estabelece prescrições relativas à apresentação individual, específicas para militares do sexo feminino. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/087c-eme-98.html>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002. Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10). Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/vadem-mercum/86-cerimonial/vade-mecum/120-valores-deveres-e-etica-militares>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BRASIL. Portaria nº 391, de 9 ago. 2001. Uniformes Históricos. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/391-01.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

BRASIL. Portaria nº 698, 14 de julho de 1986 e Portaria nº 806, de 17 de dezembro de 1998. Regulamento de Uniformes do Exército. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>> e <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/391-01.html>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

BRINQUEDOS FABRICADOS NA AMÉRICA DO SUL E MÉXICO ENTRE O SÉCULO XVIII E 1980. Gulliver. Disponível em: <<http://soldaditossudamericanos.blogspot.com.br/search/label/%28A%29%20Brasil>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CAMPOS, Eudes. **Pequena contribuição para o estudo da indumentária dos primeiros paulistanos**. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 5 (27), out 2010. Disponível em : <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em 8 maio 2015.

CANÇÃO DOS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YINaoJ1JbhM>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

CÂNDIDO. Manuelina Maria Duarte. **A Roupas de Trabalho dos Dragões da Independência**. Parecer para qualificação da autora apresentado na FAV, UFG, 20 mai. 2014.

CASTRO, Adler Homero F. de. **Uniformes da Guerra do Paraguai**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>> . Acesso em: 11 dez. 2014.

CATHO. *Dress Code* nas organizações. Maiara Tortorette. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/aparencia/a-tendencia-do-dress-code-nas-organizacoes>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. *Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer*. Estudos de Psicologia 2004, 9(3), 471-478. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a09v09n3.pdf>>. Acesso em 20. dez. 2014.

COLEÇÃO DE UNIFORMES MILITARES. Acervo sobre a Guerra do Paraguai. Galeria Digital da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/galeria-digital/?album=all&gallery=23&pid=52>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

CORTANDO & COSTURANDO. Braguilha. Disponível em: <[http://cortandoecosturando.com/braguilha\\_.html](http://cortandoecosturando.com/braguilha_.html)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

CRAIK, Jennifer. **A Política Cultural do Uniforme**. *Fashion Theory*. São Paulo: Berg e Editora Anhembi Morumbi, v. 2, n. 2, 2003, p. 5-25.

CREATIVE COMMONS ORGANIZATION. Disponível em: <<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins, Tomo III, v. III, 1965.

DIAS, Belidson. **ARRASTÃO**: o cotidiano espetacular e práticas pedagógicas críticas. Belidson Dias. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Culturas das imagens**: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012, p. 55-73.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO ONLINE. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DICIONÁRIO INFOPEDIA *ONLINE*. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/talim>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

DICIONÁRIO INFORMAL *ONLINE*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

DICIONÁRIO MICHAELIS DE PORTUGUÊS *ONLINE*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> e <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DICIONÁRIO PRIBERAM: Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/casaca>>. Acesso em: 8 maio 2015.

DRAGÃO AUSTRÍACO. *Blog* Núcleo Militar. Disponível em: <<http://www.nucleomilitarblog.com/search/?q=drag%C3%A3o+austr%C3%ADaco&op.x=0&op.y=0>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

DUQUE, Tiago. **Montagens e Desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. São Carlos, 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/2539.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Página oficial no *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/exercito?fref=ts>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

*FASHION THEORY: THE JOURNAL OF DRESS, BODY AND CULTURE*. Disponível em: <<http://www.bergfashionlibrary.com/page/99/fashion-theory;jsessionid=8F2BB3A9E9E15A81A221383CEE6D0D2C>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

*FLICKR*. Disponível em: <<https://www.flickr.com>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Tradução do autor. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GALERIA DOS BRINQUEDOS. Gulliver. Disponível em: <[http://galeriadosbrinquedos.blogspot.com.br/2009/09/independencia-ou-morte-gulliver\\_07.html](http://galeriadosbrinquedos.blogspot.com.br/2009/09/independencia-ou-morte-gulliver_07.html)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

GATTI, Bernardete A.. **Pesquisa, Educação e Pós-Modernidade: Confrontos e Dilemas**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 595-608, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a04n126.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2014.

GLOSSÁRIO DE TECIDOS – ESTILO PITI. Suedine ou Sudanil. Disponível em: <<http://glossario.estilopiti.com/2012/03/suedine-ou-sudanil.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

GUERRA DO PARAGUAI. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

HERNÁNDEZ, Fernando. Tradução de Danilo de Assis Clímaco: A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011, p.31–49.

HOBBSAWM, Eric; Terence Ranger (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/HOBBSAWM,%20Eric%20-%20Introduc%CC%A7a%CC%83o%20do%20livro%20A%20invenc%CC%A7a%CC%83o%20das%20Tradic%CC%A7o%CC%83es.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

INPI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT Comentadas Para Trabalhos Científicos**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

KERSHAW, Andrew. **Guide to Military Uniforms. Uniformes Militares de Todo o Mundo Através dos Tempos**. Verbo: Lisboa - São Paulo, 1983.

KUSTER-NETO, Henrique João. **Tingimento de Poliéster com Recuperação Energética**. Blumenau, 2010, 96 p. Trabalho (Curso de Engenharia Química). Centro de Ciências Exatas, Universidade Regional de Blumenau. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/344532\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/344532_1_1.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

LIMA, Valéria Alves Esteves. **J. B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

LOURO, Guacira. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/LOURO,%20Guacira%20Lopes.%20O%20Corpo%20Educado.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

MANUAL DE MARCAS. INPI. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia\\_basico\\_de\\_marcas](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_de_marcas)>. Acesso em: 11 dez. 2014.

MARTINS, Alice Fátima. Arena Aberta de Combates, Também Alcinhada de Cultura Visual...: anotações par uma aula de metodologia de pesquisa. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Culturas das imagens: desafios para a arte e para a educação**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012, p.207–229.

MARTINS, Raimundo. **Arte e Ciência: Reinventando Identidades Culturais**. Visualidades.V. 2, n. 1, jan-jul, 2004, p. 85-105.

MARTINS, Raimundo; SÉRVIO, Pablo Passos. Distendendo relações entre imagens, mídia, espetáculo e educação para pensar a cultura visual. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Culturas das imagens: desafios para a arte e para a educação**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012, p 255 – 282.

MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. Circunstâncias e Ingerências da Cultura Visual. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011, p.51–68.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história. Possibilidade de análise. In M. Ciavatta e N. Alves (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. História, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 34, p. 11-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2104.

\_\_\_\_\_. Rumo a Uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 33 a 56.

MESQUITA, Cristiane. **Roupa – Território da Existência**. *Fashion Theory*. São Paulo: Berg e Editora Anhembi Morumbi, v. 1, n. 2, jun. 2002, p. 115- 129.

MITCHELL, W. J. T. O Futuro da Imagem: a estrada não trilhada de Rancière. Tradução de Gisele Dionísio da Silva. In: MARTINS, Raimundo, TOURINHO, Irene (Orgs.). **Culturas das imagens**: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012, P. 19-35.

MITOLOGIA GREGA. Cronos, Métis e Zeus. Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/dossier/shine/deus\\_cronos.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/dossier/shine/deus_cronos.htm)>, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronos>>, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Zeus>> e <<http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9tis>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

MODA MASCULINA NO SÉCULO XVI. Disponível em: <[http://modahistorica.blogspot.com.br/2013\\_11\\_01\\_archive.html](http://modahistorica.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html)>. Acesso em 8 maio 2015.

MONTAGEM DE UNIFORME ATUALIZADO. Disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta\\_uniforme/](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/monta_uniforme/)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

NACCER, Carlos Alberto. **Os Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/31.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Uniformes do Exército Brasileiro no final do século XX**. Rio de Janeiro, 2007, 223 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Escola de Comando e Estado - Maior do Exército.

NOVAES, Maristela Abadia Fernandes. **Caminho das Pedras [manuscrito]**: uma resignificação do olhar e da experiência no processo de construção de roupas. Goiânia, 2011. 200 p. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<http://culturavisual.fav.ufg.br/p/6212-dissertacoes>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão (Orgs.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

PIXEL. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pixel>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

PORTAL *F5 NEWS*. Disponível em: <[http://www.f5news.com.br/24162\\_dilma-rousseff-enaltece-a-trajectoria-da-forca-terrestre-do-brasil.html](http://www.f5news.com.br/24162_dilma-rousseff-enaltece-a-trajectoria-da-forca-terrestre-do-brasil.html)>. Acesso em: 25 jan. 2015.

POSTOS E GRADUAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

PRIMEIRO REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS. Disponível em: <<http://www.1rcg.eb.mil.br>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

QUADRO INDEPENDÊNCIA OU MORTE!. Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence\\_of\\_Brazil\\_1888.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Independence_of_Brazil_1888.jpg)>. Acesso em: 30 dez. 2014.

RANCIÈRE, J. Das artes mecânicas e da promoção estética e científica dos anônimos. Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos Modos da Ficção Da arte e do trabalho. Em quê as práticas da arte constituem e não constituem uma exceção às outras práticas. In: \_\_\_\_\_. **A partilha do sensível. – estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 45-68.

REVISTA VERDE-OLIVA. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/revista-verde-oliva/edicoes-anteriores#irparaconteudo>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

SAMAIN, Ethienne. **Pensar as imagens, pensar por imagens**. Palestra proferida na FAV/UFG, 2 mar. 2015. Disponível em: <<https://culturavisual.fav.ufg.br/p/6867-prof-dr-etienne-samain-unicamp-aula-inaugural-ppgacv-2015-2-ao-vivo>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

SCHINDLER, Helmut. **Plumas como enfeites de moda – *Feathers in Fashion***. História, Ciência e Saúde - Manguinhos, v. VIII (suplemento), 1089 – 108, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000500016&script=sci_arttext)>. Acesso em: 8 abr. 2014.

SIMILI, Ivana Guilherme; SILVA, Guilherme Telles da. **Homens e roupas: imagens dos pioneiros da cidade de Maringá *Men and clothing: images of the pioneers of the city of Maringá***. Contemporânea. Ed. 22, v. 11, n 2, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/temporanea/article/view/7627>>. Acesso em 8 maio 2015.

SOARES, Ana Paula Vilela. **Narrativas de Moda: entre as rendas de um turista aprendiz e os avessos de Riobaldo**. Goiânia, 2011. 170 p. Dissertação (Mestrado em

Arte e Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<http://culturavisual.fav.ufg.br/p/6212-dissertacoes>>. Acesso em 21 dez. 2014.

TOURINHO, Irene. Imagens, Pesquisa e Educação: Questões éticas, estéticas e metodológicas. In: MARTINS, Raimundo, TOURINHO, Irene (Orgs.). **Culturas das imagens**: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012, p. 231-252.

UNIFORME DA IMPERIAL GUARDA DE HONRA. Imagem 53. Disponível em: <<https://archive.org/stream/uniformesdoexerc00rodruoft#page/n177/mode/2up>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

UNIFORMES DAS COMPANHIAS DE DRAGÕES REAIS DE MINAS. Disponível em: <<https://archive.org/details/uniformesdoexerc00rodruoft>>. Acesso em: 30 nov. 2014.